

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

OBJETIVAÇÃO ULTRATARDIA DO CAPITALISMO EM ANGOLA

MAYRA LUÍSA DAS DORES RAMOS BÓBÓ

JUIZ DE FORA
2016

MAYRA LUÍSA DAS DORES RAMOS BÓBÓ

OBJETIVAÇÃO ULTRATARDIA DO CAPITALISMO EM ANGOLA

Monografia apresentada pela acadêmica Mayra Luísa das Dores Ramos Bóbó ao curso de Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Elcemir Paço Cunha

Juiz de Fora
FACC/UFJF
2016

AGRADECIMENTOS

À Deus, Pai Todo-Poderoso, pelo imenso amor, bondade e misericórdia derramada sobre mim durante toda a caminhada estudantil.

Aos meus amados pais, Francisco Bóbó e Maria Judith Bóbó, pelo amor, carinho, ânimo, compreensão, conselhos e confiança depositados sobre mim, por acreditarem nos meus sonhos e tê-los tomados como seus também.

Aos meus queridos e amados irmãos, de modo especial à minha querida irmã gêmea Míria, pela força e apoio que sempre demonstraram e por abdicarem de seus desejos para que os meus se tornassem realidade.

Ao meu orientador, Elcemir Paço Cunha, pelo incomparável apoio proporcionado durante a realização deste trabalho. Pela paciência, atenção e disponibilidade para sanar qualquer dúvida que surgisse. Por depositar tamanho crédito em mim, motivando-me à prosseguir na pesquisa.

À todos os amigos, colegas, e professores à todos aqueles que nas mais variadas formas, ainda que num singelo ato, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

À todos, o meu profundo agradecimento!

DEDICATÓRIA

À nação angolana.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS

CEE – Comunidade Econômica Europeia

DIAMANG – Companhia de Diamantes de Angola

EEP – Espaço Econômico Português

ENDIAMA – Empresa de Diamantes de Angola

EFTA – Associação Europeia de Livre Comércio

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FUA – Frente de Unidade Angolana

GATT – Acordo Geral de Tarifas e Comércio

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MLNA-PCA – Movimento de Libertação Nacional de Angola - Partido Comunista Angolano

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

MPLA-PT – Movimento Popular de Libertação de Angola– Partido do Trabalho

OSA – Organização Socialista de Angola

PIB – Produto Bruto Interno

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

Sonangol – Sociedade Nacional de Combustíveis

Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA – União das Populações de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Estrutura percentual de PIB por setor.....	89
---	----

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÔNIMOS.....	5
LISTA DE GRÁFICOS	6
RESUMO.....	8
1. INTRODUÇÃO.....	9
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	13
3. AS DIFERENTES VIAS DE OBJETIVAÇÃO DO CAPITALISMO.....	16
3.1 FORMAÇÃO CLÁSSICA DO CAPITALISMO	16
3.2 VIA PRUSSIANA PARA O CAPITALISMO	25
3.3 VIA COLONIAL PARA O CAPITALISMO	31
4. VIA COLONIAL ULTRATARDIA: O CASO CONCRETO ANGOLANO	42
4.1 PERÍODO COLONIAL CLÁSSICO DE ANGOLA (1482- 1930)	43
4.2 IMPERIALISMO PORTUGUÊS: (1930 A 1960)	44
4.2.1 Da economia de escravos à economia do café	51
4.2.2 A burguesia colonial angolana	54
4.2.3 Impulso industrializante e de ruptura (1961-1975)	63
4.2.3.1 Fase Liberal	64
4.2.3.2 Fase protecionista	70
4.2.3.3 Impulso de ruptura.....	73
4.3 PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	78
4.3.1 Êxodo rural e o setor informal	87
4.3.2 Burguesia no pós-independência	90
4.3.3 Capitalismo por decreto.....	97
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo determinar os traços particulares da formação do capitalismo em Angola tendo por eixo a discussão da via colonial de formação do capitalismo no Brasil. Neste contexto, o trabalho partiu da discussão feita por vários autores sobre as várias formas particulares de objetivação do capitalismo, sendo ressaltadas a via clássica da Inglaterra, a via prussiana e a via colonial brasileira, sendo esta última fundamental para o alcance do objetivo proposto; contudo, ela mesma insuficiente para a determinação dos traços histórico-particulares de Angola. Por conseguintes, chegou-se à conclusão de que o capitalismo angolano, tal como o brasileiro, é dotado de um caráter débil, atrofico, retardatário, porém ultratardio. Embora tenha havido manifestação do tipo reformismo “pelo alto”, esta não se configurou como meio de transição para uma autêntica economia capitalista, tampouco foram verificados movimentos de ruptura de caráter superador, sendo que o capitalismo naquele país, até os dias de hoje, se encontra ainda em fase de constituição.

Palavras-chave: Capitalismo, Angola, Via colonial.

1. INTRODUÇÃO

Angola é um dos 54 países pertencentes ao continente africano. Composta de 18 províncias e localizada na região ocidental da África Austral, Angola apresenta uma das maiores concentrações de recursos naturais em África. Abundante em petróleo, diamantes (tanto aluviais quanto subterrâneos), enormes recursos hidroelétricos e outros recursos minerais como: ferro, mármore, granito negro, quartzo, urânio, ouro, dentre outros; mas também privilegiada com imensas extensões de terras aráveis e propícias à criação de gado, florestas naturais repletas de madeiras nobres e demais recursos, águas ricas em peixe e com uma diversidade climática favorável à variedade de culturas, Angola apresenta um contrassenso de realidade bastante assustador.

Após quase três décadas de guerra civil, tem-se verificado naquele país um crescimento econômico significativo, tendo sido considerada uma das economias com mais rápido crescimento do mundo. Com a economia altamente dependente de recurso não renovável, o petróleo, em 2007 verificou-se (às portas da crise de 2008) em Angola uma taxa de crescimento anual do PIB de 23,2%¹. Atualmente, em grande parte por efeito da drástica queda do preço do petróleo, a última taxa de crescimento registrada (2015) foi de 4,9%². Entretanto, embora tenha apresentado queda nesta taxa, esta é ainda significativa se comparada com a de países desenvolvidos como o Japão e os Estados Unidos da América, cuja taxa verificada no mesmo período foi de 1,9%³ e 2,2%⁴, respectivamente. Apesar do alto potencial de crescimento, seus indicadores sociais revelam uma realidade totalmente destoante de seu potencial econômico.

Com a segunda capital mais cara do mundo (Luanda), Angola exibe uma das maiores taxas de mortalidade infantil. Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a maior taxa de mortalidade infantil do mundo em 2015 foi verificada naquele país, onde “157 em cada mil crianças morrem antes dos cinco anos”⁵. Não obstante, o seu IDH é baixo e o país apresenta um gritante nível de desigualdade social, sendo considerado pelas Nações

¹ TRADING ECONOMICS. **Angola - PIB Taxa de Crescimento Anual**. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

² Ibidem.

³ TRADING ECONOMICS. **Japão - PIB Taxa de Crescimento Anual**. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/japan/gdp-growth-annual>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

⁴ TRADING ECONOMICS. **Estados Unidos - PIB Taxa de Crescimento Anual**. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/united-states/gdp-growth-annual>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Unidas um dos países mais desiguais no que tange à distribuição de renda. Débil em infraestrutura, mais de 90% das habitações angolanas não têm saneamento básico, mais de 80% das casas não têm água canalizada e quase 60% não têm acesso a fontes de água potável. Em contraste, apresenta elevadas taxas de consumo de champanhe⁶.

A despeito de tanta riqueza e de possuir um altíssimo potencial econômico, Angola registrou no primeiro trimestre do presente ano um déficit das contas públicas equivalente a 360 milhões de euros⁷, tendo admitido um novo déficit, para 2017, equivalente a 6,1 bilhões de euros⁸. Angola teria tudo para alcançar o patamar dos países mais desenvolvidos em África, provendo a seu povo bons serviços de educação e saneamento básico, contudo, é verificada a antítese desta realidade. Assim, é inevitável indagar por que um país tão rico e com elevado potencial de crescimento econômico apresente tão pouco desenvolvimento e miséria humana, sendo considerado até hoje uma economia em vias de industrialização.

Sabe-se, porém, que a manifestação das formas de produção em determinado lugar muito tem a dizer sobre as relações sociais e econômicas concretas. Por forma a melhor compreender a realidade contrastante angolana, o presente trabalho busca estabelecer a discussão sobre a objetivação do capitalismo em Angola, sendo ela relevante por permitir compreender muitos dos fatores que orientam as políticas econômicas e sociais adotadas no país, bem como traços presentes na economia, política e, até mesmo, na cultura angolana, cujas origens remetem à particularidade histórica da formação do capitalismo naquele país. Para além destas implicações, o tema também se mostra relevante à medida que fornece explicações para as práticas administrativas adotadas e que têm como pano de fundo as contradições nas formas produtivas, sendo estes últimos elementos-chave na determinação da especificidade angolana.

Este último ponto não é menos importante. A formação em administração possui uma forte tendência em ignorar não apenas os processos históricos, mas também as contradições concretas que formam a base das teorias e práticas administrativas. Pretende-se contribuir

⁵ DN. **Angola tem de acelerar cinco vezes redução da mortalidade infantil.** Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/angola-tem-de-acelerar-cinco-vezes-reducao-da-mortalidade-infantil-5253627.html>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

⁶ YOUTUBE. **Grande reportagem SIC - Angola, um país rico com 20 milhões de pobres - 17 Novembro 2016.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=erNdemyZVGI&feature=youtu.be>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

⁷ NEGOCIOS. **Angola com buraco de 360 milhões nas contas públicas.** Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/detalhe/angola_com_buraco_de_360_milhoes_nas_contas_publicas>. Acesso em: 01 dez. 2016.

⁸ AO24. **Angola com novo défice de 6.1 bilhões de euros nas contas públicas em 2017.** Disponível em: <<http://angola24horas.com/index.php/economia/item/7923-angola-com-novo-defice-de-6-1-bilhoes-de-euros-nas-contas-publicas-em-2017>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

com esse trabalho precisamente na direção de explicitar tais contradições concretas, sobretudo no que diz respeito ao capitalismo.

Por conseguinte, o trabalho parte da premissa de que existe uma diversidade de formas de entificação do capitalismo que de maneira alguma retiram a essência deste modo de produção, mas que, de acordo com os contornos histórico-particulares, dão o caráter específico do capitalismo em cada lugar. Essa formação particular ajuda a explicar os movimentos da forma política e outras dinâmicas sociais que não possuem uma lógica inteiramente própria. Ao contrário, estão ancoradas na lógica das forças motrizes de ordem primária, isto é, os movimentos da economia e das relações materiais que nela se armam.

Tendo Angola passado por um tipo de colonialismo cujas políticas utilizadas muito se assemelham àquelas utilizadas no Brasil aquando da sua colonização, possuindo, ambas, uma gênese comum na constituição capitalista, partiu-se da discussão da via colonial brasileira para se compreender a particularidade angolana, ressaltando-se o fato da primeira se mostrar insuficiente para explicar a particularidade da segunda, fazendo-se necessário partir da realidade concreta para uma melhor compreensão do fenômeno.

Assim, a pergunta que norteou a elaboração deste trabalho é: Como a via colonial de objetivação do capitalismo no Brasil contribui para a compreensão do processo de formação do Capitalismo em Angola? Para responder ao problema de pesquisa, se propôs como objetivo geral do trabalho, determinar os traços particulares da formação do capitalismo em Angola tendo por eixo a discussão da via colonial de formação do capitalismo no Brasil, e como objetivos específicos, determinar as contribuições da discussão da via colonial para apreender o processo de formação do capitalismo em Angola; apurar se os determinantes impeditivos de uma constituição não atrofica de capitalismo no Brasil não seriam os mesmos em Angola.

Posto isto, o trabalho encontra-se estruturado em cinco sessões. Depois desta breve introdução são apresentados os aspectos metodológicos utilizados na realização do mesmo. De seguida são apresentadas as diferentes vias de objetivação do capitalismo, destacando-se as vias clássica da Inglaterra, prussiana da Alemanha e colonial do Brasil. A quarta sessão é reservada à via colonial angolana, sendo nela feito um breve recorte histórico da economia de Angola, apontando aspectos como a transição para a economia do café, a burguesia colonial, o breve impulso industrializante, dentre outros, de modo a determinar a particularidade da formação capitalista naquele país. Por fim são tecidas as considerações finais.

Importante salientar que a escassez de material bibliográfico, assim como a carência de recursos financeiros para a obtenção de mais informações fidedignas se constituíram como os principais empecilhos na realização deste trabalho.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se propõe a determinar os traços particulares da formação do capitalismo em Angola tendo por eixo a discussão da via colonial de formação do capitalismo no Brasil. Para o alcance deste objetivo, se propôs a realização de uma pesquisa qualitativa, de cunho descritivo, cuja técnica utilizada para o levantamento de dados foi a pesquisa bibliográfica, sendo o método histórico de procedimento aquele utilizado na pesquisa.

De acordo com Zanella (2009, p. 75) a pesquisa qualitativa “se fundamenta principalmente em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não-utilização de instrumental estatístico na análise dos dados”. No mesmo sentido, Minayo (2009, p. 21) afirma que esta pesquisa “se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado”. Trata-se, pois, de um tipo de pesquisa cuja finalidade é descrever, compreender e interpretar fenômenos sociais e, por este motivo procura apurar significados, crenças, aspirações, motivos, valores e atitudes. Logo, por se preocupar em interpretar níveis da realidade social relacionados ao agir, pensar e interpretar do ser humano (níveis estes não visíveis), há uma dificuldade em transformar estas informações em números e indicadores quantitativos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009; MINAYO, 2009). A pesquisa é de cunho descritivo por ter como finalidade a descrição dos fenômenos e fatos de uma determinada realidade, sendo que no presente trabalho a pesquisa tratará de descrever os traços particulares da formação do capitalismo em Angola (Zanella, 2009).

No que diz respeito ao levantamento de dados utilizou-se a pesquisa bibliográfica, também chamada de pesquisa de fontes secundárias, por se tratar de uma técnica indispensável na realização qualquer pesquisa científica (MARTINS; THEÓPHILO, 2009), visto que ela

[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 183).

Longe de ser uma mera reprodução daquilo que já foi apresentado, de maneira oral ou escrita, a pesquisa bibliográfica procura dotar o pesquisador de informações já expostas com o objetivo de instigar enfoques diferentes na análise de um tema, proporcionando um contributo maior para o tema em análise (MARCONI, LAKATOS, 2003).

Serviu-se do método histórico como método de procedimento para a realização da pesquisa por se tratar de um método que

[...] consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 107).

Portanto, para se descrever a forma particular de entificação do capitalismo em Angola, tendo a via colonial brasileira como base para a compreensão deste fenômeno social, foi necessária a investigação de fatos sociais, econômicos e políticos ocorridos no passado, bem como a sua evolução. Assim, como afirmam Marconi e Lakatos (2003, p. 107), “o método histórico preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos”.

É importante sinalizar que todos esses aspectos de procedimentos e de taxonomia do tipo de pesquisa estão submetidos à posição de uma crítica da economia política (MARX, 2015). Primeiramente, não se deve estacionar nas formas aparentes, na superfície das relações sociais.

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam... (MARX, 2011, p. 76-77)

Evidentemente que o esforço é o de capturar as relações materiais e os complexos problemas que se impõem nos limites de um trabalho de graduação. Apesar disso, não poderia deixar de haver tal esforço na medida em que o fator verdadeiramente explicativo dos processos angolanos é modo como se articula a produção da riqueza e sua distribuição naquele país. Nessa mesma direção, é preciso indicar que os procedimentos históricos estão igualmente submetidos a uma apreensão histórica dos processos. Com isso queremos dizer que os resultados hodiernos são consequências daquela articulação de produção e distribuição de riqueza ao longo do tempo, da luta entre classes e frações de classes; queremos dizer que o passado cria as condições para o presente e é a apreensão materialista desses processos que

permitem uma melhor explicação das contradições que movem o capital global e como Angola se integra aos ciclos desse movimento.

3. AS DIFERENTES VIAS DE OBJETIVAÇÃO DO CAPITALISMO

O presente capítulo buscará enfatizar o fato de que as formas clássicas de transição para o capitalismo não se fazem obrigatórias, sendo verificadas muitas outras, cada uma com sua peculiaridade determinada pela época e contexto histórico de cada país (CHASIN, 1978). Portanto, os aspectos relacionados à formação do capitalismo em determinado lugar têm de ser examinados no “fluxo particular” em que se coloca este modo de produção. Veremos, pois, que para além das circunstâncias históricas locais, a integração de cada país ao desenvolvimento global do capital determina o caráter temporal da transição e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Entretanto, veremos também que o transitar mais cedo ou mais tarde para este modo de produção não se encontra, necessariamente, numa relação causal com o forte ou fraco desenvolvimento das forças produtivas, ou mesmo com a existência ou não de progresso econômico e/ou social em determinado lugar. O que irá determinar o desenrolar das forças produtivas, assim como das relações econômicas e sociais concretas são o conjunto de circunstâncias histórico-locais, que darão justamente os contornos particulares da manifestação do capitalismo em cada lugar.

3.1 Formação Clássica do Capitalismo

A presente seção se propõe a abordar a formação clássica do capitalismo. As formas clássicas de capitalismo são aquelas que se sucederam em países como Inglaterra e França, tendo como ponto de convergência o fato de que tal modo de produção foi precedido de revoluções da classe burguesa, levando ao desmantelamento do poder feudal e culminando na constituição de um capitalismo autêntico – urbano-industrial, posto pelo trabalho assalariado, industrialização e pela extração da mais-valia do trabalhador – e de uma classe burguesa forte e nacional (MAZZEO, 1988). De forma a delimitar o tema, abordar-se-á apenas a formação do capitalismo na Inglaterra, tendo em vista o fato de ter sido este país o berço da formação deste modo de produção. Desta feita, discorrer sobre a formação do capitalismo neste mesmo país remete-nos imediatamente à obra de Karl Heinrich Marx, *O Capital*, que com o auxílio dos modos de produção anteriores ao capitalismo, dissecou precisamente o modo de produção capitalista, revelando o caminho de desigualdade social levado a cabo pelas forças e relações de produção contraditórias e manifestado sob a forma de “lutas de classe” (ROIZ, 2009). Tal obra permite-nos apreender os pressupostos históricos da constituição deste modo de produção, e expressa com precisão a complexidade da relação entre trabalho e capital.

Marx, após discorrer sobre a transformação do dinheiro em capital, a produção da mais-valia por meio do capital, e como aquela (mais-valia) acaba originando novamente este (capital), apresenta a “assim chamada acumulação primitiva”. Para Marx (1996), a acumulação primitiva é o ponto de partida da produção capitalista. Ela surge da acumulação de riqueza feita por algumas pessoas, deixando a grande massa restante desprovida dos meios necessários à sua subsistência. Marx, antes mesmo de descrever o processo da acumulação primitiva, apresenta a visão que a Economia Política tem sobre este processo. Diz ele:

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. A lenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; a história do pecado original econômico no entanto nos revela por que há gente que não tem necessidade disso. Tanto faz. Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele (MARX, 1996, p. 339).

Deste modo, para a Economia Política, a acumulação primitiva é fruto da diligência de uma minoria inteligente (aristocracia) que foi capaz de fazer o uso racional dos recursos disponíveis e acumular riqueza, enquanto que a grande maioria, desprovida de diligência e parcimônia, esbanjou tudo o que tinha e nada conseguiu juntar; restando a ela a triste alternativa de vender a si mesma (PAÇO CUNHA, 2012). Veremos, porém, que a posição de Marx quanto a este processo suplanta o argumento defendido pela Economia Política, posição esta que se mostra mais consentânea por ser capaz de apurar fatos e elementos-chave convincentes, fornecendo-nos uma base mais sólida para a compreensão deste modo de produção.

Tendo em conta que os meios de produção e subsistência são escassos, há a necessidade de transformá-los em capital; assim, Marx (1996) explica que tal transformação se dá quando duas espécies distintas de possuidores de mercadorias se deparam e entram em contato: de um lado os detentores de dinheiro e meios de produção que procuram valorizar o capital, e de outro os trabalhadores vendedores da força de trabalho, chamados de trabalhadores livres tanto pelo fato de não pertencerem aos meios de produção quanto pelo fato de não possuírem os mesmos. Deste modo se tem o processo de separação, que transforma os meios sociais de subsistência e de produção em capital e distancia da grande massa trabalhadora estes mesmos meios, transformando-os em trabalhadores assalariados, livres para vender a única coisa que possuem: a sua força de trabalho. Portanto, afirma Marx

(1996, p. 340) que “A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como ‘primitivo’ porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”.

Pode-se assim compreender que a separação do trabalhador dos meios necessários para a sua subsistência (propriedade) constitui a condição fundamental para o surgimento da produção capitalista. Todavia, este processo de separação que levou à concentração de riqueza nas mãos de poucos foi marcado pela violência, pelo domínio, pelo confronto entre homens; uma visão que a Economia Política não foi capaz de traçar. Assim, afirma Marx que

Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel. Na suave Economia Política reinou desde sempre o idílio. Desde o início, o direito e o “trabalho” têm sido os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se de cada vez, naturalmente, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo, menos idílicos (MARX, 1996, p. 340).

Parágrafos à frente Marx explica o percurso histórico que deu origem a produção capitalista. Para ele, este modo de produção deriva da decomposição da sociedade feudal, afirmando, portanto, que “A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (MARX, 1996, p. 340). E continuou:

O produtor direto, o trabalhador, somente pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa. Para tornar-se livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde houver mercado para ela, ele precisava ainda ter escapado do domínio das corporações, de seus regulamentos para aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Assim, o movimento histórico, que transforma os produtores em trabalhadores assalariados, aparece, por um lado, como sua libertação da servidão e da coação corporativa; e esse aspecto é o único que existe para nossos escribas burgueses da História. Por outro lado, porém, esses recém-libertados só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, lhes foram roubados. E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo (MARX, 1996, p. 340- 341).

A expropriação do povo do campo e a conseqüente transformação das propriedades comunais dos camponeses e de suas bases fundiárias em campos de pastagem para ovelhas se constituiu, dentre vários outros acontecimentos do século XVI, o mais decisivo, que culminou na separação entre o trabalhador e a propriedade, sujeito e objeto; sendo que este acontecimento data os primórdios e a base do modo de produção capitalista. Tal fato, de

acordo com Marx (1996), teve lugar entre o último terço do século XV e as primeiras décadas do século XVI; tornando-se, portanto, relevante para a explicitação da constituição de uma massa de trabalhadores livres e disponíveis que, invadindo os espaços urbanos, vão formar o “exército industrial de reserva”; fato este marcado pela violência sob variadas formas.

O contexto social da Inglaterra no século XV era de uma população livre da servidão e a maior fração dela era composta de camponeses livres e economicamente autônomos, embora fossem ainda tratados por servos. Diante deste contexto, Marx explica como o feudalismo foi preponderante na constituição desta massa de proletários livres. Assim diz ele:

Uma massa de proletários livres como os pássaros foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observa acertadamente Sir James Steuart, “por toda parte enchiam inutilmente casa e *castelo*”. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua luta pela soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, sua única causa. Foi muito mais, em oposição mais teimosa à realeza e ao Parlamento, o grande senhor feudal quem criou um proletariado incomparavelmente maior mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária, sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpação de sua terra comunal. O impulso imediato para isso foi dado, na Inglaterra, nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a consequente alta dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora devorada pelas grandes guerras feudais; a nova era uma filha de seu tempo, para a qual o dinheiro era o poder dos poderes. Por isso, a transformação de terras de lavoura em pastagens de ovelhas tornou-se sua divisa. Harrison, em sua *Description of England. Prefixed to Holinshed’s Chronicles*, descreve como a expropriação dos pequenos camponeses arruína o país. *What care our great incroachers!* (Mas o que importa isso a nossos grandes usurpadores!) As habitações dos camponeses e os *cottages* dos trabalhadores foram violentamente demolidos ou entregues à ruína (MARX, 1996, p. 343).

Neste trecho fica claro como a nobreza feudal, por meio da violência e do apoderamento ilegal das terras, e movida por interesses comerciais e políticos foi responsável (embora não fosse a única) pela criação de um número maior de proletariado, destituído de suas terras e tendo suas vidas levadas à desgraça total. Vê-se a partir daí um afloramento dos interesses capitalistas por parte da nobreza feudal, criando condições para uma transformação de uma massa populacional em trabalhadores assalariados e dos meios de produção em capital. Deste modo afirma Marx (1996, p. 355) que “Eles conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como os pássaros.”.

A nascente manufatura na Inglaterra não foi capaz de incorporar todo aquele aglomerado de trabalhadores que passou a habitar os grandes centros urbanos, uma vez expulsos de suas terras, nem estes conseguiram se enquadrar instantaneamente às novas regras de trabalho que lhes foram impostas. Vale lembrar que à época tinha-se uma Europa recém

saída de um ambiente rural e comunitário que compunha o feudalismo e que vai adquirindo aos poucos características de urbanização e modernização. É neste contexto, portanto, que os espaços urbanos são invadidos por essa massa de proletários, restando-lhes a única alternativa de se abrigar nas ruas das cidades, tendo como fonte de sustento a esmola, o assalto, a vagabundagem praticados por vontade própria e na maioria dos casos por obrigação circunstancial (MARX, 1996). Assim, explica Marx que em consequência desta nova realidade surge

[...] em toda a Europa ocidental, no final do século XV e durante todo o século XVI, uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os ancestrais da atual classe trabalhadora foram imediatamente punidos pela transformação, que lhes foi imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como criminosos “voluntários” e supunha que dependia de sua boa vontade seguir trabalhando nas antigas condições, que já não existiam (MARX, 1996, p. 356).

Durante anos várias leis foram criadas para punir todo aquele que fosse considerado vagabundo válido, quais sejam: ser açoitado, ter a metade da orelha cortada ou marcada, ser condenado à escravidão, executar trabalhos forçados, ser levado compulsoriamente à terra natal, ter os filhos tomados, dentre outras leis, incluindo também a pena de morte. Perante esta situação, remata Marx com a seguinte declaração: “Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformado em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do acoite, do ferro em brasa e da tortura” (MARX, 1996, p. 358).

Na sequência, Marx explica que no desenvolvimento da produção capitalista se faz necessário não apenas a separação entre capital e trabalho, mas também

[...] uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição, costume, reconhece as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes. A organização do processo capitalista de produção plenamente constituído quebra toda a resistência, a constante produção de uma superpopulação mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em trilhos adequados às necessidades de valorização do capital, e a muda coação das condições econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador (MARX, 1996, p. 358-359).

O modo de produção capitalista tem a necessidade de formar uma massa de trabalhadores que aceite a realidade que lhes é imposta como natural, uma realidade que sempre existiu e sempre existirá. Para tal, conta com a participação tanto da educação como da tradição e do costume. A reprodução deste modo de produção depende da alienação tanto do próprio indivíduo quanto de seus meios de produção, bem como da criação de uma oferta de mão de obra sempre maior do que aquela que o mercado de trabalho é capaz de absorver.

Assim, um exército proletário sempre maior garante a constante reposição da peça mais barata no processo de produção capitalista: a força de trabalho. Por conseguinte, é possível afirmar que o capitalismo tanto constrói o desemprego como depende de uma parcela deste para a sua reprodução. Na sequência diz Marx:

Violência extra-econômica direta é ainda, é verdade, empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, o trabalhador pode ser confiado às “leis naturais da produção”, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada. Outro era o caso durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (MARX, 1996, p. 359)

Neste contexto, uma dependência econômica do trabalho em relação ao capital é sempre necessária e desejável, pois somente por meio dela é que a relação de desigualdade e exploração é sustentada. A despeito disso, pode-se afirmar que é muito mais o capital que depende do trabalho, neste caso, assalariado, visto que o êxito da produção capitalista está na criação deste modo de trabalho, onde a força é aplicada produtivamente para a geração de riqueza privada para a valorização do capital. O trabalho, enquanto força humana aplicada a um fim, sempre existiu e poderá continuar existindo sob outras formas sem ser o assalariado; já o modo de produção capitalista dificilmente consegue resistir sem a base que o sustenta. Outro aspecto importante na explanação de Marx é o papel do Estado na acumulação primitiva. A monarquia, com o objetivo de recuperar o poder que havia perdido quando o feudalismo tornou-se a unidade política e econômica hegemônica, torna-se aliada da então classe emergente, a burguesia, apoiando seus interesses. Logo, uma legislação a favor dos interesses burgueses é gerada, contribuindo, assim, para que a relação de exploração se perpetue.

Após abordar a expropriação do povo do campo, Marx explica de onde surgem os capitalistas. Ele afirma que o processo que deu origem ao arrendatário capitalista foi um processo lento que durou séculos, sendo que dele participaram os próprios servos que, possuindo uma situação econômica diferente dos demais por usufruírem da condição de pequenos proprietários livres, conseguiram alcançar a emancipação (MARX, 1996). E Marx continua:

Na Inglaterra, a primeira forma de arrendatário é o bailiff, ele mesmo um servo. Sua posição é idêntica a do villicus da Roma Antiga, apenas em esfera de ação mais estreita. Durante a segunda metade do século XIV, ele é substituído por um

arrendatário a quem o landlord fornece sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito diferente da do camponês. Apenas explora mais trabalho assalariado. Torna-se logo metayer, meio arrendatário. Ele aplica uma parte do capital agrícola, o landlord a outra. Ambos dividem o produto global em proporção contratualmente determinada. Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra, para dar lugar ao arrendatário propriamente dito, o qual valoriza seu próprio capital pelo emprego de trabalhadores assalariados e paga uma parte do mais-produto em dinheiro ou in natura, ao landlord como renda da terra.

Enquanto, durante o século XV, o camponês independente e o servo agrícola, que trabalha como assalariado e, ao mesmo tempo, para si mesmo, se enriquecem mediante seu trabalho, a situação do arrendatário e seu campo de produção permanecem igualmente medíocres. A revolução agrícola, no último terço do século XV, que prossegue por quase todo o século XVI (com exceção de suas últimas décadas) enriqueceu o arrendatário com a mesma rapidez com que empobreceu o povo do campo. A usurpação das pastagens comunais etc. permitiu-lhe grande multiplicação de seu gado, quase sem custos, enquanto o gado fornecia-lhe maior quantidade de adubo para o cultivo do solo (MARX, 1996, p. 363-364).

Tem-se, portanto, por meio do arrendatário das terras uma acumulação de riqueza baseada no emprego do trabalho assalariado. Este, uma vez desvinculado do antigo proprietário da terra (o senhor feudal) e impulsionado pela expropriação do povo de sua base fundiária pôde fazer o uso das terras comunais para pastagem do gado e usar produtivamente a mão de obra assalariada para o cultivo do campo (PAÇO CUNHA, 2012). Juntem-se a isso vários outros acontecimentos que ocorreram durante o século XVI como a contínua queda em valor dos metais nobres e o constante aumento dos preços dos produtos agrícolas, que permitiram tanto a redução dos salários e da renda a ser paga ao *landlord*, quanto o acréscimo do capital monetário do arrendatário. Tais fatores contribuíram ainda mais para o enriquecimento do arrendatário capitalista, sem a sua necessária colaboração (MARX, 1996). Destarte, Marx completa dizendo: “Assim, ele se enriquecia, ao mesmo tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu landlord. Não é de admirar, portanto, que a Inglaterra, nos fins do século XVI, possuísse uma classe de ‘arrendatários de capital’, bastante ricos para a época” (MARX, 1996, p. 364).

A expropriação do povo de campo de suas terras e a revolução agrícola também tiveram efeito sobre a indústria urbana fornecendo a ela massas de proletários capazes de manter a lei da oferta e da procura sempre favoráveis à exploração capitalista. Como disse Marx,

Temos de nos deter ainda um momento nesse elemento da acumulação primitiva. À rarefação do povo independente, economicamente autônomo, do campo correspondeu o adensamento do proletariado industrial, do mesmo modo como, segundo Geoffroy Saint-Hilaire, o adensamento da matéria do universo aqui se explica por sua rarefação ali. Apesar do número reduzido de seus cultivadores, o solo proporcionava, depois como antes, tanta ou mais produção, porque a revolução nas relações de propriedade fundiária foi acompanhada por métodos melhorados de cultura, maior cooperação, concentração dos meios de produção etc., e porque os

assalariados agrícolas não apenas foram obrigados a trabalhar mais intensamente, mas também o campo de produção, sobre o qual trabalhavam para si mesmos, se contraía mais e mais. Com a liberação de parte do povo do campo, os alimentos que este consumia anteriormente também são liberados. Eles se transformam agora em elemento material do capital variável. O camponês despojado tem de adquirir o valor deles de seu novo senhor, o capitalista industrial, sob a forma de salário. Assim como os meios de subsistência, foram afetadas também as matérias-primas agrícolas nacionais da indústria. Transformaram-se em elemento do capital constante (MARX, 1996, p. 365).

Tem-se aí um avanço no processo de acumulação primitiva propellido pelo capitalista industrial. Ele não apenas faz o uso extensivo da força de trabalho assalariada, como concentra em suas mãos tanto os meios de produção quanto a matéria-prima necessários à subsistência do trabalhador, reforçando ainda mais a dependência deste em relação ao capital. Neste caso forma-se um mercado interno, onde o trabalhador faz uso do salário para adquirir os bens de que necessita (PAÇO CUNHA, 2012). A criação de um mercado interno é um aspecto relevante para a produção capitalista, visto que este modo de produção necessita de meios que estejam constantemente valorizando o capital. Deste modo, Marx afirma o seguinte:

Assim, com a expropriação de camponeses antes economicamente autônomos e sua separação de seus meios de produção, se dá no mesmo ritmo a destruição da indústria subsidiária rural, o processo de separação entre manufatura e agricultura. E somente a destruição do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita (MARX, 1996, p. 367).

Ao se abordar o capital industrial torna-se relevante destacar duas espécies de capital que surgiram antes mesmo do aparecimento do modo de produção capitalista: o capital usurário e o capital comercial. Estas formas de capital tiveram o seu desenvolvimento impulsionado pelo processo de colonização, e este último, por intermédio das trocas mercantis e do uso da violência, representou um momento fundamental da acumulação primitiva (PAÇO CUNHA, 2012). Tal como afirma Mazzeo,

A expansão mercantil e a conseqüente descoberta e colonização do Novo Mundo podem ser inseridas no processo de acumulação originária de capitais, onde as colônias exercem um papel fundamental, constituindo-se em poderosas alavancas de concentração de capitais, que ampliam as já existentes. Neste sentido as colônias americanas representam um momento crucial que o nascente modo de produção capitalista encontra para efetuar seu processo de reposição de capitais, objetivando dilatar suas condições de existência (MAZZEO, 1988, p. 6).

No caso particular da Inglaterra em finais do século XVII, não apenas o sistema colonial, mas também o próprio Estado teve participação no processo de acumulação

primitiva. Vemos como as colônias na América e também em África vão se constituindo de modo integrado ao capitalismo ascendente. A esse respeito disse Marx:

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se então, mais ou menos em ordem cronológica, a saber pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, em fins do século XVII, são resumidos sistematicamente no sistema colonial, no sistema da dívida pública, no moderno sistema tributário e no sistema protecionista. Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 1996, p. 370).

Parágrafos à frente Marx explica o papel da dívida pública na acumulação primitiva:

A dívida pública torna-se uma das mais enérgicas alavancas da acumulação primitiva. Tal como o toque de uma varinha mágica, ela dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante. Porém, abstraindo a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que atuam como intermediários entre o governo e a nação — como também os arrendatários de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo do Estado rende o serviço de um capital caído do céu — a dívida do Estado fez prosperar as sociedades por ações, o comércio com títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em uma palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia (MARX, 1996, p. 373-374).

Logo, tanto o capital comercial quanto o capital usurário (impulsionados pelo sistema colonial e pela dívida pública, respectivamente) favoreceram não somente à acumulação primitiva, como também alavancaram o desenvolvimento de novas instituições que vão reproduzir cada vez mais a lógica capitalista de produção (PAÇO CUNHA, 2012). Não obstante a isso, exploração intensa da mão de obra infantil, por meio do roubo e da sua escravização, também teve lugar neste processo, favorecendo em grande escala a indústria nascente (MARX, 1996).

Vemos, então, que o modo de produção capitalista, como qualquer outro, não se instaurou na sociedade inglesa de um dia para o outro. Foi necessário todo um processo histórico que levasse à fragmentação do feudalismo na Europa transformando as relações de trabalho servis, desenvolvendo o comércio e a manufatura, propiciando a expropriação do povo do campo e a conseqüente segregação do trabalho e da propriedade até que se desenvolvessem as novas forças produtivas e se consolidasse esta nova fase de produção; processo este marcado pela violência e impulsionado pelas condições e características

peculiares da época em que se desenvolveu e que teve como resultado direto a criação de uma nova classe, a burguesia – que propeliu a nova forma produtiva –, e dos Estados modernos “politicamente centralizado, administrando e dando suporte às atividades econômicas da burguesia comercial, materializada no mercantilismo” (MAZZEO, 1988, p. 5). Vale destacar que

em sua gênese, o capitalismo iniciou sua expansão simplesmente apropriando-se das formas econômicas já existentes para, em seguida, engendrar formas próprias, progressivamente, que lhe permitissem um amplo crescimento, até chegar ao salto quantitativo que foi a Revolução Industrial, momento em que os capitais até então acumulados pelo capitalismo da primeira fase, isto é, pelo mercantilismo fossem aplicados no desenvolvimento da maquinaria, pelo fato de que quanto maiores os horizontes de novos mercados maiores as necessidades de ampliar, com menores custos, a produção de mercadorias (MAZZEO, 1988, p. 7-8).

Após discorrer sobre alguns dos pontos relevantes do processo de acumulação primitiva que deu origem à forma clássica do capitalismo (na Inglaterra), torna-se possível abordar as diversas formas de objetivação deste modo de produção, que vão ganhando contornos diferentes de acordo com o país e a época histórica em que se manifesta. Assim, dentre os vários processos particulares de constituição do modo de produção capitalista, e para efeito de delimitação do tema, serão tecidas considerações sobre a via prussiana e a via colonial do capitalismo, sendo esta última fundamental para o alcance do objetivo do presente trabalho, que se trata de determinar os traços particulares da formação do capitalismo em Angola.

3.2 Via prussiana para o capitalismo

Sabe-se que o capitalismo é um modo de produção e uma forma de organização social que se fundamenta na relação de exploração baseada na segregação entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores proprietários apenas de sua força de trabalho, e que, enquanto tal, não se manifesta de forma pura em lugar algum, tendo em vista a pluralidade de formas particulares de formação deste mesmo modo de produção. Este fato é melhor explicado nas palavras de Chasin, segundo as quais,

[...] a *sociedade* pode se apresentar *mais* ou *menos* desenvolvida do ponto de vista capitalista, *mais* ou *menos* expurgada de elementos pré-capitalistas, *mais* ou *menos* modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há *modos* e *estágios* de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a *anatomia*, mas que a realizam através de concreções específicas (CHASIN, 1978, p. 620).

A afirmação de Chasin desperta a atenção ao fato de existir uma diversidade de formas de entificação do capitalismo, que variam de acordo ao próprio contexto histórico de cada país e/ou região; o que nos ajuda a compreender que não se faz obrigatório (e dificilmente ocorrerá) que a transição para o capitalismo se dê por meio das formas clássicas, ou seja, que o processo de transição para o capitalismo apresente todas as características que a forma clássica apresentou. Isto implica dizer que abordar o modo de produção capitalista é abordar as diversas formas sob as quais este se materializa em cada país (por vezes em regiões inteiras), buscando-se captar, de maneira minuciosa, a particularidade concreta com que este modo se manifesta em cada lugar (CHASIN, 1978).

Por conseguinte, para além das formas clássicas, existe um universo de formas não clássicas que evidenciam a possibilidade de passagens específicas para o capitalismo, as quais fazem parte deste mesmo universo a forma particular da via prussiana e da via colonial (característica de alguns países de extração colonial); formas estas que apresentam um progresso social vagaroso e irregular, pagam altos tributos ao atraso e procuram sempre conciliar o velho e o novo (CHASIN, 1978). Portanto, para efeito da realização do presente trabalho se estará considerando como via prussiana o caso particular de entificação do capitalismo alemão, e como via colonial o caso particular de entificação do capitalismo brasileiro, tendo em conta que os casos italiano e japonês também podem ser apreendidos como formações de via prussiana, assim como o caso norte-americano pode ser enquadrado como via colonial (Mazzeo, 2015).

De acordo com Chasin,

Via prussiana, ou caminho prussiano para o capitalismo, como a denominou Lênin, aponta para um processo particular de constituição do modo de produção capitalista. No dizer de Carlos Nelson Coutinho trata-se de um *itinerário para o progresso social sempre no quadro de uma, conciliação com o atraso*: "Ao invés das velhas forças e relações sociais, serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da 'via francesa' ou da 'via russa', a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo 'pelo alto' que exclui inteiramente a participação popular (CHASIN, 1978 p. 621).

Assim, denomina-se via prussiana a forma particular de capitalismo desenvolvido na Alemanha, caracterizada essencialmente pela “conciliação entre o velho e o novo”, uma vez que no plano do seu desenvolvimento não foi verificado a revolução da classe burguesa como forma de emancipação da mesma (tal como ocorreu nas formas clássicas), sendo usado o artefato meramente político como meio de alcançar as reformas no contexto econômico que

culminariam no modo de produção capitalista. Como explica Osório (2011), a passagem do Estado germânico para a modernização não contemplou a revolução dual, política e econômica que seus congêneres europeus a oeste contemplaram, tendo em vista uma série de acontecimentos históricos que levou a Alemanha a seguir um caminho alternativo na transição do modo de produção feudal para o capitalista.

A ascensão da classe burguesa na Alemanha ocorre de maneira tardia, em uma época em que a burguesia no resto da Europa já se encontrava politicamente declinada (CHASIN, 1978). Embora se contemplasse na Alemanha, em 1848, reivindicações por reformas liberais modernizantes levadas a cabo pela classe burguesa comercial emergente, tais reivindicações acabaram sendo extirpadas pelo setor dominante prussiano que, objetivando perpetuar a estrutura de poder então vigente, decide adotar uma estratégia conservadora com a finalidade de frear os impulsos revolucionários e eliminar as transformações universalistas e democráticas contidas nos ideais liberais, numa fase que a própria burguesia industrial europeia convertia-se em classe conservadora. Por conseguinte, o Estado coopta “[...] a burguesia comercial emergente para efetivar sua modernização nos moldes do conservadorismo” (OSÓRIO, 2011, p. 101-102). A respeito disso, Engels afirma que

[...] de um lado o governo, a passos de tartaruga, reforma as leis no sentido do interesse burguês; afasta os obstáculos, ao desenvolvimento industrial, criados pelo feudalismo e o particularismo dos pequenos Estados; estabelece a unidade da moeda, dos pesos e medidas; introduz a liberdade profissional e de circulação, pondo à completa e ilimitada disposição do capital a mão-de-obra da Alemanha; favorece o comércio e a especulação; por outro lado a burguesia abandona ao governo todo o poder político efetivo; vota os impostos e os empréstimos; cede-lhe soldados e ajuda-o a dar às novas reformas tal aparência legal que o velho poder policial mantém toda sua força ante os indivíduos recalcitrantes; a burguesia compra sua emancipação social gradual ao preço de uma renúncia imediata de seu próprio poder político (ENGELS, 1977, apud CHASIN, 1978, p. 623).

Fiori (1990) argumenta que o atraso, a resistente nobreza feudal, a situação geográfica desfavorável e as guerras continuadas se configuraram como motivos que impediram a burguesia alemã alcançar a mesma supremacia política que se verificou na Inglaterra e na França. Em decorrência disso, a burguesia se viu obrigada a firmar uma aliança com a nobreza agrária, “da qual resultou uma evolução ‘progressiva’ das relações de produção, uma evolução ‘desde cima’ ou ‘pelo alto’ como a chamaram mais tarde” (FIORI, 1990, p. 43-44).

Segundo Osório (2011, p. 102), a intenção do Estado, sob direção da nobreza Junker (proprietários rurais de caráter feudal), era “empreender mudanças conjunturais sem efetivas alterações estruturais, conforme desejado pelas classes dominantes”. Logo, no lugar da revolução se tem a negociação com o governo e, assim, a emancipação da classe burguesa é

comprada gradualmente, tendo como contrapartida a renúncia imediata do seu poder político, uma vez que a burguesia abre mão do direito de governar em prol do direito de lucrar (CHASIN, 1978; OSÓRIO, 2011). Desta feita, como afirma Mazzeo,

Vemos, assim, que na Alemanha a passagem do feudalismo ao capitalismo se dá de forma lenta, sem rupturas de caráter revolucionário. A revolução burguesa dá lugar à reforma modernizadora, onde a nobreza *junker* se apossa do aparelho de Estado, que passa a ser o poderoso coordenador do processo de modernização. Nesse sentido, o novo paga um grande e pesado tributo ao velho, que se materializa no pacto conciliador que a burguesia fixa com a nobreza terratenente. A necessidade de unificação do país e a fragilidade de sua burguesia industrial impediram-na de romper revolucionariamente com a arcaica burocracia feudal sem desencadear um grande processo revolucionário (MAZZEO, 2015, p. 97).

Assim, a Alemanha “Pelo lado econômico, iniciou seu processo de industrialização de forma tardia, porém, bem-sucedida”; já “pelo lado político, sua elite conservadora evitou mudar substancialmente suas estruturas e seu projeto de potência fracassou” (Osório, 2011, p. 98). Apesar de não ter cumprido o seu papel no campo político, como afirma Engels (1977 apud CHASIN, 1978), a burguesia alemã não diferentemente da inglesa, causou uma revolução na esfera industrial e comercial; e como já era de se esperar, tal revolução trouxe consigo os males associados à instauração do modo de produção capitalista, porém de forma bastante pior, pois se unem aos males deste novo modo de produção os decorrentes do modo de produção em fase de estagnação. Como afirma Marx no prefácio à primeira edição de *O Capital*,

No nosso país, nos lugares em que a produção capitalista se implantou, por exemplo nas fábricas propriamente ditas, o estado de coisas é muito pior que na Inglaterra, porque falta o contrapeso das "leis de fábricas" inglesas. Em todas as outras esferas, aflige-nos, como em todo o ocidente da Europa continental, não só o desenvolvimento da produção capitalista, como também a falta deste desenvolvimento. Além dos males próprios da época atual, temos de suportar uma longa série de males herdados, resultantes da sobrevivência de modos-de-produção antigos, ultrapassados, com o seu cortejo de relações sociais e políticas extemporâneas. Temos de sofrer não só da parte dos vivos mas também da parte dos mortos. Le mort saisit le vif ! (MARX, 1968 apud CHASIN, 1978, p. 622).

Mais uma vez se torna visível o caráter retardatário e conciliador da formação do capitalismo na Alemanha, que tenta por um lado aderir à modernidade, mas por outro carece das condições necessárias para tal desenvolvimento, conformando elementos do antigo regime ao novo. Tal realidade é bastante evidente no que diz respeito ao processo de transformação da propriedade agrária. Como explica Lênin (1960) apud Chasin (1978) – ao abordar a transição do feudalismo para o capitalismo na Rússia, no que diz respeito à questão da

propriedade agrária –, a transição do feudalismo para o capitalismo pode ocorrer por meio da transformação das terras dos latifúndios ou por meio da revolução, ou seja, pela destruição dos latifúndios. Ao primeiro caminho Lênin denominou caminho do tipo prussiano, e ao segundo caminho do tipo norte-americano. No caso específico do capitalismo na Alemanha, foi verificada a primeira forma de transição, na qual o desenvolvimento burguês foi precedido da transformação das grandes fazendas latifundiárias, que aos poucos foram incorporando os métodos de exploração burgueses, deixando de lado os feudais. Como afirma Mazzeo (2015, p. 97), “Nessa forma social de desenvolvimento temos uma situação em que a fazenda feudal do proprietário de terras se transforma lentamente em uma fazenda burguesa, *junker*, condenando os camponeses a décadas inteiras da mais dolorosa expropriação”. Deste modo, e corroborando a afirmação apresentada por Marx, afirma Lênin sobre a via prussiana e a via norte-americana, respectivamente:

A primeira implica a manutenção máxima da sujeição e da servidão (transformada ao modo burguês), o desenvolvimento menos rápido das forças produtivas e um desenvolvimento retardado do capitalismo; implica calamidades e sofrimentos, exploração e opressão incomparavelmente maiores das grandes massas de camponeses, e, por conseguinte, do proletariado. A segunda, entra o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas e as melhores condições de existência das massas camponesas (as melhores possíveis sob a produção mercantil) (LÊNIN, 1960 apud CHASIN, 1978, p. 625).

Mazzeo, comparando o caminho prussiano à via clássica, e também corroborando a afirmação de Marx, argumenta o seguinte: “Podemos dizer que o *caminho prussiano* de desenvolvimento capitalista é historicamente menos ‘generoso’ do que o da ‘via clássica’. Enquanto, no segundo, o processo de desenvolvimento liberta o camponês das cadeias da servidão feudal, o primeiro transforma essa servidão em grilhões capitalistas” (MAZZEO, 2015, p. 98). Portanto, é possível observar que tanto na via clássica quanto na via colonial norte-americana se faz presente a ruptura revolucionária com o sistema feudal e com a estrutura colonial, respectivamente; porém, o contrário acontece com a via prussiana cuja essência do seu desenvolvimento é a conciliação entre o novo e o velho, ou seja, entre o novo modo de produção emergente e o velho em estado de decadência, entre a burguesia e a nobreza terratenente; sempre de forma retardatária, visto que seu desenvolvimento não é precedido de uma revolução das classes sociais subordinadas existentes (pois tem como pano de fundo o reformismo pelo “alto”) e cria obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas e da industrialização, e só aos poucos vai retirando desta mesma conciliação os meios para a sua existência e avanço (CHASIN, 1978; MAZZEO, 2015). Por conseguinte,

afirma Chasin (1978, p. 625) que, “Nesta transformação ‘pelo alto’ o universo político e social contrasta com os casos *clássicos*, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se ‘reúnem os *pecados* de todas as formas de estado”.

É justamente nesta transformação “pelo alto”, que traz consigo uma “solução conciliadora no plano político imediato” e suprime as chances de “ruptura superadora” das camadas sociais subalternas, e no caráter conciliatório entre o novo e o velho que se configura a particularidade da via prussiana para o capitalismo; mas também a grande propriedade rural que paulatinamente vai sendo transformada, adquirindo traços capitalistas, desempenha papel fundamental. Como consequência, mas também em decorrência dos empecilhos causados por forças antagônicas, se tem o vagaroso desenvolvimento das forças produtivas e a tardia industrialização (CHASIN, 1978).

Uma vez caracterizadas de maneira sumária as particularidades da via prussiana para o capitalismo faz-se relevante retratar sobre a maneira como industrialização se deu na Alemanha, tendo em vista que sendo a via prussiana uma forma particular de objetivação do capitalismo, há que entendê-la como um dentre os vários caminhos que concorrem para o “verdadeiro capitalismo”, sendo este “posto pela forma do capital industrial” (CHASIN, 1978, p. 629). Como afirma Marx (1945, apud CHASIN, 1978, p. 629) “o capital industrial é a forma fundamental do regime capitalista, sob a qual este impera sobre a sociedade burguesa”.

A Alemanha apresenta um quadro de industrialização tardio tendo em consideração que sua industrialização ocorre (de maneira acelerada) no período entre 1868 e 1870, período este que marca a unificação deste país e que contrasta com o período de Revolução industrial na Inglaterra, que ocorre no último quartel do século XVIII (CHASIN, 1978). Sua unificação culminou na criação de um único e grande mercado interno, no estabelecimento de uma unidade de moeda e na uniformização de leis, o que impulsionou a elevada acumulação capitalista e permitiu a ampliação do desenvolvimento industrial deste país. Por conseguinte, a Alemanha passa de um estado de ampla base agrária e pouco desenvolvido industrialmente, em 1860 – ocupando o quarto lugar mundial na produção industrial, seguidamente da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos –, para um estado de elevada industrialização, em 1913 – ocupando o segundo lugar na escala dos países industrializados depois dos Estados Unidos, perfazendo o terceiro e o quarto lugar a Grã-Bretanha e a França, respectivamente (CHASIN, 1978). Todavia, o caráter retardatário do desenvolvimento do capitalismo neste país se faz presente mais uma vez, mesmo no período de rápida expansão, apresentando pontos débeis em seu desenvolvimento:

1º) Do ponto de vista das matérias-primas, as bases da indústria alemã eram insuficientes. Em 1913 só dispunha de quantidades suficientes de carvão, zinco e potássio; carecia de petróleo, cobre, estanho, níquel, enxofre etc.; inclusive era deficitária em mineral de ferro. 2º) Do ponto de vista dos mercados, subsequente ao período de expansão, a Alemanha, que dispunha de um aparato de produção capaz de trabalhar a fundo para o mercado mundial, chocava-se frente às posições adquiridas pelas outras grandes potências; este era o pesado tributo de sua industrialização tardia, consequência esta, por sua vez, dos obstáculos com que se deparou a constituição de sua unidade econômica e de sua unidade nacional (CHASIN, 1978, p.634).

Logo, a despeito de a Alemanha ter cumprido o seu papel econômico, no que tange ao alcance do verdadeiro capitalismo, isto é, aquele posto pela industrialização, seu caráter retardatário acabou comprometendo mais uma vez o seu desenvolvimento, visto que mesmo no auge de sua expansão a Alemanha carecia de uma indústria suficientemente madura capaz de fornecer os insumos necessários para a potencialização do capitalismo no país. Mesmo após o período de expansão, a Alemanha, já dotada de potencial para atender o mercado mundial, foi mais uma vez prejudicada pelo seu caráter retardatário que a colocava em posição desprivilegiada em relação às grandes potências que já haviam desenvolvido o seu modo de produção capitalista há mais tempo. Implicou igualmente numa alternativa bélica para garantir o acesso a mercados fornecedores e consumidores, condições de expansão do capital nacional alemão. A solução nazista é a forma política do impulso incontrolável do capital.

3.3 Via colonial para o capitalismo

Tendo por eixo a via prussiana delineada, temos as bases mínimas para abordar a forma particular de objetivação do capitalismo que sucedeu no Brasil, a via colonial, para posteriormente adentrar na discussão sobre o desenvolvimento do capitalismo angolano.

Autores como Carlos Nelson Coutinho e Chasin concordam com a ideia de que a formação do capitalismo brasileiro apresenta aspectos importantes que em muito se assemelham ao caso particular do capitalismo alemão e que, por isso, o caminho prussiano pode ser utilizado como fonte de referência, “como um caminho histórico concreto que produziu certas especificidades que, em contraste, por exemplo, com os casos francês e norte-americano, muito se aproximam de algumas das que foram geradas no caso brasileiro” (CHASIN, 1978, p.626); entretanto, embora Coutinho “aplicasse” o modelo prussiano ao Brasil, Chasin, ao contrário, procura mostrar que, o que caracterizava corretamente a

particularidade brasileira é a via colonial, apontando para as proximidades entre ambas as vias, porém reconhecendo que cada uma das formas de entificação do capitalismo apresenta suas peculiaridades. Assim, a compreensão do caminho prussiano ganha relevo na discussão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil na medida em que seu estudo permite absorver “aspectos mais ou menos gerais” que possibilitem a realização de conexões que promovam o melhor entendimento do caso brasileiro (CHASIN,1978).

Antes mesmo de se apresentar tais conexões, consideremos primeiramente as particularidades da formação do capitalismo brasileiro. Mazzeo afirma que

[...] o processo de entificação do capitalismo no Brasil insere-se no conjunto histórico das formações sociais americanas, na medida em que tais formações apresentam uma gênese colonial comum. No entanto, apesar dessa gênese colonial comum, e, diga-se, do continente americano por excelência, aspectos histórico-particulares de seu processo capitalista aparecem, diferenciando-as, inclusive no que se refere à própria essência da objetivação capitalista. Como exemplo histórico limite, temos os Estados Unidos da América — a "via americana", como chamou Lênin —, onde encontramos uma estrutura de colonização que propiciará a ruptura com o estatuto colonial britânico e com a forma produtiva colonial (2015, p. 100-101).

De acordo com Paço Cunha e Rezende (2015, p. 5), utilizando-se das palavras de Chasin (2000), “A via colonial significa o estabelecimento ‘da existência societária do capital sem interveniência de processo revolucionário constituinte’”. Para eles,

A formação do capitalismo brasileiro tem por característica a sua subordinação aos interesses dos países capitalistas centrais, em quadro de conciliação entre o velho e o novo, onde os herdeiros latifundiários da economia de extração colonial e os industriais locais vinculam-se ao capital internacional imperialista na transição do regime escravista para o modo de produção capitalista em solo brasileiro (PAÇO CUNHA; REZENDE, 2015, p. 2).

Deste modo, tal como na via prussiana, a via colonial brasileira também se fundamenta em um quadro de conciliação entre o velho e o novo, todavia diferencia-se da primeira por se desenvolver mediante a subordinação aos interesses do capital externo que financiou o seu desenvolvimento, não sendo verificada qualquer revolução da classe burguesa nem participação popular. Como afirma Coutinho,

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas - mesmo utópicas - de realizar na prática o ‘cidadão’ e a comunidade democrática. Os movimentos neste sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter

verdadeiramente nacional e popular (COUTINHO, 1967 apud CHASIN, 1987, p. 639).

A burguesia nos casos clássicos do capitalismo como Inglaterra e França levantou bandeiras civilizatórias, progressistas e até humanistas como os ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, e conseguiram desenvolver um capitalismo de identidade nacional, ou seja, que promovesse o progresso social e econômico. No caso da via colonial brasileira tal realidade não é constatada. A burguesia brasileira não teve o menor interesse em trazer os aspectos civilizatórios, progressistas e humanistas, aspectos estes que se configuram como tarefas históricas de sua responsabilidade. Pelo contrário, a classe dominante, como foi visto, nunca teve um apreço pela democracia e sempre que pôde recorrer a métodos autocráticos, sendo um dos episódios, e se calhar o mais marcante, a ditadura.

Neste sentido, compete fazer uma análise dos fatores que condicionaram a ideologia burguesa brasileira e que a levaram a ter um caráter reacionário. Antes de mais nada, cabe apresentar a origem da burguesia brasileira. Pode-se afirmar que a história da burguesia no Brasil remonta o período de colonização do próprio país. Tal como afirma Mazzeo, ao abordar o sistema de capitanias instaurado no Brasil,

Pelo contrário, o regime de capitanias consistia numa *grande empresa do tipo mercantil* onde, apesar de o Estado garantir sua posse, todo o empreendimento era feito por conta e risco do donatário. Um risco que seria compensado pela produção e exportação de mercadorias valiosas nos centros comerciais mais importantes do mundo [...].

Desse modo podemos afirmar que os donatários que receberam do rei a concessão (essa, de fato, era a real estrutura das capitanias) de exploração das terras do Brasil constituem-se nos primeiros burgueses a explorar as riquezas brasileiras e a investir capitais numa atividade bastante rentável, que era a cultura da cana (MAZZEO, 1988, p. 6-7).

Portanto, o período de colonização do Brasil foi marcado por formas produtivas que determinaram a especificidade da sociedade brasileira e que condicionaram fortemente a burguesia nacional; formas estas pautadas pelas relações de produção escravista, o latifúndio, a monocultura e o baixo nível técnico dos colonos no que tange as atividades agrícolas, e que irão formar o caráter “histórico-particular” desta sociedade dando a ela os contornos de sua nacionalidade, isto é, “uma sociedade conservadora rígida, cuja classe dominante, pela própria origem histórica, nasce subordinada, econômica e ideologicamente, aos centros avançados do capitalismo mundial” (MAZZEO, 1988, p. 13).

Logo, a sociedade brasileira que antecede o período de industrialização era uma sociedade fundamentalmente escravista que funcionava sob as bases do regime colonial e,

enquanto tal, apresentava traços conservadores extremados, entranhados e manifestados tanto nas ideias quanto nas ações político-econômicas das classes dominantes. Este caráter reacionário presente na burguesia agrário-mercantil brasileira, uma burguesia “agroexportadora, latifundiária e escravista”, encontra-se intrinsecamente associada à estrutura de produção escravista, isto é, rudimentar, autocrática, mas também, até certo ponto estagnante do Brasil à época (MAZZEO, 2015). O Brasil enquanto colônia apresentava uma produção exclusivamente monocultora de alguns poucos gêneros agrícolas que eram repassados à metrópole, utilizando-se da mão de obra escrava negra. Neste contexto, “[...] a burguesia brasileira esteve direcionada às composições e acordos com os burgueses reinóis, colocando, assim, as fronteiras da convivência pacífica nos limites da garantia da produção escravista e do tráfico de negros – o suprimento fundamental de mão de obra para as lavouras monocultoras” (MAZZEO, 2015, p. 81).

Trata-se, portanto, segundo Mazzeo (2015, p. 81), de uma burguesia “Historicamente débil e, em última instância, subsumida aos desígnios do monopólio metropolitano” que, por meio dos acordos com os burgueses do reino procurará a todo custo preservar seu poder por meio da manutenção da estrutura de produção escravista e latifundiária e que diante da decadência do sistema colonial observa a possibilidade de liberdade comercial, o que a leva a repudiar a ideia de repasse da maior parcela de renda real gerada no Brasil para a metrópole, bem como a romper com as correntes portuguesas que impediam a possibilidade de angariamento de maiores lucros por parte dos poderosos do Brasil.

Isso se deu, pois, no século XVII quando se tem no Brasil uma dinamização da economia colonial impulsionada pelo descobrimento do ouro e conseqüente impulso da atividade mineradora, proporcionando o desenvolvimento de cidades, o surgimento de um mercado interno bem como de uma nova camada social, a burguesia do ouro (muito embora a burguesia agroexportadora continuasse a ser a classe predominante). Este dinamismo leva o Brasil a se tornar o sustentáculo do império português no século XVIII e a atingir, na segunda metade do mesmo século, um desenvolvimento extraordinário que sofreu entraves por parte do monopólio metropolitano do comércio e que em muito contrastava com a profunda decadência da metrópole, afetada pela crise do sistema colonial e subsumida aos interesses do capitalismo britânico. Esta crise, porém, aumentava a perspectiva da liberdade comercial reforçando a postura da burguesia brasileira contra o repasse da maior parte da riqueza à metrópole (MAZZEO, 1988).

A vinda da família real ao Brasil, em 1808, consolida o desenvolvimento do país, uma vez que elimina os entraves metropolitanos dando abertura à colônia para estabelecer relações

comerciais com outros países e instalar fábricas e manufaturas até então proibidas pelo Decreto de 1785, imposto por D. Maria I. Deste modo, é lançado o alicerce para o processo emancipacionista brasileiro, processo este impulsionado pela crise do sistema colonial e pela impossibilidade de se retomar a economia de extrema dependência em relação à metrópole (MAZZEO, 1988).

Deste modo, afirma Mazzeo:

Esse é o "móvel" da emancipação política brasileira, conduzida por competentes membros dessa burguesia "anômala", determinada muito mais pela crise do sistema colonial mundial e por suas consequências imediatas do que por uma proposta de mudança econômico-social que visasse um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em moldes plenamente burgueses. A condução política do "Partido Brasileiro", capitaneado pelos donos de terras e de escravos, não terá assim, em seu conteúdo, nenhuma perspectiva de ruptura real com a estrutura colonial da economia brasileira (MAZZEO, 2015, p. 82).

Portanto, a independência do Brasil em relação a Portugal se dá num momento em que o império não mais consegue garantir os interesses de ordem econômica da burguesia brasileira. O processo de emancipação não é pautado pela intenção de ruptura com o sistema de produção vigente e a consequente organização social; pelo contrário, a estrutura econômico-social é mantida mesmo após a independência. Embora a intenção inicial da classe dominante brasileira não fosse o rompimento com a metrópole, esta se viu forçada a adotar tal proposta como o único meio de salvaguardar seu poderio diante da inviabilidade da perspectiva de se constituir uma monarquia dual (Brasil e Portugal), onde a classe burguesa teria a oportunidade de participar decisoriamente na estrutura de governo de Portugal.

Mas adiante Mazzeo também diz:

Toda a condução política da luta contra Portugal sempre foi realizada, então, na perspectiva dessa burguesia, cautelosa e ciente da necessidade de ter as rédeas do processo em suas mãos, na medida em que o elemento fundamental era a preservação da estrutura econômica colonial do país e de suas relações sociais (MAZZEO, 2015, p. 109).

Uma vez alcançada a independência do país, impõe-se sobre a burguesia agrária brasileira um novo problema, o relacionado à participação popular. Tendo conhecimento da experiência do processo de independência ocorrido no resto da América, os burgueses agrários temiam que se repetisse no Brasil a experiência do "perigo" da participação social ocorrida em outras colônias, que colocou em causa os privilégios da classe dominante, eliminando-os em muitos casos. Isso fazia com que as ideias revolucionárias fossem

fortemente repudiadas pela classe burguesa, o que limitava e condicionava o próprio pensamento desta classe (MAZZEO, 1988).

O desejo de manutenção de uma sociedade escravista impedia o desenvolvimento de uma classe burguesa sólida, com pensamento revolucionário e que exercesse de maneira efetiva o conceito de liberalismo burguês, pois tal conceito pressupõe uma sociedade de homens livres para comprar e vender a sua força de trabalho, o que se contrapunha, de maneira gritante, o tipo de sociedade de sociedade ensejada por esta classe, isto é, uma sociedade escravista que favorecia a manutenção de seus interesses econômicos – o que, no entanto, não gera contradição entre Estado liberal, como era o caso, e autoritarismo. Deste modo, tal como afirma Mazzeo (1988, p. 18) “A estrutura escravista era o maior obstáculo para que o liberalismo chegasse a ser a ideologia dominante da sociedade brasileira”.

Para a classe dominante, o liberalismo limitava-se ao “livre comerciar” e seu caráter tipicamente agrário reforçava a construção de uma “ideologia antiindustrialista”. Não obstante, a burguesia agrária também era avessa ao republicanismo, “fórmula política típica da revolução burguesa” (MAZZEO, 1988, p. 18), pois temia perder seus privilégios com a implantação da descentralização do poder, fato defendido pelas “camadas médias” da sociedade. Destarte, é possível compreender a dificuldade desta classe em adotar uma postura revolucionária que rompesse com o legado colonial vigente.

Ainda segundo Mazzeo (2015), embora houvesse uma postura mais radicalizada das “camadas médias”, ou seja, da pequena burguesia urbana e dos funcionários públicos, no intuito de se desenvolver a industrialização do Brasil, estas camadas possuíam um déficit de maturidade política para sustentarem suas reivindicações; e tendo em conta que o Brasil à época não contemplava condições objetivas favoráveis a uma ruptura com a estrutura social e colonial a ele imposta – sendo a escravidão o maior dos empecilhos – torna-se impossível a alteração das relações de produção e de classe.

Para além de não possuírem maturidade política, os liberais brasileiros sofreram perseguições (como prisões e deportações) por parte a burguesia agrária que, para além de reacionária, se mostrou autocrática desde sua formação. Assim, tal como afirmam Paço Cunha e Rezende,

[...] é ausente uma revolução democrático-burguesa levada à cabo por uma classe burguesa como o ocorreu nos casos clássicos, como a “via francesa”, pois trata-se de uma classe dominante incompleta que, formada a partir da base de extração colonial e habituada às relações de exploração do trabalho próprias da escravidão, não é capaz de cumprir o papel desempenhado pela burguesia nos casos clássicos (PAÇO CUNHA; REZENDE, 2016, p. 9-10).

Por conseguinte, “Poderíamos dizer que em todo tipo de sociedade onde formas plenas de desenvolvimento burguês encontraram travagens históricas; nas formações sociais não pertencentes à ‘via clássica’ o liberalismo apresentou-se com sua face conservadora e reacionária” (MAZZEO, 2015, p. 105), sendo que no Brasil “[...] a ideologia dominante engendra-se numa formação social capitalista de extração colonial” (MAZZEO, 2015, p. 83).

Neste sentido, mesmo após o advento da República, a estrutura produtiva brasileira continuava apresentando características coloniais, baseando-se na produção de matérias-primas e gêneros tropicais em grande escala, voltada para o exterior (PRADO JR., 1974). De acordo com Caio Prado Junior,

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...]. Economia de exportação, constituída para o fim de fornecer gêneros alimentícios e matérias-primas tropicais aos países e populações das regiões temperadas da Europa e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio ultramarino em função do qual se formou e desenvolveu. Será essencialmente uma economia colônia, no sentido mais preciso, em oposição ao que denominamos de economia “nacional”, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa. Esta é a circunstância que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a esta fase de seu desenvolvimento. O país far-se-á imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações (PRADO JR., 1974, p. 270).

Assim, o Brasil, mesmo após ter ultrapassado a condição de colônia, não consegue superar o seu caráter de dependência e subordinação em relação ao exterior, a despeito dos avanços precisamente após 1930. O Brasil atinge o ápice das suas transformações econômicas na fase imperialista mundial, fase esta que, com o auxílio do financiamento externo, o permitiu adentrar na economia internacional. Todavia, o Brasil apresentava incompatibilidade entre o nível de progresso material e sua base econômica. A vasta extensão da cultura do café provocou crises periódicas e crônicas de superprodução e desvalorização deste bem. Contudo, desenvolver-se-ão novas formas econômicas, que representam os primeiros passos de uma economia propriamente nacional, e que condicionarão a constituição e ampliação de um mercado interno. Junte-se a isso o crescimento populacional, a abolição da escravatura, a imigração, o progresso tecnológico dos transportes e comunicações; todos estes fatores contribuíram para o desenvolvimento do mercado interno. Embora o Brasil dependesse muito de importações, elas vão decrescendo devido ao desequilíbrio financeiro que provocava. Elas também se restringem com o tempo e têm uma tendência a desaparecer (PRADO JR., 1974).

Há, então, uma diversificação progressiva de atividades na agricultura, porém é na indústria manufatureira que a transformação econômica se torna mais profunda, uma vez que a indústria nacional veio a substituir progressivamente os produtos importados. A I Guerra Mundial impulsionou a indústria nacional, porém na década de 1920 a indústria sofre grandes vicissitudes, pois há um estímulo à produção de café e a situação financeira do Brasil favorece a importação. Todavia, todo este movimento foi passageiro. A crise de superprodução de 1929 reduz enormemente as exportações do país, interrompe o afluxo de capitais estrangeiros, cria desequilíbrio nas contas externas, desvaloriza a moeda, suspende o serviço da dívida externa e, como consequência, a importações declinam-se; o que estimulou novamente o processo de nacionalização. Mesmo diante de um cenário de crise do café ainda houve uma concentração de esforços da política oficial em manter o sistema agroexportador, por meio da produção de novos gêneros exportáveis que substituíssem o café. É deste modo que a economia cafeeira sofre esgotamento, tendo em conta também os numerosos e respeitáveis concorrentes, bem como a decadência da lavoura que causou o declínio da produtividade e dos rendimentos. (PRADO JR., 1974).

Logo, a crise do sistema agroexportador contribuiu para que o Brasil desenvolvesse uma tendência à diversificação da produção e entrasse numa nova fase do desenvolvimento das suas forças produtivas, uma vez que o sistema de produção exclusivo de poucos gêneros exportáveis já não era capaz de assegurar a prosperidade e o desenvolvimento como outrora; o que levou o Brasil a novos rumos: a industrialização (PRADO JR., 1981). Portanto,

A industrialização se dá no quadro do imperialismo, quando o capital internacional, já a frente do domínio político nos países capitalistas centrais, busca novos espaços para sua expansão, sendo que “não é outro seu objetivo que acaparar em proveito próprio a mais-valia do trabalho brasileiro a seu alcance” (PRADO JR, 2008, p. 280). Isso significa que geneticamente atrelada à edificação do capitalismo no Brasil está a *apropriação dual do mais valor*, ou seja, o excedente econômico gerado deve ser suficiente para atender aos interesses do capital estrangeiro e do capital local, e tal circunstância – de uma dominação hierárquica e internacional do capital – se resolve através de outro elemento estrutural da particularidade brasileira, a *superexploração* da força de trabalho (PAÇO CUNHA; REZENDE, 2015, p. 3).

Tal como outrora, capital estrangeiro esteve fortemente presente na constituição da nova fase que o Brasil adentrava: a industrialização; desenvolvendo-se, então, uma situação de extrema dependência a este capital, situação esta bastante desfavorável para o Brasil, visto que é verificada na constituição de seu capitalismo uma exploração dual do mais valor, tendo em vista que o seu desenvolvimento procurou atender tanto aos interesses deste mesmo capital estrangeiro, seu financiador, quanto aos interesses do capital local – predominando o

primeiro sobre o segundo –, e isso se dá por meio da superexploração da força de trabalho como tendência mais efetivada do que nos países centrais no mesmo período. Assim sendo, tal exploração afeta não apenas a classe trabalhadora, mas o país como um todo, uma vez que absorve deste parte das suas riquezas e recursos fazendo com que a exploração alcance patamares extremos que afetam a acumulação capitalista do país como um todo além de criar condições muito desfavoráveis às classes trabalhadoras. Logo, o capitalismo brasileiro é formado a base de um “capital atrofico”, que não se completa. As dificuldades que encontra o progresso econômico para o país são enfrentadas no plano do Estado como um ineliminável agente econômico. O processo de produção do capital é comprimido em bases precárias, pois tem de anteder aos interesses do capital estrangeiro, ou seja, às “demandas dos polos hegemônicos externos”, ao mesmo tempo em que paga altos tributos a estes (PAÇO CUNHA; REZENDE, 2015). A acumulação interna, dessa forma, não alcança benefícios para a população, permitindo a constituição inacabada de uma burguesia que concentra riquezas para viver como as elites daqueles “polos hegemônicos externos”.

A subordinação estrutural aos interesses imperialistas e a falta de progresso econômico fazem do desenvolvimento do capitalismo brasileiro um desenvolvimento “débil”, onde o progresso social esteve sempre acompanhado de um “quadro de conciliação com o atraso”, visto que não conseguiu eliminar as velhas relações sociais por meio de amplos movimentos populares de massa. Ao invés disso, o que ocorreu foi um reformismo “pelo alto” num plano puramente político que não contemplou a participação popular (PAÇO CUNHA; REZENDE, 2015). A respeito disso, Coutinho afirma que

Aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornavam necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária - o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático - contribuiu, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada (COUTINHO, 1967 apud CHASIN, 1987, p.639).

Uma vez ilustradas as particularidades do caso brasileiro, é possível agora apresentar as conexões entre este e o caso alemão. “Nessa linha de raciocínio, a conexão que se está indicando situa-se no plano de certas determinações gerais, de algumas abstrações operadas em relação ao concreto da particularidade do caminho prussiano” (CHASIN, 1978, p.627). Tem-se, então, a propriedade rural, o reformismo “pelo alto”, o lento desenvolvimento das

forças produtivas e a retardatária implantação e avanço da indústria como fatores presentes e decisivos na constituição do capitalismo de ambos os países. Pelo reformismo “pelo alto” impõe-se em ambos os casos “uma solução conciliadora no plano político imediato”, proporcionado por uma forma autocrática de governo, “que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de *alterações* mais harmônicas entre as distintas *partes* do social”, e o desenvolvimento da industrialização sofre “obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas” (CHASIN, 1978, p. 627). Portanto, ambas as formas de capitalismo conciliam com o “historicamente velho”, onde “o novo paga alto tributo ao velho”.

Todavia, salientam-se algumas diferenças nestes pontos comuns, que constituem em si mesmas as particularidades de cada caso: se no caso alemão a propriedade rural era de caráter feudal, no caso brasileiro seu caráter era fundamentalmente colonial, proveniente de uma economia mercantil; se na Alemanha a solução conciliadora levada a cabo pela forma autocrática de governo foi capaz de garantir o desenvolvimento pleno da burguesia, levando-a “à autonomia nacional e ao progresso econômico de molde ‘capitalista verdadeiro’”, no Brasil, ao contrário, “a inferioridade escravista direciona para a subsunção de sua burguesia aos polos centrais do capitalismo e para a consolidação de uma economia que se conforma como subsidiária à grande produção industrial, enquanto ‘elo débil’ do modo de produção capitalista em seu conjunto anatômico” (MAZZEO, 2015, p. 106-107). Por fim, se no caso alemão a passagem para a modernização se dá nas últimas décadas do século XIX, no caso brasileiro tal passagem ocorre na terceira década do século XX, de sorte que se a Alemanha, mesmo tendo o seu capitalismo considerado como “tardio”, foi capaz de se desenvolver e se tornar uma nação imperialista, o Brasil tem o desenvolvimento de sua industrialização ocorrendo “já na época das guerras imperialistas, onde o país não rompe seu caráter subordinado aos polos hegemônicos do capitalismo internacional” (PAÇO CUNHA; REZENDE, 2015, p. 5), e por este motivo seu capitalismo é considerado “hipertardio”.

Em síntese,

A via colonial então se dá no quadro de uma formação subsumida ao imperialismo, onde a economia nacional é subsumida aos interesses dos polos hegemônicos do capital internacional, iniciando-se o processo de industrialização hiper-tardiamente, se caracterizando pela interdição das lutas e bandeiras progressistas no plano político (PAÇO CUNHA; REZENDE, 2015, p. 5).

Por trás de sua modernização encontra-se o objetivo da manutenção da estrutura do sistema colonial agroexportador ao invés da intenção de ruptura revolucionária, e a ela imanente estão “o estrangulamento da potência auto-reprodutiva do capital, a limitação acentuada de sua capacidade de reordenação social, e a redução drástica da sua força civilizatória (CHASIN, 2000 apud PAÇO CUNHA; REZENDE, 2015, p. 5), a despeito do fato de criar imensos montantes de riqueza que alimentam os polos centrais do sistema e abastecer as elites locais com recursos para desfrutar do melhor da industrialização externa. É marca desse processo uma modernização excludente.

4. VIA COLONIAL ULTRATARDIA: O CASO CONCRETO ANGOLANO

Esta seção se propõe a abordar o contexto específico da constituição do capitalismo em Angola, a qual procurará, dentro do possível, apresentar as particularidades da objetivação deste modo de produção neste país, tendo como base a discussão feita sobre a via colonial. Contudo, vale a ressalva de que, tal como com a via prussiana se mostra insuficiente para explicar a particularidade da via colonial brasileira, assim também esta última se mostra limitada para a apreensão da especificidade da constituição e reprodução do capitalismo angolano, sendo necessário, portanto, “se partir de cada particularidade pelos seus próprios constituintes” (PAÇO CUNHA, REZENDE, 2016, p. 10), ou seja, partir da realidade concreta e não de esquemas anteriores de análise. Assim sendo, a via colonial brasileira se mostra fundamental para a análise do capitalismo em Angola na medida em que ambos os países apresentam uma gênese similar do capitalismo, isto é, a gênese colonial.

Neste contexto, se procurou fazer um recorte histórico, porém resumido, da história econômica de Angola e, ao mesmo tempo, tecer algumas considerações críticas sobre a constituição o vigente modo de produção. Para tal, subdividiu-se a seção em quatro tópicos: o primeiro procurará expor um preâmbulo sobre o período colonial em Angola, apresentando a aliança inicial entre as coroas portuguesa e congolosa. O segundo tratará do período em que ocorreu a ocupação efetiva dos colonizadores (com a publicação do Ato Colonial), bem como algumas características deste sistema que irão se refletir no processo de entificação do capitalismo daquele país. Neste tópico também é apresentada a transição para a economia baseada na exploração de produtos primários, onde se destaca o café; assim como uma breve exposição da constituição da burguesia angolana e o caráter que esta apresenta.

O terceiro tópico destina-se a apresentar o breve período de industrialização que ocorreu dentro de uma economia ainda colonial e o subsequente processo de ruptura com a metrópole, por meio da proclamação da independência do país. O tópico seguinte dedica-se a abordar o período pós-independência marcado pela caótica situação de guerra civil e consequente e profunda crise de cunho econômico, político e social. Por fim, são tecidas as considerações finais.

Importa salientar mais uma vez que a escassez de material bibliográfico disponível relacionado ao presente tema se configurou como a maior dificuldade enfrentada na realização deste trabalho. No entanto, se procurou ao máximo esgotar os materiais pesquisados, a fim de absorver deles informações relevantes à execução da pesquisa e, conseqüentemente, à resolução do problema de pesquisa proposto.

4.1 Período colonial clássico de Angola (1482- 1930)

A inserção de Angola na economia mundial se dá por meio do tráfico negreiro que teve início em África a partir de século XV, momento em que o continente africano passa a ser alvo de interesse econômico europeu, participando, assim, do seu processo de acumulação primitiva, por meio das trocas mercantis e do uso da violência (MACHADO, 2012). Em Angola, tudo começou quando Dom João II – movido por interesses mercantilistas, objetivando alcançar as especiarias indianas – envia o navegador Diogo Cão, comandando uma pequena frota numa missão de descoberta da costa ocidental africana, com vista a desvendar o caminho marítimo para a Índia que serviria para o transporte de mercadorias entre o oriente e o ocidente.

Pensando ter alcançado o Cabo da Boa Esperança, isto é, o ponto mais extremo de África onde se supunha ter uma possível ligação entre os oceanos Atlântico e Índico, Diogo Cão chega ao estuário do Rio Zaire, em 1482. Ao adentrarem o território de M'Banza Congo, província do Zaire (outrora pertencente ao Reino do Congo), os portugueses se deparam com um povo política e administrativamente organizado, que possuía o domínio de atividades como metalurgia, tecelagem, cerâmica, agricultura e pecuária. São estabelecidas, então, relações comerciais entre ambos os povos, sendo que anos mais tarde, em 1575, se constitui a colônia portuguesa de Angola, com a ocupação lusa feita por Paulo Dias de Novais juntamente com 100 família de colonos e 400 soldados⁹.

Novais, objetivando explorar recursos naturais e promover o tráfico negreiro, começa uma intensa luta contra o povo que resistia à ocupação e, diante da desigualdade das forças em disputa, vencem os portugueses, estabelecendo, assim, uma sociedade escravagista onde Angola passa a funcionar como o principal reservatório de abastecimento de escravos para as plantações de cana de açúcar e minas brasileiras. O tráfico de escravos se estendeu até cerca de 1840, embora tal atividade tenha sido abolida em 1836¹⁰. Portanto, uma vez declarado ilegal o tráfico negreiro e diante da necessidade de manter os rendimentos para Lisboa, os portugueses passam a adotar uma estratégia focada na agricultura e na exportação de produtos tropicais e matérias primas, onde se destacam a borracha e o marfim, sendo que o café

⁹REPÚBLICA DE ANGOLA. **Portal Oficial da República de Angola**: a história. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/Historia.aspx>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

¹⁰ Ibidem.

começa a ganhar alguma expressão¹¹. De acordo com o Portal oficial da República de Angola,

Em 1850, Luanda já era uma grande cidade, repleta de firmas comerciais e que exportava conjuntamente com Benguela, óleos de palma e amendoim, cera, goma copal, madeiras, marfim, algodão, café e cacau, entre outros produtos. Milho, tabaco, carne seca e farinha de mandioca começariam igualmente a ser produzidos localmente. Estava a nascer a burguesia angolana¹².

Assim se iniciam, por volta de 1845, as firmas em Angola, cuja finalidade era de alimentar o processo industrial europeu, onde os lucros provenientes do comércio dos bens eram privilégio exclusivo da metrópole sendo, por isso, desincentivadas as formas de manufatura que não trouxessem benefícios a ela. Vale ressaltar que a grande afluência de portugueses para Angola se dá somente em 1885 (aquando da conferência de Berlim que repartiu o continente africano para ser ocupado pelas potências imperialistas, com o objetivo de integrar este mesmo continente ao modelo de expansão do modo de produção capitalista), sendo que a maioria deles era composta de pessoas pertencentes a extratos sociais economicamente desfavorecidos da metrópole, exilados e condenados por crimes políticos ou de delito comum (PIMENTA, 2004). Este é um ponto importante que será destacado mais adiante.

4.2 Imperialismo português: (1930 a 1960)

A despeito de a colonização de Angola ter iniciado desde o século XVI, a fixação definitiva de alguns princípios para a ocupação da colônia somente é feita em 1930, com a Publicação do Ato Colonial¹³; período este que também coincide com o período em que estavam sendo lançadas em África as bases das relações de produção próprias do sistema econômico colonial, isto é, os anos 1880-1935 (BOAHEN et al., 2016). O Ato Colonial

[..] definia o princípio do comércio preferencial, reservando às colônias¹⁴ o papel de fornecedoras de matérias-primas e abrindo os seus mercados aos produtos da metrópole, e o condicionamento industrial, que vedava às colônias as indústrias que concorressem com as da metrópole. O resultado geral foi a inibição da

¹¹ MANOEL, Valêncio. **História de Angola**. Disponível em: <<http://www.tpissarro.com/angola-h.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

¹² REPÚBLICA DE ANGOLA. **Portal Oficial da República de Angola**: a história. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/Historia.aspx>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

¹³ MANOEL, Valêncio. História de Angola. Disponível em: <<http://www.tpissarro.com/angola-h.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

¹⁴ Para efeitos de criar maior harmonia ao texto, todas as passagens foram adaptadas ao português do Brasil.

industrialização em Angola, que só se tornaria possível com as alterações introduzidas na década de 60 (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1197).

Contudo, façamos primeiramente uma análise do sistema colonial português em Angola. A respeito deste sistema, Rela (1992) apud Manoel afirma que

o sistema desenvolveu-se então, a partir dos embriões pré-existentes, um sistema eco-cultural colonial integrado, cada vez mais vasto e complexo, baseado nas cidades, nas concentrações agrícolas e pecuárias, nas empresas de extração de minérios, etc. O centro deste sistema foi constituído por uma imigração portuguesa cada vez mais acentuada¹⁵.

Assim, o modo de colonização portuguesa baseado na remessa de lucros à metrópole provenientes do “comércio de escravos, a venda de armas, pólvora, álcool, produtos têxteis e colares”, dá lugar a um sistema de colonização baseado na “exportação de matérias primas para o processo industrial europeu que se expandia” (PEREIRA, 2014, p. 62).

Abordar este sistema torna-se relevante para a efetivação deste trabalho à medida que nos permite apurar vários aspectos da economia colonial que se tornaram um legado importante para a constituição do capitalismo angolano muitos anos mais tarde; o que nos auxiliará a melhor compreender o seu desenvolvimento. Por agora cabe apresentar alguns pontos que caracterizaram esta colonização para posteriormente analisarmos a repercussão destes no próprio desenvolvimento do ultratardio capitalismo angolano.

Aspectos como a apropriação de terras para a constituição de grandes empresas, a obrigatoriedade da produção de certos gêneros agrícolas (monocultura), o pagamento de impostos excessivamente altos, independente da renda familiar agregada e, até mesmo, aspectos relacionados à estratificação social, dentre outros, constituíram-se como mecanismos de dominação para a garantia do funcionamento e desenvolvimento da economia colonial, sendo que muitos deles se refletem até hoje com maior ou menor ênfase tanto na economia quanto na cultura angolana¹⁶. Destarte, começemos por descrever como se encontrava estratificada a sociedade angolana à época da colonização, e como se manifestavam as relações de trabalho ante a esta mesma estratificação.

Os métodos de exploração colonial utilizados desde então pelos portugueses baseados em duras práticas (como é o caso do o trabalho forçado) constituíam-se num mecanismo bastante robusto que reforçava cada vez mais a nova estratificação social que surgira,

¹⁵ MANOEL, Valêncio. História de Angola. Disponível em: <<http://www.tpissarro.com/angola-h.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

¹⁶ MANOEL, Valêncio. História de Angola. Disponível em: <<http://www.tpissarro.com/angola-h.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

totalmente díspar daquela tradicional vigente aquando da descoberta deste território (MAZRUI; WONDJI, 2016). Esta nova segmentação demográfica fragmentava a população angolana em dois grupos: um constituído de brancos, mestiços e alguns negros considerados assimilados (civilizados) e o outro de negros considerados não assimilados (não civilizados ou indígenas); sendo esta realidade de divisão social resultado do método de exploração colonial que aos poucos foi consolidando um modo de organização do trabalho próprio da economia colonial. Assim, vale apresentar algumas passagens que explicam como se dava a divisão e as relações de trabalho entre estes grupos. Segundo Manoel,

O esquema de recrutamento, determinado por uma imposição cultural e fiscal rígida, mais tarde desencadeou a subdivisão étnica baseada em escala de valores hierárquicos entre negros assimilados e não assimilados. Aos que usufruíam o estatuto de assimilados, trocavam seus traços culturais em aceitação a cultura europeia de uma minoria branca; aos assimilados cabiam tarefas subalternas de pouca expressividade, que para os brancos não lhe cabiam fazer. Aos não-assimilados, na sua maioria considerados indígenas e rústicos, cabia uma política de segregação, que os impedia de exercer qualquer cidadania, inclusive o direito de ir e vir nos centros urbanos. Assim ao final da imposição colonial, ficou difícil uma reestruturação ou uma expansão da migração para uma futura integração da população periférica em único núcleo¹⁷.

Pimenta afirma que,

De fato, até à abolição do Estatuto do Indigenato (1961) apenas os negros ditos assimilados – menos de 1% do total da população – usufruíam integralmente da cidadania portuguesa. Os indígenas – isto é, a restante população negra – eram considerados meros sujeitos coloniais e podiam ser recrutados pelas autoridades portuguesas como mão de obra forçada (PIMENTA, 2004, p. 10).

Rela, ao abordar o elevado grau de divisão social causado pelas estruturas sociais coloniais destaca dois grupos:

um constituído pelos europeus, mestiços e alguns negros ditos assimilados (cultura dos brancos) e outro pelos não assimilados, os "avassalados"; a existência individualizada destes grupos nos quais o segundo funcionava como sendo uma "periferia" do primeiro, não significava porém que as relações do núcleo central fossem homogêneas; pelo contrário, verificava-se uma forte estratificação e uma grande diferenciação mesmo entre o grupo colonizador, sendo de norma uma nítida e prévia separação entre as zonas do funcionalismo público - civil e militar - e os comerciantes; é também nestes núcleos que têm origem as "aristocracias locais" negras e mestiças que desempenharão um papel extremamente importante em todo o processo subsequente¹⁸.

¹⁷ MANOEL, Valêncio. História de Angola. Disponível em: <<http://www.tpissarro.com/angola-h.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

¹⁸ Ibidem.

Vê-se, pois, uma segregação social do trabalho na qual os brancos se encontravam no topo da hierarquia, seguidamente dos mestiços e negros assimilados (sendo que estes últimos tiveram uma integração extremamente limitada no núcleo dominante, se comparado com os mestiços que tiveram a integração de um número maior, porém, ainda assim, precária), e por último os negros não assimilados. Aos brancos competia a execução de trabalhos mais privilegiados como, por exemplo, os de administração pública e os de escritório, sendo eles também proprietários de grandes extensões de terra, enquanto que os mestiços e negros ditos assimilados se incumbiam da execução de atividades como o comércio e aquelas às quais os brancos não se sentiam dignos de executar. Por fim, aos negros não assimilados cabia a ocupação dos mais modestos empregos. Estes se encontravam numa posição agregada e marginal do sistema colonial, e constituíam a mão de obra não ou pouco qualificada de que o sistema necessitava¹⁹. Portanto, possuíam poucos direitos sendo submetidos a trabalhos obrigatórios, cujo caráter se assemelhava ao trabalho escravista (MAZRUI; WONDJI, 2016).

Vale, porém, uma pausa para um breve parêntesis: importa ressaltar que o principal motivo que colocava os brancos em posições sociais e econômicas privilegiadas em relação aos negros tornando-os, por conseguinte, agentes de dominação, não se encontra relacionado à “superioridade racial” e sim ao fato de serem estes os sujeitos ativos da colonização, ou seja, era esta a camada social detentora da propriedade da terra e dos meios de produção, e era para ela que se destinavam os lucros advindos da atividade produtiva. Neste contexto, a posse dos meios necessários à subsistência do povo autóctone, bem como dos meios de repressão física é que fornece aos colonos brancos os meios necessários para que eles se constituam a classe dominante podendo exercer duras práticas de exploração que culminaram na segregação social. A questão econômica tem anterioridade ao problema étnico, portanto.

Prosseguindo, uma passagem que merece destaque na explanação de Rela é o surgimento de fidalguias locais compostas de brancos angolanos, mestiços e negros assimilados que constituirão a “burguesia local” que desempenhará, posteriormente, papel relevante no processo de emancipação colonial. Esta minoria se empenhará na construção de uma forma local de nacionalismo que se difere daquela da dominação colonial europeia. De acordo com Pimenta,

A análise do comportamento político dos brancos angolanos demonstra, por um lado, a existência de uma forma de nacionalismo econômico – fenômeno comum a outras colônias de povoamento europeu – e, por outro lado, a formação de uma

¹⁹ MANOEL, Valêncio. História de Angola. Disponível em: <<http://www.tpissarro.com/angola-h.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

identidade nacional angolana que adicionou um caráter mais político ou ideológico a esse nacionalismo (PIMENTA, 2004, p. 26).

Assim, este grupo elitizado que habitava as cidades de Luanda e Benguela (cidades litorâneas em que se situavam os portos), cuja principal fonte de capital e poder provinha da posse de escravos, desempenhou um papel ativo no comércio de escravos bem como em outras atividades comerciais até meados do século XIX. Trata-se de uma burguesia mercantil que vai ganhando aos poucos a consciência de seu poder econômico e, mesmo dentro do sistema colonial, vai competindo com segmentos da burguesia colonial branca (PIMENTA, 2004).

Uma das manifestações do nacionalismo angolano foi levada a cabo por um dos setores da “burguesia” de Benguela (uma burguesia colonial mercantil, que possuía pouco poder econômico e político), que realizou em 1823 uma revolta contra o domínio português em prol da independência de Angola e de seus interesses econômicos. Trata-se da Confederação Brasília na qual este grupo, ao procurar uma união política com o recém-independente Brasil, objetivava estabelecer um trato transatlântico de escravos com vista a suplantar o poder econômico da burguesia portuguesa. Todavia, tratava-se de uma burguesia ainda frágil economicamente, o que permitiu que o governo português frustrasse seus planos e reestabelecesse seu domínio sobre Benguela²⁰.

Não obstante a isso, as tensões entre a burguesia angolana e o governo português tornaram-se mais fortes no final do século XIX devido à questão do álcool. Com a abolição da escravatura, a burguesia angolana branca especializou-se no comércio, oferecendo às autoridades tradicionais africanas cachaça (produzida localmente) e tecidos baratos de importação, em troca de borracha, café, marfim e mão de obra barata. Todavia, tais transações sofreram impedimento por parte da burguesia metropolitana que, com o objetivo de reanimar a indústria na metrópole, procurou em 1890 proteger o mercado angolano convencendo o aparelho do Estado Português a proibir as produções locais de álcool e a obrigar os comerciantes a comprar exclusivamente vinho e têxteis produzidos em Portugal, em detrimento daqueles importados de outros lugares, ainda que estes se mostrassem mais baratos (PIMENTA, 2004). Deste modo, Pimenta afirma que

A aplicação destas normas teria tido por consequência a destruição da base da riqueza e do poder da burguesia angolana e a subordinação dos seus interesses às necessidades da burguesia metropolitana. Os colonos procuraram resistir à aplicação

²⁰ MAZÚNGUE. **Histórias de guerra, tem uma para contar?** Disponível em: <<http://www.mazungue.com/angola/index.php?page=Thread&postID=162884>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

dessas medidas por via de um protesto jornalístico, político e econômico que durou pelo menos até à década de 1930. Na verdade a administração colonial portuguesa era ainda demasiado fraca para forçar a execução de legislação que minasse os interesses da burguesia colonial. O Estado colonial restringia-se aos principais centros urbanos e regiões costeiras e precisava do apoio dos colonos para controlar o território da colônia. Mas esta situação veio a alterar-se radicalmente com o advento da ditadura salazarista (PIMENTA, 2004, p. 13).

Assim, com o término do comércio de escravos e o aumento dos colonos portugueses que, com ações e ideias racistas de superioridade dos brancos, solapavam a posição social e econômica da “burguesia” angolana à época, esta entra em decadência perdendo paulatinamente sua riqueza, prestígio e importância (PIMENTA, 2004).

Este crescimento do núcleo colonial branco se dá, sobretudo, na década de 1930, momento em que Portugal se depara com uma situação de grande contestação por parte do proletariado português que se encontrava desempregado, tendo em vista o cenário de crise econômica mundial. Por conseguinte, o ministro das colônias, Armando Monteiro, ressalta em 1933 a importância da imigração desta massa desempregada à África, poupando assim a metrópole das reclamações dos operários, assim como assegurando a ditadura civil fascista imposta por Salazar com o objetivo de promover a subordinação dos interesses da colônia aos interesses da metrópole, bem como o de assegurar o “branqueamento” da África portuguesa (MAZRUI; WONDJI, 2016).

Com isso, uma grande massa de portugueses se desloca para Angola; entretanto, tratava-se de uma massa desprovida de conhecimento técnico e de capital que, para garantir tanto a sua sobrevivência quanto os rendimentos a serem enviados à metrópole, explora ao extremo a população autóctone. Junte-se a esta superexploração a ausência de desenvolvimento das forças produtivas e a alta dependência da população por bens importados; todos estes fatores vão comprometer o nível de progresso social e material, colocando Angola numa situação de grande crise econômica.

A ausência de desenvolvimento das forças produtivas nos processos de produção coloniais encontra-se diretamente associado ao tipo de colono que foi enviado à colônia. Como foi dito, o grupo de colonos encarregado de colonizar Angola era composto de portugueses pobres, degredados da metrópole e portugueses que não possuíam conhecimento técnico nem capital para investir na colônia; o que nos leva a indagar se não terá sido o baixo grau tecnológico um legado colonial que, associado a outros fatores como o caráter monocultor da economia e os atrasos causados pelas guerras, se constitui como um dos fatores relevantes responsáveis pelo fraco e ultratardio desenvolvimento das forças produtivas em Angola e, por conseguinte, para a formação “atrófica” do próprio capitalismo desta.

O consumo de bens importados também era um fator presente na lógica do sistema colonial. Até a Primeira Guerra Mundial, a África importava produtos de pouco valor agregado cujo volume ia aumentando gradativamente. Com exceção da África do Sul que já importava bens de capital e bens de consumo de alta qualidade, os produtos importados em muitos países africanos não diferiam muito daqueles que eram intercambiados na época do tráfico de escravos, como é o caso dos artigos de algodão (BOAHEN et al., 2016).

A maioria das economias coloniais à época era ainda incipiente e artificial, e encontravam-se voltadas a atender os interesses da Europa. Consequentemente, “Nenhum dos grandes agregados econômicos, como poupança, investimentos, preços, rendas e produção, estava voltado para necessidades domésticas” (BOAHEN et al., 2016, p. 395) sendo as colônias dependentes do exterior nos aspectos referentes à tomada de decisões, capitais, serviços, tecnologia e mercados. Deste modo, enquanto colônia, Angola atuava como setor periférico e dependente da economia mundial, cujo papel era o de fornecer matérias primas para o exterior; e, uma vez possuindo uma produção de caráter monocultor (que de maneira alguma se destinava a satisfazer a demanda local), se tornava obrigada a depender dos países capitalistas, principalmente de Portugal, para o consumo de bens manufaturados. Tem-se aqui um fator importante que irá marcar todo o processo de constituição do capitalismo angolano até os dias atuais, configurando-se como um dos elementos responsáveis pelo retardatário desenvolvimento das forças produtivas deste país: o papel de fornecedor de produtos primários para a metrópole e, posteriormente, para os grandes centros capitalistas mundiais, tornando-se uma economia que importa aquilo que não produz e que produz e exporta aquilo que não consome, isto é, uma economia sem caráter verdadeiramente nacional.

Assim sendo, a grande exploração de matérias primas para a exportação, a posição social e econômica da maior parte dos autóctones sempre no fundo da estrutura social, o fraco desenvolvimento tecnológico presente na colônia e a alta dependência em relação aos mercados capitalistas contribuíram para o ultratardio desenvolvimento das forças produtivas em Angola. Aos autóctones lhes foi recusado o espaço para desenvolverem suas capacidades intelectuais e produtivas ainda numa economia colonial, a fim de se adequarem aos avanços produtivos à época, fato que irá se refletir no fraco desempenho do país após a conquista da independência.

4.2.1 Da economia de escravos à economia do café

A transição de uma economia escravista para uma economia de exploração tropical durou cerca de 100 anos. Com a abolição do tráfico de escravos se interrompe um importante elo comercial entre a colônia e a economia internacional, iniciando-se, assim, a construção de uma economia nacional, porém subordinada aos interesses da metrópole e condicionada às oscilações do mercado internacional (VALÉRIO, FONTOURA, 1994). Portugal procurou desenvolver esforços para instigar o desenvolvimento de uma economia agroexportadora, servindo-se do trabalho forçado e das riquezas naturais do país. “Assim, fomentou-se a produção de amendoim e óleo de palma e sobretudo da borracha. Em 1908 a borracha representava 65% das exportações de Angola, vindo esta produção a ser derrubada pela concorrência da borracha de plantação de Singapura, Ceilão e Taiping” (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1197).

Esforços para a diversificação da economia foram implementados entre 1921 e 1924, pelo Governador Geral de Angola Norton de Matos. Durante seu governo, Norton procurou introduzir reformas importantes para a colônia – tais como a salvaguarda dos direitos dos autóctones por meio da regulamentação do trabalho indígena e a eliminação do trabalho forçado de modo a torná-los gradualmente trabalhadores livres e proprietários de terras –, com o objetivo de abrandar a acusação feita pela imprensa internacional de que a metrópole praticava escravatura para com os nativos das colônias angolana e moçambicana. Todavia, suas ações sofreram repúdio tanto da metrópole²¹, quanto de algumas camadas burguesas angolanas que eram a favor da continuação do trabalho forçado²². A esta época, eram exportados produtos como cera, marfim, feijão, óleo de rícino e milho.

Entre 1930 e 1945 Angola passa por um período de estagnação econômica, política e social, entretanto a situação econômica da colônia viria a mudar na década de 1940, momento em que a economia é reativada graças à conjuntura internacional particularmente favorável, dado o aumento do preço das matérias primas que ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial. A partir de 1945 se recupera gradualmente a economia exportadora de Angola, onde produtos como o sisal, o algodão, mas principalmente o café ganham destaque. O *boom* do

²¹ Alegava-se que tais ações eram nocivas aos interesses econômicos da metrópole para a colônia, visto que elas se constituíam em gastos exagerados que impossibilitavam o enriquecimento agrícola e econômico, pois tornava-se mais difícil a obtenção de mão de obra barata.

²² FERRÃO, Nuno Sotto Mayor. **Norton de Matos I – o seu pensamento colonial e as polémicas em volta da administração de Angola na I República – Breves considerações históricas**. Disponível em: <<http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/18868.html>>. Acessado em: 10 set. 2016.

café associado à situação de contestação, por parte do proletariado, que a metrópole enfrentava permitiu uma considerável imigração portuguesa. “Em 1930 havia na colônia cerca de 30 000 brancos e 53 000 mestiços, representando cerca de 5% da população total (4,8 milhões). Isto representava um importante mercado interno, que viria a constituir os fundamentos da industrialização dos anos 60” (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1197).

Assim, a década de 1940 é marcada pelo início de um processo de crescimento acelerado influenciado pelas perspectivas favoráveis quanto ao comércio exterior. O café se constituiu como o principal produto de exportação da colônia entre os anos de 1946 e 1972, momento em que o petróleo passa a ganhar maior destaque. Contudo, a taxa de crescimento da economia da colônia durante o “ciclo do café” pode ser considerada moderada, em comparação com a taxa de crescimento da economia no período subsequente, período este marcado pelo fim do Pacto Colonial e pela industrialização que ocorrera entre a década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1197).

No que diz respeito à produção, esta era de caráter monocultor, fazia uso intensivo da força de trabalho e era quase exclusivamente voltada para atender o mercado externo. Segundo Pereira (2014), num total de 826.00 hectares, 360.00 hectares (43,58%) eram destinados ao cultivo do café, 200.000 hectares (24,21%) para o cultivo do sisal e 75.000 hectares (9,08%) para o cultivo do algodão, sendo que os restantes 23,13% das terras cultivadas destinavam-se aos demais cultivos. A produção do café passa a ganhar maior relevância ao longo do tempo, chegando a corresponder 3,72% da produção mundial em 1961. Ainda segundo Pereira (2014, p.81), no período de 1961 a 1974 “a produção de café a nível mundial, crescia a uma taxa acumulativa de 0,3%. Neste mesmo período o maior crescimento foi verificado na produção africana, 2,6%, uma vez que a produção angolana foi de 1,17% [...]”, fato que levou Angola a alcançar a posição de terceiro maior exportador de café (e de sisal) a nível mundial.

Estes bons resultados são explicados pelo fato de ter sido instalado na colônia todo um sistema de incentivo à produção do café, onde o Estado, o elemento chave do sistema, impulsionava de maneira abrupta a produção deste bem por meio da criação de planos de fomento para a agricultura, cuja finalidade era a criação de infraestruturas, tais como estradas, portos, comunicação, distribuição de energia eléctrica, entre outras, para o fomento da atividade econômica. O Estado também concedia créditos aos grandes produtores de café (burguesia colonial) e estimulava a criação de institutos destinados a realizar estudos que

viabilizassem o aumento da produção deste bem, tais como o Instituto do Café, o Instituto de Investigação Agronômica de Angola, a Missão de Investigação Agrícola, bem como a Universidade de Angola (PEREIRA, 2014). Os produtores de café não apenas se beneficiavam da concessão de crédito por parte do Estado colonial, como também “tinham acesso direto aos mercados financeiros nacionais e globais (assim fossem bancos ou grupos financeiros privados, portugueses ou não portugueses), e também tinham estreita ligação com empresas importadoras dos Estados Unidos, América Latina e Portugal” (PEREIRA, 2014, p. 76).

Em 1964 é instalada em Luanda uma fábrica para a seleção de café. O comércio deste bem se destinava ao mercado português, mas também a outros mercados da Europa, Ásia e dos Estados Unidos da América. O principal mercado, no entanto, era o português, que gozava de vários privilégios por ter reservado os direitos de compra, adquirindo o produto a preços irrisórios se comparados aos praticados no mercado internacional. E como se não bastasse, Portugal continuava a exercer uma clara política protecionista em relação às suas colônias. As importações eram praticadas a preços descomedidos, visto que os produtos que provinham de outros países que não Portugal (principalmente os oriundos dos Estados Unidos da América e da Inglaterra) eram taxados com altos impostos com o objetivo de tornar os produtos metropolitanos mais competitivos (PEREIRA, 2014). Assim, Portugal ocupava o primeiro lugar em termos de destino das exportações e origem das importações, controlando 30% das transações externas de Angola. De seguida vinham os Estados Unidos da América, controlando 15%, Inglaterra 10%, Alemanha Ocidental 8%, Holanda 5% e Japão 5% (GUERRA, 1988 apud PEREIRA, 2014). Todos estes países controlavam aproximadamente 75% das transações externas de Angola, sendo eles mesmos importadores de matérias primas, mas também exportadores de “materiais pesados, outros bens de equipamentos, alguns bens de consumo, e eram igualmente os que na Angola possuíam os maiores investimentos de capital” (PEREIRA, 2014, p. 86).

Desta forma, é possível observar elementos do processo colonial que matizam o caráter retardatário da edificação do capitalismo em Angola: enquanto exportava matérias primas em grande parte a preços irrisórios, estes mesmos bens retornavam a ela sob a forma de produtos acabados, por meio de importações a preços exorbitantes; o que nos leva a questionar o grau de acumulação capitalista a ser feita pela classe dominante, bem como o grau de possibilidade de transição para uma economia industrial moderna a ser levada a cabo por eventuais camadas burguesas demonstrassem tal interesse, tendo em conta a carência de bens de capital e infraestruturas que engendrassem uma mudança ainda que conjuntural.

Por conseguinte, o Estado português instalou na colônia angolana um sistema bem estruturado de produção do café confirmando mais uma vez os interesses declarados no Pacto Colonial, o que limitava cada vez mais à algumas camadas da burguesia nacional angolana de efetivarem suas intenções de transição para uma economia industrial moderna. Este fato, no entanto, contribuiu de maneira crucial para o ultratardio desenvolvimento das forças produtivas angolanas, muito embora estas tenham sido impulsionadas por tempo limitado pelo próprio Estado colonial, que o fez não devido às pressões exercidas por estas camadas burguesas, mas sim em função das pressões internacionais as quais enfrentava à época e que afetavam seus interesses econômicos.

Não obstante aos fatores apresentados acima, se faz necessário analisar as diferentes camadas burguesas existentes à época da colonização, e o papel que estas desempenharam no ultratardio desenvolvimento das forças produtivas capitalistas em Angola, pelo que a subtópico subsequente se propõe a fazer.

4.2.2 A burguesia colonial angolana

Tal como foi apresentado anteriormente, a sociedade angolana foi marcada por uma estratificação demográfica que a fragmentou em dois grandes grupos, sendo que de um deles proveio a burguesia nacional. Porém, ressaltou-se também que, apesar desta divisão, o grupo colonizador não apresentava relações homogêneas, sendo ele mesmo estratificado. Para além da nítida divisão do trabalho (funcionalismo público, propriedade da terra e comércio), existia neste grupo a segregação calcada na hierarquia racial baseada na raça e na naturalidade.

Assim, não obstante a diferenciação feita entre negros, mestiços e brancos, existia no seio da população branca a segregação entre os brancos africanizados e os brancos metropolitanos ou reinóis. O primeiro grupo era constituído por brancos naturais de Angola e angolanizados, ou seja, colonos que possuíam sentimentos de nacionalidade e interesses econômicos voltados para Angola. Estes, classificados como euro-africanos, eram considerados inferiores aos brancos reinóis, sendo-lhes atribuída a nomenclatura pejorativa de “brancos de segunda”. Já o segundo grupo era constituído pela população branca europeia que se deslocava para Angola – alguns enviados pelo governo Português para operar no funcionalismo público, outros, funcionários superiores das empresas cujos acionistas viviam fora de Angola e outros ainda que se deslocavam unicamente para obter alguma renda e depois regressar (PIMENTA, 2004). Destarte, como afirma Pimenta (2004, p. 11), “As divisões no seio do núcleo colonial branco, a rejeição da metrópole e a concomitante

identificação com a terra angolana contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de uma forma mais política de nacionalismo branco”, desenvolvendo-se, assim, um conflito de interesses entre os dois estratos da população branca.

Foi este conflito de interesses associado ao nacionalismo econômico que levou alguns setores da burguesia angolana a se manifestarem contra os interesses metropolitanos. Contudo, vale fazer uma ressalva importante que será de grande serventia para explicar o caráter da burguesia angolana: a despeito de a “burguesia” angolana se diferenciar da metropolitana por seus interesses econômicos e políticos, ela mesma apresentava diferentes esferas que se distinguiam pelas propostas políticas que apresentavam.

Segundo Pimenta (2004), no decorrer das primeiras décadas do século XX surgem duas linhas de protesto político (e econômico) levado a cabo pelos colonos brancos: uma mais conservadora e outra mais liberal, também chamada de autonomista. A linha conservadora “advogava a autonomia econômica de Angola, isto é, a não interferência do governo metropolitano na vida econômica da colônia” (PIMENTA, 2004, p.13). Para tal, propunha a emancipação política da colônia a ser conduzida por uma minoria branca, bem como a manutenção da estrutura colonial baseada na exploração da mão de obra semiescrava; enquanto que a linha mais liberal dita autonomista “encarava a autonomia política e econômica como um primeiro passo para a aquisição de uma forma de governo próprio” (PIMENTA, 2004, p.13). Esta linha, diferentemente da conservadora, propunha a participação política das elites branca, mestiça e negra europeizada no alcance da independência, porém sob a hegemonia da elite branca; bem como a supressão da mão de obra semiescrava e a industrialização do país. Por conseguinte, Pimenta afirma que

Os conservadores criticavam qualquer tentativa de modernização da economia angolana, uma vez que dependiam economicamente da continuação de um sistema econômico arcaico baseado na exploração da mão de obra negra semiescrava. Aliás, através das Associações Econômicas e de algumas publicações, os conservadores reagiam violentamente contra qualquer tentativa para acabar com a mão de obra forçada, nomeadamente a do Governador Geral e Alto Comissário Norton de Matos (1921-1924). Pelo contrário, os liberais autonomistas apoiaram o plano de desenvolvimento de Norton de Matos, que procurava instituir uma economia capitalista moderna assente na circulação de mão de obra (branca e negra) livre. Na verdade, por intermédio da Associação Comercial de Benguela e de um conjunto apreciável de jornais republicanos, em especial A Defesa de Angola, os autonomistas tinham ativamente apoiado a implantação da República, na expectativa que o novo regime trouxesse uma descentralização administrativa tendente à autonomia política (PIMENTA, 2004, p. 13-14).

Mais adiante remata:

De fato, o Brasil providenciava um atraente modelo político aos autonomistas angolanos, os quais defendiam a futura transformação de Angola numa República independente sob o governo da população branca, mas com a participação política (pelo menos nominal) da elite mestiça e negra europeizada (PIMENTA, 2004, p. 14).

Importante ressaltar que inicialmente os autonomistas angolanos defendiam a ideia de uma necessária, porém temporária, dominação colonial portuguesa, visto que para eles, a colônia não se encontrava preparada para a independência. Contudo, esta posição veio a mudar dado o sentimento de desilusão e traição por parte dos autonomistas, tendo em vista o falhanço do programa de modernização de Norton de Matos em 1924. Tal situação associada à profunda crise financeira que assolava a colônia originou uma radicalização do protesto autonomista que se deu pela criação de dois partidos políticos (um em Luanda e outro em Benguela). Por conseguinte, os brancos angolanos (já fragilizado pelas normas metropolitanas que condicionavam suas atividades econômicas) exigiram da metrópole não apenas um auxílio financeiro que pudesse custear o déficit, mas a concessão imediata de uma efetiva autonomia a Angola. Porém, tal proposta não veio a se concretizar, tendo em conta o reforço do controle da metrópole sobre Angola causado pela instauração da ditadura militar em Portugal (1926-1933), o que debilitou mais ainda a condição econômica da burguesia angolana (PIMENTA, 2004).

Com a instauração da ditadura vieram uma série de atitudes repressivas e, até mesmo, déspotas contra os movimentos pelos quais os burgueses angolanos faziam parte, pelo que estes se revoltaram e, até mesmo – seguindo o exemplo do Brasil –, chegaram a propor seriamente que Angola se declarasse uma República independente. Contudo, a carência de força militar por parte dos revoltosos os obrigou a partir para uma negociação com o governo de Lisboa, com o objetivo de normalizar a situação de despotismo – o que ocorreu apenas temporariamente. Uma nova campanha repressiva levada a cabo pelas autoridades coloniais portuguesas foi iniciada contra os autonomistas, originando diversos atos de violência entre 1930 e 1931, pelo que o autonomismo branco angolano se viu esmagado durante a década de 1930 (PIMENTA, 2004).

Por intermédio das passagens acima colocadas vê-se claramente como os interesses das esferas da classe burguesa branca angolana divergem entre si: enquanto uma, ligada aos interesses agroexportadores, se mostra reacionária visando atender seus interesses econômicos por meio da manutenção do sistema econômico colonial, a outra, mais vinculada aos interesses industriais, apresenta uma proposta de ruptura com a economia colonial e sua substituição pela economia capitalista moderna, sendo ela inspirada no modelo político

brasileiro que, como vimos, não desfruta à época de um capitalismo (nos termos da industrialização) já consolidado; fato este que nos leva a indagar sobre o nível de consciência revolucionária da camada burguesa autonomista à época.

Partindo dos ideais apresentados por ambas as esferas da burguesia branca angolana é possível se fazer algumas aproximações entre estas e a burguesia brasileira.

Como foi apresentado no tópico 3.3 do presente trabalho, a burguesia anômala brasileira durante o período colonial se mostrou historicamente débil, autocrática e subsumida aos interesses da metrópole, chegando a apresentar em muitos momentos características verdadeiramente reacionárias, tal como afirmou Mazzeo (2015). Diante desta realidade, a esfera conservadora da burguesia branca angolana apresentou ideais que muito se aproximam aos ideais manifestados pela burguesia brasileira (século XIX), uma vez que sua proposta de emancipação política também não visava uma mudança econômico-social que pudesse ser levada a cabo pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção com características verdadeiramente burguesas. Ao contrário, e tal como aconteceu no Brasil, sua proposta era a de manter inalterada a estrutura produtiva de caráter colonial e, com ela, as classes e as relações de produção, não sendo de seu interesse capitanear um caminho de ruptura com o sistema colonial, rumo à democracia liberal.

Trata-se de uma burguesia anômala²³, que não é capaz de levantar as bandeiras civilizatórias, progressistas e humanas de igualdade, liberdade e fraternidade, próprias do discurso democrático liberal clássico, quando ainda era expressão do caráter progressista da classe burguesa. Pelo contrário, se mostra autocrática ao inibir (muitas vezes de maneira violenta) a participação política das demais camadas sociais, ainda que burguesas, não sendo de seu interesse a criação de uma classe de trabalhadores livres, tampouco conviver de maneira democrática como as possíveis reivindicações desta classe. Tal posição reacionária da burguesia ligada aos interesses agroexportadores pode ser explicada, assim como ocorreu no Brasil, pela própria estrutura da forma de produção vigente, isto é, a estrutura colonial – autocrática, rudimentar, baseada na exploração da mão de obra negra (semiescrava) –, pela ausência de desenvolvimento das forças produtivas e pela dependência da importação.

²³ Burguesia que se articula no período colonial, cuja base de exploração é o trabalho escravo, portanto, não assalariado. Trata-se de uma burguesia não industrial que, tal como afirma Marx, existe “como uma anomalia no interior de um mercado mundial fundado no trabalho livre” (MARX, 2015, p. 684); e por este motivo, não se mostra capaz de delinear um caminho autônomo rumo à objetivação capitalista. Logo, esta burguesia explica os processos não autenticamente capitalistas envolvidos na produção agrícola.

Já para os liberais ou autonomistas, a aproximação se dá pelo fato de terem o modelo político brasileiro como inspiração para emancipação política a ser conduzida por eles²⁴. A despeito de apresentarem uma postura mais radicalizada, portanto, menos reacionária e mais nacionalista, os autonomistas (assim como os conservadores) não dispunham de poder econômico nem político suficientemente fortes para fazer valer sua proposta. Entretanto, tal como ocorreu no Brasil, a proposta de emancipação política defendida pelos autonomistas tratava-se de uma emancipação cuja articulação seria “pelo alto”, ou seja, sem participação popular e que – utilizando as palavras de Coutinho – não seria capaz “de realizar na prática o ‘cidadão’ e a comunidade democrática”, uma vez que sua proposta contemplaria apenas a participação política de uma minoria (brancos, mestiços e negros assimilados).

Apesar da repressão exercida pelo governo ditatorial de Salazar, a burguesia angolana (brancos, mestiços e negros assimilados) não deixou de manifestar sua insatisfação e fê-lo continuamente por meio de Associações Econômicas.

Como foi apontado anteriormente, foi a partir do ano de 1945 que se começa a verificar um crescimento gradual da economia angolana, tendo em vista a alta dos preços dos produtos coloniais, principalmente do café. Por conseguinte, se começa a verificar um interesse por parte do capital português e estrangeiro em direcionar seus investimentos para Angola, pelo que são instaladas algumas poucas indústrias na colônia. Portanto,

Uma parte substancial da produção de café, a produção de algodão, a indústria mineira – ferro, diamantes e mais tarde petróleo – e os principais meios de comunicação (Caminho de Ferro de Benguela, companhias de navegação, etc.) eram controlados essencialmente pelo capital metropolitano e estrangeiro (americano, belga, britânico, francês e sul-africano) (PIMENTA, 2004, p. 16-17).

E como já era de se esperar, a maior parte do produto das explorações feitas em Angola era direcionada aos provedores de capital. Assim, os burgueses brancos angolanos, bem como os mestiços e os negros europeizados demonstravam o seu profundo descontentamento por acharem injusto o fato de ver a maior parte dos recursos econômicos de Angola a ser canalizada para fora do país, pelo que acusavam de cumplicidade o governo português (PIMENTA, 2004). Este é um ponto importante a ser ressaltado: diferentemente da burguesia brasileira, aqui a burguesia mostra seu caráter nacional. Neste ponto sua debilidade

²⁴ Curioso o fato de a burguesia liberal em Angola ter como inspiração o modelo político brasileiro, já que este, nos anos de 1920, o modelo político brasileiro era supostamente liberal por conta da constituição de 1891, mas a classe politicamente dirigente era a dos proprietários das terras e agentes ligados à produção agroexportadora, particularmente o café. Curioso, portanto, o fato de os autonomistas de Angola se inspirem nisso, isto é, nos conservadores do Brasil já que as revoltas contra o modelo político começam na década de 1920, mas só se estabelecem mesmo com o golpe de 1930, com Getúlio. Mais informações consultar: VIANNA, L. W. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

se exclui, visto que não se contenta em se manter nas condições de subordinação aos interesses do capital externo, uma vez que tal realidade não atendia a seus interesses econômicos e sim aos interesses da metrópole, bem como da burguesia metropolitana e dos grandes países industrializados.

Os sentimentos de exploração econômica e injustiça por parte da burguesia angolana causados pela obrigatoriedade de manter transações desfavorecidas com a metrópole, isto é, de adquirir da metrópole, a preços elevados, quase tudo de que necessitavam em detrimento da venda de produtos (à metrópole) a preços baixos, associado às explorações feitas pelo capital estrangeiro e ao acirramento da competição dado a instalação de uma nova geração de colonos após 1945, originou um novo borbulhar nacionalista das décadas de 1940, 1950 e 1960. Desta forma, como afirma Pimenta,

[...] após 1945 verificou-se a emergência de um fenômeno nacionalista entre certos setores da população branca angolana, segundo três linhas principais: a) progressista, defendia a independência sob o governo da maioria negra, isto é, respeitando o princípio “uma cabeça, um voto” e refletindo as transformações políticas no resto do continente africano; b) liberal, propunha uma independência sob a hegemonia branca mas com a integração política das elites mestiça e negra europeizada e a abolição das estruturas de exploração colonial que recaíam sobre a maioria negra, tendo como modelo o Brasil; c) conservadora, visava uma independência seletiva sob o domínio exclusivo da minoria branca e a manutenção das estruturas de colonização e de exploração interna da população negra, à semelhança dos regimes de supremacia branca da África do Sul e da Rodésia do Sul. Refira-se que, por vezes, as fronteiras entre os últimos dois grupos não eram bem definidos, enquanto os brancos progressistas tendiam a avizinhar-se dos nacionalistas mestiços e negros de filiação marxista (PIMENTA, 2004, p.20).

Assim se dá início a uma nova corrente nacionalista, que irá se desdobrar em vários movimentos e organizações partidárias, dentre eles os movimentos de libertação nacional nomeadamente o MPLA (Movimento Popular de Liberação de Angola), a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), que estiveram à frente na luta pela independência de Angola (1961-1974); ressaltando-se, portanto, que muitos dos integrantes destes movimentos pertenciam às elites e diferentes esferas burguesas angolanas.

Portanto, após as atitudes repressivas contra os autonomistas, a nova linha nacionalista liberal procurou encontrar aliados entre os representantes da Oposição Democrática portuguesa que se encontravam em Angola, e por intermédio das pressões políticas e econômicas que exerciam sobre o governo de Lisboa voltaram a ter uma participação ativa no processo de decisão da política colonial em 1955 (após conseguirem restaurar o Conselho Legislativo de Angola neste mesmo ano), muito embora o poder permanecesse firmemente

nas mãos do governo metropolitano. Já a linha nacionalista branca conservadora continuava sendo constituída por uma minoria branca detentora de grandes extensões de terra e manteve seus ideais de manutenção do regime de exploração da mão de obra forçada (PIMENTA, 2004).

Por sua vez, o nacionalismo branco progressista²⁵ apresentou propostas de ruptura com o sistema de produção e o modo de organização social vigente, “uma vez que o seu protesto político assentava sobre bases fundamentalmente ideológicas” (PIMENTA, 2004, p. 19). Por intermédio da Organização Socialista de Angola (OSA, uma organização política secreta fundada em 1940, na província do Huambo), os seus membros – majoritariamente brancos e mestiços filhos de colono, todos eles estudantes do liceu – exigiram “o fim da discriminação contra os brancos e mestiços naturais da colônia, o fim da exportação de trabalhadores negros para S. Tomé e do trabalho forçado em geral e a independência de Angola” (PIMENTA, 2004, p. 19). Todavia, tiveram insucesso em suas reivindicações e o movimento acabou por sucumbir devido à pressão colonial que levou à prisão a maior parte de seus líderes em 1941.

Entretanto, tal como afirma Edmilson dos Santos,

[...] as atividades de angolanos brancos continuaram nos anos seguintes. Nos anos cinquenta, ao lado de intelectuais negros, mestiços, produziram um clima literário crítico ao colonialismo (BITTENCOURT, 1990). Ainda nesse período, as ideias marxistas circulariam num ambiente propício à sua propagação. Livros de autores como Jorge Amado e Graciliano Ramos, escritores brasileiros de orientação marxista, foram proibidos nas colônias portuguesas. O que não impediu a sua divulgação na clandestinidade (SANTOS, 2007, p. 19).

A partir de 1955 surge um novo engajamento por parte dos brancos progressistas juntamente com alguns mestiços e negros assimilados na política anticolonial, dando origem a vários grupos políticos com ideologia marxista, destacando-se dentre eles o Movimento de Libertação Nacional de Angola - Partido Comunista Angolano (MLNA-PCA). Este movimento tinha como líderes intelectuais António Jacinto, Viriato da Cruz, Ilídio Machado, Mário de Andrade, entre outros, sendo que anos depois alguns deles se filiariam ao MPLA, incorporando-se no núcleo dirigente deste mesmo partido (SANTOS, 2007). Contudo, mais uma vez tal movimento se viu esmagado por meio de uma vasta operação da polícia política portuguesa (PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado) que em 1959 prendeu os seus líderes (PIMENTA, 2004).

²⁵ Os nacionalistas brancos progressistas não se tratavam de mais uma camada burguesa em Angola, visto que estes não eram detentores dos meios de produção e suas propostas políticas tinham como base a “ideologia marxista”.

Dois anos mais tarde (1961) os brancos progressistas de Benguela, juntamente com alguns nacionalistas liberais fundaram o mais importante partido que evidenciou sobremaneira o nacionalismo revolucionário branco. Trata-se da Frente de Unidade Angolana (FUA). Por intermédio das palavras de um dos importantes militantes da FUA, Adolfo Maria, se tem explicitado o objetivo do movimento, qual seja o de “[...] acabar com a repressão colonial e apresentar uma solução ao Governo-Geral para o problema imediato da guerra²⁶” (PIMENTA, 2006 apud SANTOS, 2007, p. 20).

Em Abril de 1961 a FUA lançou o seu manifesto à população de Angola, no qual exigiu publicamente a resolução pacífica da guerra colonial e a concessão imediata de um estatuto de autonomia que preparasse Angola para a independência. Essa independência deveria assegurar o reconhecimento da participação política da população negra, mas também garantir a posição econômica, social e política das minorias branca e mestiça no futuro Estado Angolano. Aparentemente, a FUA tinha a “simpatia” das autoridades brasileiras ao ponto de terem sido efetuados alguns contatos entre uma delegação da FUA e o Secretário do Embaixador do Brasil em Lisboa. (PIMENTA, 2004, p. 22).

Embora tenha sido capaz de mobilizar o apoio tanto de alguns mestiços e negros assimilados quanto o de burgueses das camadas liberal e conservadora do Centro-Sul de Angola, a FUA encontrou dificuldades em mobilizar o apoio dos brancos liberais e conservadores do Norte (os de Luanda), pois

Estes preferiram negociar um entendimento com o regime colonial português na esperança que a política reformista do novo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, lhes garantisse uma hegemonia econômica e política interna. De fato, os liberais e conservadores de Luanda tinham medo de perder privilégios e não aceitavam ser dirigidos por um governo de maioria negra. Neste contexto, perante esta fratura tão vincada no seio das elites brancas angolanas, o regime colonial lançou uma operação repressiva de vasta escala que culminou na prisão e deportação para Portugal dos principais dirigentes da FUA em Junho de 1961. (PIMENTA, 2004, p. 23)

Apesar de tentar se reestabelecer no interior de Angola, a FUA sofreu novos ataques da PIDE em maio de 1963, prendendo a maior parte dos seus membros em Benguela, no Lobito e no Huambo, o que fez sucumbir o movimento em Angola até maio de 1974, momento em que foi ressuscitada a nova FUA.

No exterior, para além de fomentar atividades jornalísticas, culturais e políticas a favor da independência de Angola, a FUA encetou contatos com os movimentos armados de libertação de Angola, em especial o MPLA e a UPA/FNLA. O seu

²⁶ A guerra aqui se refere à revolta armada contra o domínio colonial português, que teve início em 4 de fevereiro de 1961.

objetivo era o de formar uma vasta frente de libertação nacional com todos os partidos e movimentos nacionalistas angolanos. Mas essa proposta foi rejeitada pelos movimentos armados de libertação e alguns setores nacionalistas negros mostraram-se contrários à própria existência da FUA. Neste contexto, perante o fracasso no interior de Angola e face à hostilidade encontrada no exterior, o Comité Diretor da FUA no exílio decidiu dissolver-se em Agosto de 1963. Com a sua dissolução desapareceram todas as esperanças de formar um amplo movimento nacionalista multirracial com a participação dos setores progressistas e liberais da minoria branca angolana (PIMENTA, 2004, p.23).

Entretanto, em maio de 1974 a nova FUA foi ressuscitada por Fernando Falcão. Por intermédio dela, os liberais procuraram exigir a participação política dos brancos no processo de independência de Angola, porém sua exigência foi rejeitada tanto pelos movimentos armados de libertação, quanto pelo governo metropolitano que decidiu negociar a independência da colônia com os três principais movimentos independentistas, isto é, o MPLA, a FNLA e a UNITA (PIMENTA, 2004). Aos brancos progressistas que não foram afetados pela onda de prisões, restou-lhes ou o silêncio obrigatório até 1974, com a queda da ditadura salazarista, ou o exílio, momento em que muitos se filiaram ao partido MPLA. Estes, “agrupados sobretudo nos Movimentos Democráticos, colaboraram na implantação do MPLA nos principais centros urbanos” (PIMENTA, 2004, p. 25).

A decisão do governo português de envolver apenas os três principais movimentos de libertação nacional na negociação para a obtenção da independência obrigou os brancos angolanos ou a apoiar um os três movimentos ou a deixar o país.

Neste sentido, a maioria dos progressistas e uma parte dos liberais apoiaram o mais radical e pró soviético MPLA, de Agostinho Neto, enquanto a outra parte dos liberais e a maioria dos conservadores suportaram os aparentemente mais moderados e pró-ocidentais FNLA, de Holden Roberto, e UNITA, de Jonas Savimbi (PIMENTA, 2004, p. 25).

Destarte, mais uma vez se torna evidente o caráter débil da burguesia angolana, desta vez não apenas das camadas conservadoras, mas também de algumas camadas liberais. Embora alguns setores das camadas burguesas liberais e conservadoras tenham se mostrado interessados em promover uma emancipação política que contemplasse a participação política da população negra, conforme os objetivos visados pela FUA, as outras camadas (nomeadamente a de Luanda e, provavelmente a mais forte econômica e politicamente) encaminharam o reformismo “pelo alto”, abrindo mão de seu papel de classe revolucionária em prol de uma negociação em vista de uma futura e incerta garantia de sua hegemonia econômica e política.

Logo, pode-se inferir que o fato da burguesia em Angola não ter se mostrado homogênea, apresentando ideais políticos (e econômicos) discrepantes, contribuiu significativamente para o enfraquecimento desta classe. Isto associado à realidade da estrutura de produção vigente (colonial), aos dispositivos legais que favoreciam a burguesia metropolitana em detrimento da angolana e o conseqüente enfraquecimento do seu poder econômico, juntamente às influências ou modelos políticos tomados como referência, pode ter contribuído ainda mais para constituição de uma classe burguesa débil cujo impulso industrializante não figurou como potência real para superação das antigas condições de produção.

4.2.3 Impulso industrializante e de ruptura (1961-1975)

O arranque industrial que ocorreu em Angola na década de 1960 foi uma consequência da modificação da política colonial que se deu por meio da substituição do Pacto Colonial pelo Espaço Econômico Português (EEP). Tal alteração, associada a um contexto de mercado interno em expansão, proporcionou a Angola oportunidades de industrialização, uma vez que teve como resultado a alteração do regime de condicionamento industrial imposto pelo Pacto Colonial (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1201).

Este arranque industrial foi precedido de uma conjuntura econômica cujo setor produtivo moderno era constituído de atividades de plantação e de mineração alargada, quais sejam, a exploração de diamante, petróleo e ferro. Conforme afirma Ferreira,

Entre 1952 e 1955 é concedida à empresa belga Petrofine, a concessão de prospecção a Sul de Luanda. De fato é encontrado petróleo mas em quantidade menor do que aquilo que aquela empresa estimou, o que a leva, por erro de cálculo, a abrir uma refinaria em Luanda. Em 1955 novo concurso para prospecção de petróleo é aberto e desta vez é ganho pela Gulf Oil. A pesquisa em Cabinda tem início em 1958, descobrindo-se um novo lençol muito superior ao anterior, cuja exploração em força se deu nos anos 60.

O ferro começou a ser explorado no centro de Angola, em 1956 e em termos tais que obrigou à ampliação do Porto de Moçamedes e à construção de uma linha de caminho de ferro. Há um forte investimento de capitais alemães e é para a Alemanha que é exportado a maioria do minério que, em 1958, atinge já as 287.000 toneladas.

A Diamang é a única grande companhia já estabelecida que aumenta os seus privilégios, e com reflexos muito positivos para o Estado Português. Em 1958 os diamantes já valem 548.000 contos²⁷.

²⁷ FERREIRA, João José Brandão. **A importância do ultramar para a economia nacional**. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/373>>. Acesso em: 10 out. 2016.

De acordo com Torres (1985) e Valério e Fontoura (1994), a dinâmica revelada pela realidade angolana no período que decorre entre 1961 e 1974 é passível de ser apresentada distinguindo-se nesse período duas fases decorrentes da nova política colonial: a primeira, a “fase liberal”, que vai de 1961 a 1971 e a segunda, a “fase protecionista”, que começa em 1972 e é subitamente interrompida em abril de 1974. Tal como afirma Torres, estas duas fases da colonização portuguesa em Angola articulam-se

[...] no vasto movimento de mundialização da economia, de deslocalização dos aparelhos produtivos do “Centro” para a “Periferia” e das conseqüentes mutações na divisão internacional do trabalho. Portugal estava muito menos alheio a este movimento do que por vezes se julga (TORRES, 1985, p. 25).

Os subtópicos a seguir irão descrever cada uma destas fases.

4.2.3.1 Fase Liberal

A “fase liberal” da colonização portuguesa em Angola tem reflexo emblemático em 8 de novembro de 1961, com a publicação do Decreto-Lei nº 44016²⁸; porém, esta fase é precedida da adesão de Portugal à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), em 1959, na qual, por intermédio da assinatura da Convenção de Estocolmo, estavam excluídos da Associação os territórios não europeus pertencentes a Portugal que formavam uma zona preferencial para os produtos portugueses²⁹.

A entrada na EFTA levou Portugal a aderir também ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em 1961; todavia, tal adesão trouxe consigo (por intermédio da aplicação da cláusula da nação mais favorecida ao comércio) algumas restrições às políticas econômicas já há muito praticadas entre Portugal e suas colônias, quais sejam, as preferências na realização de transação de produtos entre a metrópole e suas colônias. Neste sentido, para superar tal problema jurídico Portugal se viu obrigado a criar uma zona de comércio livre, pelo que constituiu, com a publicação do Decreto-Lei nº 44016, o Espaço Econômico Português (EEP).

²⁸ Sobre o aspecto da zona de comércio livre, conferir Art. 1º, 9º ao 15º; sistema de pagamentos interterritoriais, conferir Art. 2º, 42º ao 54º; flexibilização do regime de condicionamento industrial, conferir Art. 4º e 5º, disponível em:

<<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/182232/details/normal?q=Decreto-Lei+n%C2%BA%2044016>>.

Acesso em: 21 jan. 2017.

²⁹ FERREIRA, João José Brandão. **A importância do ultramar para a economia nacional**. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/373>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Segundo Valério e Fontoura (1994, p. 1201) o Espaço Económico Português é “caracterizado pela integração económica dos espaços metropolitanos e ultramarinos”. O EEP se assentava nos seguintes vetores: uma zona de comércio livre – abrangendo o território português (incluindo Madeira e Açores) e os territórios ultramarinos –, cujo objetivo era a eliminação gradual e progressiva das restrições quantitativas e dos direitos tarifários entre as partes, assim como a livre circulação de produtos e capitais e a crescente liberalização das prestações de serviço; um sistema de pagamentos interterritoriais (Fundo Monetário da Zona Escudo) constituído com a finalidade de permitir a liquidação das transações entre os territórios portugueses e entre estes e os países estrangeiros, bem como de impulsionar a progressiva liberalização das transações. Este sistema previa a compensação de pagamentos, onde as províncias que possuíssem excedentes financeiros deveriam conceder, até certos limites, crédito automático àquelas que apresentassem déficits. Por fim, o EEP tinha como instrumento a flexibilização do regime de condicionamento industrial (TORRES, 1985; VALÉRIO, FONTOURA, 1994).

O EEP proporcionava inúmeras vantagens à metrópole, visto que Portugal continuava a encontrar nas colónias produtos de que necessitava a preços baixos.

Porém, existia também a intenção na metrópole de, através de uma política de integração nacional, estimular o aparecimento de uma indústria que fosse “concorrencial e complementar” da sua, assim potencializando os efeitos positivos esperados da zona de comércio livre no espaço português e da participação na EFTA. Finalmente, no caso de Angola, a resistência nacionalista levará o “Estado Novo”, com o apoio de jovens tecnocratas, a uma desesperada “viragem de última hora” para desenvolver Angola (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1203).

O terceiro vetor no qual se apoiou a nova política económica colonial se mostrou bastante favorável à instalação de indústrias no território colonial angolano (embora fossem verificados alguns empecilhos de ordem burocrática). De acordo com Torres (1985), as barreiras à instalação de indústrias em Angola foram sendo consideravelmente atenuadas ou até mesmo eliminadas, sendo que ao setor têxtil – um dos que mais sofreu entraves por parte da burguesia metropolitana, que temia a criação de fortes unidades concorrentes nas colónias – lhe foi permitida a instalação após 1966; setor este que ganhará relevo em 1970, alcançando a posição de segunda indústria em Angola (VALÉRIO, FONTOURA, 1994).

Na “fase liberal” da colonização angolana se verificou também uma maior abertura à entrada de capitais estrangeiros e uma “crescente descentralização de poderes em Angola, o que passou pela criação de órgãos de decisão próprios e pelo aumento das competências atribuídas aos órgãos provinciais de Angola” (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1203). A

década de 1960 foi, então, marcada pelo aparecimento de várias indústrias e pelo incremento na produção de algumas delas, onde se destaca a indústria transformadora,

[...] multiplicando o valor da sua produção (a preços correntes) por cinco ou seis vezes como aconteceu nos casos dos têxteis, produtos químicos, produtos minerais não metálicos e em proporções ainda maiores nos casos do papel e da borracha. Indústrias transformadoras que nem sequer existiam em Angola em 1962, como as de produtos metálicos de base, as indústrias de construção de máquinas e as de material de transporte apresentavam em 1972 valores de produção já bastante significativos (TORRES, 1985, p. 29).

De acordo com Valério e Fontoura,

Entre 1960 e 1970, o valor bruto da produção da indústria transformadora cresceu à taxa média anual de 17,8 % e o PIB 10% em termos nominais. Em 1973, a indústria angolana (com exceção da construção civil) representava 41% do PIB (26% em 1960). A indústria transformadora contribuía, em média, com cerca de 62% do valor bruto da população industrial e os setores extrativos e derivados de pesca com 32% e 6%, respectivamente. A liderar estava a indústria de alimentação, com 36% do valor bruto da produção do setor transformador; seguia-se a indústria têxtil, com 32%, bebidas, com 11%, química, produtos minerais não metálicos e tabaco, com 5%, derivados de petróleo e produtos metálicos, com 4%, pasta de papel, papel e derivados, com 3% (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1203).

Tal incremento foi sustentado por um mercado interno em expansão, que se dilatou ainda mais após o 4 de fevereiro de 1961, momento em que as autoridades metropolitanas fortaleceram a presença portuguesa na colônia, por meio do envio de famílias e tropas. Nesta mesma década (1960) é também verificado um incremento nas infraestruturas básicas, boa parte delas implantadas com o objetivo de atender as necessidades militares; bem como de empresas do setor de serviços, como é o caso do setor bancário, cujo número de dependências e agências passou de 17, em 1960, para 91, entre 1961 e 1968 (TORRES, 1985).

A “fase liberal” pode ser considerada a fase na qual se verificou um desenvolvimento extraordinário jamais registrado na história de Angola enquanto colônia, mesmo apesar de ter sido uma fase concomitante ao período de guerra entre Portugal e Angola. Contudo, os resultados obtidos durante esta fase conduziram ao agravamento das dificuldades econômicas, principalmente financeiras, fato que levou ao questionamento e revisão do então modelo em curso. Tal agravamento refere-se ao déficit da Balança de Pagamentos de Angola, que a partir de finais de 1963 começou a apresentar saldos negativos e que após 1966 os saldos negativos acumulados (na hipótese de não amortização) agravaram-se mais ainda. (VALÉRIO, FONTOURA, 1994; TORRES, 1985).

A política liberal adotada à época acabou demonstrando os limites que ela velava. As reduções dos direitos tarifários pouco resultado tiveram sobre as práticas de preferências nas

transações desde então realizadas pela metrópole³⁰. Portugal sentia-se livre para escolher realizar com Angola as transações que lhe fossem mais benéficas, enquanto que Angola permanecia obrigada a obter da metrópole os produtos de que necessitava, em detrimento de adquiri-los em outros mercados que proporcionassem melhores preços. Além disso, as transações comerciais entre as colônias e a metrópole foram sendo prejudicadas pela progressiva integração de Portugal na economia europeia. Como resultado, foi constatada entre 1960 e 1973 redução das importações da metrópole de produtos advindos das colônias, de 14,4% para 10%. As exportações também sofreram reduções, de 25,6% para 14,8% (TORRES, 1985).

De acordo Valério e Fontoura,

A participação do setor transformador nas exportações totais de Angola era baixa (20%, em média, entre 1966 e 1971) e foi diminuindo ao longo da década. Isto exprimia uma economia que se baseava ainda essencialmente em matérias-primas, respondendo sobretudo às oscilações do mercado mundial. Em 1973 as principais exportações (os dados entre parênteses referem-se à percentagem do total) eram ainda o petróleo (30%), café (27%), diamantes (10%), minérios de ferro (6%), algodão (3%) e sisal (2%) [...] (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1204).

Já no que tange ao sistema de pagamentos interterritorial, este também contribuiu para o agravamento do desequilíbrio da Balança de Pagamentos de Angola. Por criar uma moeda única – o escudo –, facilitava o escoamento dos meios financeiros para metrópole. Associe-se a isso o incremento da população branca em Angola, o que aumentava ainda mais o volume de remessas³¹. O sistema de pagamentos interterritorial logo ficou bloqueado devido à acumulação de créditos na metrópole efetuados pelos territórios ultramarinos. Em 1963 Angola esgota o crédito automático de que tinha direito. Tal situação gerou atraso na transferência dos créditos, bem como o racionamento dos mesmos, o que levará a metrópole a adotar a estratégia de contenção das importações de modo a atenuar o problema de desequilíbrio que enfrentava (TORRES, 1985).

Neste contexto, o EEP foi concebido como um projeto político de longo prazo, mas teve de ser repensado, uma vez que não produziu os resultados dele esperados. Houve quem criticasse a maneira como foi concebido o Decreto-Lei n.º44016, como é o caso Costa Oliveira, Diretor Provincial de Angola entre 1961 e 1966, afirmando que este compreendia de maneira equivocada a realidade das colônias ao partir do princípio “assaz clássico, que a

³⁰ FERREIRA, João José Brandão. **A importância do ultramar para a economia nacional**. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/373>>. Acesso em: 10 out. 2016.

³¹ FERREIRA, João José Brandão. **A importância do ultramar para a economia nacional**. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/373>>. Acesso em: 10 out. 2016.

simples liberalização das trocas se encarregaria de restabelecer os equilíbrios e promover o desenvolvimento econômico e social da colônia” (TORRES, 1985, p. 29-30). Para este, o raciocínio liberal não foi capaz de compreender que os maus resultados obtidos estavam associados aos “males de estrutura” e não às “causas conjunturais ou acidentais”. Portanto, “Só depois de alterações estruturais significativas se deveria implementar a livre circulação de mercadorias, pessoas e capitais no contexto interterritorial” (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1204).

Ainda sobre os defeitos na concepção do Decreto-Lei n.º44016, Torres explica que

Não se efetuaram as reformas prévias indispensáveis que, pelo menos, deveriam ter acompanhado uma tal abertura. Por exemplo o 2º Plano de Fomento não consagrava qualquer rubrica à Saúde e o 3º Plano só lhe atribuía cerca de 1,9% do investimento global. Isso apesar das grandes carências existentes e da necessidade (até econômica) de as colmatar. Também não foram tomadas medidas destinadas a canalizar para Angola receitas que, normalmente, lhe deveriam pertencer, como os rendimentos das grandes empresas multinacionais que escapavam sistematicamente ao controle cambial. Era o caso da Diamang, da Companhia Mineira do Lobito, do Caminho de Ferro de Benguela, etc. Apesar do artigo 47º do decreto-lei 44016 prever a revisão do regime cambial da Diamang até 1 de Julho de 1962, tal revisão nunca foi feita apesar dos protestos de membros do próprio governo de Angola que se bateram, por vezes não sem coragem, por essa revisão. Do mesmo modo a Tanganica Concessions fazia entrega dos seus dividendos diretamente ao Tesouro metropolitano, enquanto que o projeto de criação de uma indústria de lapidação de diamantes em Angola, de relativamente fácil execução, nunca foi além da declaração de intenções percê da resistência dos interesses ligados à Diamang (TORRES, 1985, p. 30).

A crítica feita por Costa Oliveira nos é relevante, pois nos permite observar que a tentativa de industrialização através de decreto e em meio a uma estrutura de produção e organização social colonial como a angolana passaria por inúmeras vicissitudes, uma vez que o impulso industrializante, embora estivesse voltado para atender o mercado interno, não apresentava um caráter verdadeiramente nacional, visto que repassava de fato a maior parte da renda para a metrópole. Além disso, como é óbvio, há uma crença ilimitada na capacidade jurídica de alterar um padrão econômico estruturalmente com peso superior à vontade política. Um exemplo da falta de um caráter nacional no impulso industrializante que ocorreu é a elevada e crescente dependência em bens de capital e intermediários provenientes da metrópole. Como puderam mostrar Valério e Fontoura, o arranque industrial em Angola centrava-se majoritariamente na indústria transformadora de cunho ligeiro, sendo que apenas os setores de alimentação, têxtil e de bebidas em conjunto representavam 60% da produção industrial (VALÉRIO, FONTOURA, 1994). Tal realidade impedia que desenvolvimento das forças produtivas angolanas se concretizasse de maneira integrada e autossustentada, devido à

carência de indústrias que serviriam de base para o aparecimento e desenvolvimento das demais.

Aqui, o caráter ultratardio, mas também débil, atrofico e retardatário da formação do capitalismo em Angola se mostram. Um capitalismo que começa a desenvolver suas forças produtivas num período em que o capitalismo dos grandes centros mundiais se encontra em estágios bastante avançados; um capitalismo que não apresenta perspectiva de autonomia econômica, que se desenvolve em meio a entraves que dificultam relativamente o acúmulo de capitais pelos nacionais, bem como a auto-reprodução do sistema em sentido de uma espiral positiva. Um capitalismo que, apesar de promover uma mudança extraordinária nas forças produtivas existentes à época, não promove progresso social e econômico, e nenhuma participação popular traz consigo, não modificando as relações sociais e de trabalho próprias do cenário colonial.

Logo, apesar do desenvolvimento que se pôde notar em Angola com o impulso industrial proporcionado pela nova política metropolitana com o EEP, não se pode negligenciar o fato de que tal projeto político visava em última análise garantir a autossuficiência de Portugal diante das eventuais vicissitudes da vida mundial; sendo a industrialização em Angola uma necessidade para o alcance de tal desígnio, cujos “objetivos e motivações subordinavam-se, antes de mais, às necessidades políticas e econômicas da sociedade central metropolitana obrigada a redefinir a sua posição face à Comunidade Econômica Europeia, à porta da qual Portugal batia já há vários anos” (TORRES, 1985, p. 25). Deste modo, a o impulso industrializante que se verificou em Angola tratava-se de um impulso que somente seria incentivado enquanto trouxesse vantagens à metrópole e enquanto seu desenvolvimento não representasse ameaça aos interesses da metrópole.

Assim sendo, ocorre em Angola um breve período de impulso industrializante que de modo algum apresentou caráter nacional, uma vez que, a despeito de existirem camadas burguesas a favor de tal transformação conjuntural, tal acontecimento não foi resultado de suas reivindicações e manifestos, tampouco seus objetivos eram o desenvolvimento de uma economia verdadeiramente nacional capaz de alçar os rumos do capitalismo industrial moderno. Ao contrário, tal industrialização se mostrou mesmo débil e atrofica em sua constituição. Aqui se mostra mais uma vez a debilidade da burguesia local, frágil economicamente e em termos de suas reivindicações políticas.

O impulso industrializante em Angola para além de totalmente subordinado aos interesses metropolitanos não gozava dos meios materiais necessários à sua consolidação e pleno desenvolvimento. Mais uma vez, cumprindo o seu bom e velho papel, a indústria a ser

instalada em Angola serviria apenas de complemento e suporte ao processo de industrialização da metrópole. O novo nasce natimorto.

Como a experiência liberalizante estava proporcionando vários danos à economia angolana (sendo que esta já possuía uma dívida externa bastante considerável), o governo metropolitano decide em 1971 pôr fim à “experiência liberalizante”, preconizando a substituição do Decreto-Lei nº 44016/61 para o Decreto-Lei nº 478/71, que implicava uma política protecionista de substituição às importações (TORRES, 1985; VALÉRIO, FONTOURA, 1994).

4.2.3.2 Fase protecionista

A segunda fase da realidade angolana no período que decorre entre 1961 e 1974 é a chamada “fase protecionista” que tem reflexo emblemático em 1972. Esta fase tem duração de apenas dois anos, após ter sido bruscamente interrompida em 1974, ano em que ocorre o golpe de Estado ao governo fascista de Salazar (25 de abril de 1974), dificultando ainda mais a complexa situação na qual a colônia se encontrava.

Após a experiência que reforçara ainda mais a dependência da colônia em relação à metrópole e causara uma enorme dívida externa na colônia, Portugal resolve inverter a estratégia do processo liberalizante. Para além do agravamento do problema de pagamentos externos, Portugal se deparou com uma queda nos fluxos comerciais com Angola. Tal como afirmam Valério e Fontoura,

A quebra das importações ficou essencialmente a dever-se à incapacidade da metrópole em satisfazer a procura angolana em bens de capital, assim como às consequências naturais da industrialização crescente no caso dos bens de consumo. Era também resultado de um maior envolvimento da metrópole com o mercado europeu. Quanto ao comportamento das exportações, traduzia uma diversificação crescente dos mercados de destino de Angola, em parte como resposta a uma procura mundial dinâmica para as suas principais exportações na década de 60. Em qualquer caso, a situação focada revelava o falhanço da concepção inicial do EEP (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1206).

Neste sentido, de modo a sanar os problemas tanto de Balança de Pagamentos quanto de enfraquecimento dos fluxos comerciais, Portugal parte para uma proposta protecionista indispensável ao impulso industrializante angolano. Com ela, Portugal também procurava converter a economia angolana, “essencialmente dependente da exportação de produtos primários (agrícolas e minerais), fortemente sujeitos às oscilações do mercado internacional, numa economia exportadora com base industrial” (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1206).

Todavia, engana-se aquele que acredita piamente na “boa vontade” da metrópole em reestruturar e diversificar o aparelho produtivo da colônia.

Com o Decreto-Lei nº 478/71³², Portugal cria um novo sistema de pagamentos cujo instrumento mais importante era a generalização do registro prévio para a importação de mercadorias que incluía também limitações nas compras de mercadorias provenientes da metrópole. Também houve produtos sujeitos a restrições quantitativas, pelo que passaram a ser elaboradas anualmente listas dos mesmos (TORRES, 1985).

Não obstante, de modo a continuar a fomentar o arranque industrial na colônia, Portugal define critérios para o licenciamento das importações, criando cinco grupos de prioridades de produtos a serem importados, em que perfaziam o primeiro grupo os bens necessários ao desenvolvimento da indústria angolana, tais como matérias-primas, bens intermédios e bens de equipamento, sendo estes últimos fornecidos essencialmente por países estrangeiros. Esta medida, por sua vez, se constituía como uma grande apunhalada às indústrias metropolitanas fornecedoras de bens de consumo, visto que os bens por ela fornecidos não constituíam o primeiro grupo de prioridade nas importações (TORRES, 1985; VALÉRIO, FONTOURA, 1994).

Embora algumas indústrias metropolitanas fossem prejudicadas por tal medida (principalmente as indústrias de bens de consumo tecnologicamente ultrapassadas), esta se encontrava em pleno acordo com a política de reestruturação da divisão do trabalho sob a ótica do EEP. Tendo em conta que “A assinatura do acordo do comércio livre com a CEE em 1972 reforçou a perspectiva de que o confronto bem-sucedido da metrópole com o mercado europeu exigia a implantação urgente de atividades produtivas tecnologicamente mais avançadas” (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1207), Portugal decide então reestruturar o seu aparelho produtivo. Sua intenção era especializar-se em “bens de maior componente técnica, como as indústrias metalomecânicas, química de base, siderurgia, construção naval, eletrônica, informática e ainda o controle dos circuitos financeiros” de forma a conseguir responder às requisições tecnológicas e econômicas que advinham da sua integração no mercado Europeia (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1207).

Neste sentido, e como já era de se esperar, Portugal contava com a grande ajuda das economias coloniais. Estas, por possuírem maior oferta de mão de obra barata, se encarregariam em acolher as indústrias que não constituíam o foco da metrópole e que se

³² Sobre o aspecto da generalização do registro prévio para a importação de mercadorias, conferir Art . 32º, 33º e 34º, disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/240266/details/normal?q=Decreto-Lei+n%C2%BA%20478%2F71>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

mostravam incapazes de responder positivamente às reivindicações por aumentos salariais que tinham lugar na metrópole, como é o caso das indústrias mais intensivas em mão de obra e indústria extrativa (TORRES, 1985).

Quanto ao deslocamento dessas indústrias para as colônias, Valério e Fontoura afirmam que,

Libertas da concorrência da metrópole, as condições para a sua expansão melhorariam claramente. Uma remodelação deste tipo teria a vantagem adicional de, ao permitir uma exploração mais adequada das vantagens comparativas no território nacional, torná-lo mais “integrado e coeso”, reanimando os pressupostos iniciais do EEP (VALÉRIO, FONTOURA, 1994, p. 1207).

Vê-se claramente que a proposta protecionista não é nada mais do que uma ferramenta da política de integração do EEP. Tal como afirma Torres,

Em resumo, as medidas que as autoridades portuguesas pretendiam tomar com vista a industrialização de Angola eram, ao fim e ao cabo, um meio que encobria uma finalidade mais vasta: uma nova redistribuição de funções entre Portugal e a sua maior colônia, nas esferas de produção e de circulação de mercadorias e de capitais, onde Angola continuaria a desempenhar o papel complementar e indispensável (ainda que em moldes porventura mais favoráveis do que no passado) a acumulação do capital metropolitano. Perante as nações europeias confirmar-se-ia ao mesmo tempo (argumento político sempre presente no discurso colonial português) a vocação "imperial" de uma nação pluricontinental que dispunha de um espaço económico próprio (a zona escudo) (TORRES, 1985, p. 35).

Fica claro, mais uma vez, que o impulso industrializante na colônia não tem outra finalidade senão a de atender aos interesses económicos da metrópole, sendo a estratégia protecionista um meio para concretização deste objetivo. Assim, o robustecer das forças produtivas angolanas não visava o pleno desenvolvimento da indústria em Angola ao ponto dela se tornar autónoma. Seu desenvolvimento serviria apenas de meio para apoiar a reestruturação do aparelho produtivo metropolitano. Não obstante, o incentivo a industrialização que se deu é um incentivo que carrega consigo limitações, impedindo que as forças produtivas da colônia de se desenvolverem livremente. Seu desenvolvimento se daria até o ponto em que não constituísse ameaça aos interesses metropolitanos.

4.2.3.3 Impulso de ruptura

A década de 1960 foi uma década de acontecimentos relevantes para a então colônia angolana. Concomitantemente ao impulso industrializante ocorria o impulso de ruptura para com o regime político colonial.

A década de 1950 foi marcada pela tendência europeia para a descolonização, momento em que ocorre a proclamação das primeiras independências dos países africanos. Neste contexto, um clima de maior tensão se instala em Angola com as manifestações da nova corrente do nacionalismo branco e com o surgimento dos movimentos de libertação nacional; porém, nesta mesma época, Portugal começa a delinear algumas alterações na sua política colonial com a criação do Espaço Económico Português, reforçando ainda mais a hipótese de não abandonar as suas colônias.

Neste sentido, as reformas a serem implantadas no contexto do novo projeto político visavam apenas à alteração do contexto económico da colônia, mantendo-se as relações sociais e políticas e de produção, fato que causou maior revolta no contexto político angolano.

Segundo Pereira, “Em 1961, a situação política de Angola era insustentável” o que “justificou o início da luta armada de libertação nacional pelos movimentos nacionalistas” (PEREIRA, 2014, p. 66). Em 4 de fevereiro de 1961 um grupo de cerca de duzentos guerrilheiros pertencentes ao movimento de libertação nacional MPLA, armados com catanas e algumas armas de fogo desencadearam ações de revolta na cidade de Luanda. Tais ações tinham por finalidade libertar os compatriotas políticos injustamente encarcerados, pelo que os nacionalistas atacaram as principais cadeias, bem como a estação de rádio Emissora Oficial de Angola – por conseguinte, a data é considerada pelo MPLA como a data de início da Luta Armada Nacional³³.

Diante deste fato, Portugal envia para Angola um grande número de soldados fortemente armados com o objetivo de pôr fim às ações de revolta que estavam ocorrendo. Dentre as vítimas das perseguições e barbáries realizadas pelos soldados estavam não apenas os membros ativos nas ações de revolta, mas também as populações indefesas que foram injustamente raptadas, ou, até mesmo, assassinadas.

Tal situação despertou a revolta de muitos autóctones pelo que estes aderiam cada vez mais aos movimentos de guerrilha que estavam nascendo. Dentre estes, encontravam-se os

³³ FUNDAÇÃO ANTÓNIO AGOSTINHO NETO. **04 de fevereiro e o início da luta armada em Angola**. Disponível em: <http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1110%3Ao-4-de-fevereiro-e-o-inicio-da-luta-armada-em-angola&catid=37%3Anoticias&Itemid=206&showall=1>. Acesso em: 31 out. 2016.

três principais movimentos nacionalistas que se formaram nas décadas de 1950 e 1960: a FNLA (criada na década de 1950, com o nome de União das Populações de Angola (UPA) e com seus integrantes pertencentes ao terceiro maior grupo étnico de Angola, os Bacongos); o MPLA (fundado em 1956, contando com o apoio dos Mbundos, o segundo maior grupo étnico de Angola) e a UNITA (criada em 1966, aquando da separação de seu líder, Jonas Savimbi, com a FNLA em 1964, e tinha o apoio dos Ovimbundos, o maior grupo étnico de Angola) (HODGES, 2002).

Ainda no ano de 1961 Portugal dá início a uma reforma legislativa que visava a abolição o “estatuto dos indígenas”³⁴, bem como o reconhecimento da cidadania a todos os angolanos e a aprovação de uma legislação que regulasse a questão das terras (PEREIRA, 2014). Com o discurso de garantir aos povos autóctones o direito às terras que explorava, o governo português aprova, em setembro de 1961, o regulamento do emprego (com a abolição do trabalho forçado) e da concessão de terrenos. Todavia, esta aparente preocupação com os direitos dos povos indígenas devia-se muito mais às pressões internacionais e ao clima de tensão interna e isso fez com que não fossem tomadas as medidas necessárias para a execução das reformas que visariam atender realmente aos interesses da população rural, uma vez que “não foi demarcada a reserva para os africanos, a equipe não estava preparada para a aplicação da lei e não foi feita a divulgação necessária da mesma. Isso facilitou atropelos e abusos da lei” (PEREIRA, 2014, p. 67).

Rocha, Lourenço e Morais (1979) afirmam que juntamente com o aumento da base econômica que teve início na década de 1960 se verificou um aumento numérico do proletariado e do lumpen-proletariado angolano, ambos de origem camponesa e com uma forte ligação aos usos e costumes africanos (os considerados não assimilados). Entretanto, estes, na sua maioria constituíam a população dos trabalhadores não qualificados, alvo de uma superexploração claramente revelada pelo nível médio dos salários, onde as diferenças salariais destes rondavam entre 10 a 15 vezes abaixo do salário médio do pessoal técnico, administrativo e de escritório (ROCHA; LOURENÇO; MORAIS, 1979).

Assim, a despeito da transição da mão de obra forçada para a assalariada, não foram verificadas nas relações de trabalho mudanças no que diz respeito à questão racial. Os nativos continuaram a ocupar as posições inferiores e recebiam salários inferiores aos europeus por um mesmo trabalho realizado por ambos (PEREIRA, 2014). De acordo com São Vicente,

³⁴ De acordo com Pereira “Segundo tal estatuto o regime de trabalho, o pagamento de imposto, o serviço militar, o ensino, enfim, quase tudo era regulamentado de forma específica para as pessoas que não tinham a cidadania portuguesa” (PEREIRA, 2014, p. 66).

O PIB *per capita* em 1972 foi de aproximadamente \$200 que colocava Angola num dos níveis mais altos da África subsaariana. Essa cifra escondia grandes discrepâncias entre as rendas da população branca e assimilada e a dos 90% restantes. A renda *per capita* da população negra equivalia a menos de 10% das rendas médias dos brancos e assimilados (SÃO VICENTE, 1995, p. 11).

Vê-se, portanto, que a questão salarial ultrapassa a questão étnica, perpassando pelo caráter ultratardio da formação do capitalismo em Angola. Devido à tão exacerbada subordinação aos interesses metropolitanos, a baixa dos salários da maioria da população tem um peso significativo nas taxas de apropriação do mais valor, dificultando, portanto, o acúmulo local do mesmo que, não sendo garantia, de certo constituiria condição para a dinamização industrial interna com investimento de capitais privados. Assim, o caráter retardatário também se torna evidente, pois o pouco capital que se consegue acumular contribui para o vagaroso desenvolvimento das forças produtivas.

O conflito armado entre portugueses e angolanos durou mais de uma década, sendo que em 1974 (com a queda do regime salazarista em 25 de abril do mesmo ano) é que se inicia efetivamente o processo de descolonização. “O Governo português, dominado por oficiais militares de esquerda, assumiu o compromisso de conceder de forma negociada a independência aos territórios ultramarinos” (SILVA, 2008, p. 141). Entretanto, a transição para a independência não se deu de maneira pacífica. A participação de movimentos nacionalista rivais – com origens etno-regionais diferentes e com apoios externos igualmente rivais – no processo de negociação resultou no descumprimento do acordo efetuado e no início de uma guerra civil que colocou o recém território independente numa situação política, econômica e social caótica.

Vale adicionar a participação da classe proletária no processo de luta pela independência de Angola. Rocha, Lourenço e Morais afirmam que

A despeito do local preferido e privilegiado de atuação do movimento libertador serem a zonas camponesas – foi, aliás, a classe camponesa a principal fornecedora das forças guerrilheiras – o proletariado urbano, como classe importante, no quadro social angolano, não se marginalizou da luta de libertação. A implantação e atuação das células clandestinas nas cidades são disso um sintoma. Mais do que uma função mobilizadora, as células clandestinas exerceram uma atividade de consciencialização dos trabalhadores, chamando a sua atenção para as condições de vida e de trabalho que o mecanismo capitalista lhes impunha. O desenvolvimento assimétrico e desigual do território determinou uma forte concentração industrial, o que, por sua vez, favoreceu a aglomeração dos trabalhadores. Este fato funcionou como o embrião duma consciência de classe, ainda primária, cuja expressão política não ia além das reivindicações de natureza econômica, que marcaram os meses seguintes ao 25 de Abril de 1974 (ROCHA; LOURENÇO; MORAIS, 1979, p. 43-44).

Deste modo, o proletariado angolano tanto rural quanto urbano, enquanto classe potencialmente revolucionária teve uma forte e importante participação no processo de obtenção da independência, muito embora suas reivindicações e sua participação no processo de revolução não tenha engendrado uma mudança real e superadora. Por certo, esse proletariado também se viu dividido com a eclosão da guerra civil entre os grupos rivais internos.

Não obstante, as origens do conflito angolano também se encontraram intrinsecamente ligadas à “natureza do colonialismo português (sobretudo por não ter reparado uma transição estável para a independência)” (HODGES, 2002, p. 24), e à existência de petróleo e demais recursos naturais. No que tange ao colonialismo português, Hodges explica que

O salazarismo era um regime político autoritário, na metrópole como em África, pelo que não houve tradição democrática nas colônias africanas antes da súbita desagregação do império em 1974-1975. Em três das colônias portuguesas, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, a independência seguiu-se a uma luta armada de libertação (HODGES, 2002, p. 24).

Entretanto, de acordo com Silva,

Pode-se afirmar que a guerra civil angolana iniciou-se em 1962 em Leopoldville, Congo Belga, quando o MPLA e a FNLA deram início à rivalidade política que determinou o curso da luta pela independência de Angola. O enfrentamento entre os dois grupos, e a UNITA, a partir de 1966, visando a obter o reconhecimento e apoio internacional para suas respectivas organizações, acabaria por provocar a internacionalização do conflito, tornando o território angolano, a partir de 1975, palco de conflito regional, que tinha como pano de fundo o enfrentamento Leste-Oeste (SILVA, 2008, p. 141).

Os três principais movimentos de libertação empenhados na conquista da independência de Angola não foram capazes de se unir e formar uma frente contra as forças militares metropolitanas que aumentavam cada vez mais, o que enfraqueceu seriamente o movimento anticolonial em princípios da década de 1970 (HODGES, 2002).

Em janeiro de 1975 é assinado o Acordo de Alvor³⁵ entre Portugal e os três principais movimentos independentistas de Angola (FNLA, MPLA e a UNITA). Estes

[...] integrariam conjuntamente o governo de transição até que uma nova Constituição fosse elaborada e a futura estrutura administrativa estabelecida. O Acordo previa ainda a realização de eleições para determinar o grupo que assumiria o Governo depois da independência, marcada para 11 de novembro de 1975. Até

³⁵ Acordo de Alvor foi um conjunto de entendimentos com relação à transferência de poder no decurso da obtenção da independência em Angola.

aquela data, autoridades portuguesas participariam do Governo de transição (SILVA, 2008, p. 142).

Entretanto, os compromissos assumidos pelos movimentos foram rapidamente deteriorados pela desesperada corrida pela supremacia, energizando ainda mais o conflito entre os três movimentos (HODGES, 2002; SILVA, 2008). Em agosto de 1974, o conflito intensificara-se mais ainda com a intervenção das principais potências mundiais que apoiavam tais movimentos (de fato, a intervenção externa no conflito civil angolano deveu-se muito mais às rivalidades Geopolíticas da Guerra Fria e dos interesses de exportação de capitais que as instruí). Enquanto o MPLA, cuja orientação ideológica era a “marxista-leninista”, recebia apoio Militar e diplomático da União Soviética e de Cuba, a UNITA e a FNLA, ambas com orientação ideológica anticomunista, recebiam apoio dos Estados Unidos da América. A UNITA também teve o apoio da África do Sul, enquanto a FNLA recebia suporte do Zaire (atual República Democrática do Congo) (HODGES, 2002).

O conflito prosseguiu até a data da declaração formal da independência de Angola, isto é, 11 de novembro de 1975 (com uns poucos meses de paz entre 1974 e 1975). Após ter conseguido neutralizar as forças opositoras por intermédio do auxílio externo, foi possível ao MPLA controlar

[...] uma parte do país, incluindo a capital, onde proclamou uma “república popular” e nomeou como presidente o seu dirigente Agostinho Neto. Nos poucos meses que se seguiram, os Cubanos ajudaram o MPLA a ganhar o controle de todo o país. A intervenção norte-americana foi suspensa, na sequência da aprovação da Emenda Clark, que impedia o apoio de qualquer uma das facções angolanas (um reflexo do ambiente pós-Vietnam que nessa altura se vivia nos Estados Unidos). Isto desamparou o Governo sul-africano, forçando-o a retirar as suas forças para o Norte da Namíbia em Abril de 1976 (HODGES, 2002, p. 26-27).

Contudo, o conflito civil angolano estava longe de terminar. A ascensão de Angola à independência se deu numa altura em que a atmosfera econômica do país era bastante favorável. No início da década de 1970, houve uma extraordinária melhoria nas relações de troca. A industrialização capitaneada pelo café foi aos poucos sendo substituída pelo petróleo. Isso foi a manifestação do primeiro sintoma da chamada “doença holandesa”, no qual há um desencorajamento da produção manufatureira, por parte dos países em desenvolvimento, em prol da exportação de recursos minerais (SÃO VICENTE, 1995). Esse dado somado às debilidades internas das forças produtivas e das próprias classes sociais, sela o destino dos processos industrializantes aturcidos em contexto bélico. Deste modo, com o aumento de preços pela OPEP em 1973, dado o primeiro choque do petróleo, este havia se tornado o

principal produto, assim como a maior fonte de receita das exportações, ultrapassando o café (HODGES, 2002). Contudo, o clima de conflito interno viria inevitavelmente desperdiçar as transformações ocorridas no contexto econômico do país.

Com a eclosão da guerra em 1975, uma elevada percentagem de colonos portugueses (mais de 95%) abandonou a colônia. A saída dos colonos portugueses deixou Angola em situação de profunda crise econômica e de gestão. A falta de investimento do regime colonial na educação dos povos africanos fez com que êxodo português significasse a perda da maior parte do pessoal tecnicamente qualificado e dos quadros capazes de levar a cabo a gestão do país, bem como o desenvolvimento de todos os setores da economia. Não obstante, um elevado número de pequenos negócios, propriedades agrícolas e outras foi abandonado e muitas dessas propriedades foram deliberadamente destruídas por aqueles que se viram obrigados a deixá-las, enquanto que outras foram degradando-se por falta de investimento e manutenção (HODGES, 2002; PEREIRA, 2014). Esta situação comprometeu as forças produtivas instaladas na colônia, todavia, a situação na qual a Angola se encontrará após a proclamação da independência arruinará completamente as forças produtivas, diminuindo ainda mais as chances para uma transição industrializante.

4.3 Período pós-independência

Como foi dito, segundo Hodges (2002) a ideologia na qual o MPLA se apoiava era a marxista-leninista – stalinista, a bem da verdade, em período de decadência da própria União Soviética –, por conseguinte, uma vez no poder, adotou o modelo soviético como ideologia oficial em 1976, pelo que assumiu a denominação de MPLA – Partido do Trabalho (MPLA-PT). Colocando em prática a sua filosofia, o MPLA estatizou os negócios e as propriedades coloniais abandonadas. Ao alargar as estruturas econômicas estatais na segunda metade da década de 1970, o MPLA procurou usar um sistema de planejamento centralizado de inspiração soviética para administrar tais estruturas, com o objetivo de instaurar um Estado forte. Entretanto, vários fatores levaram ao fracasso de seu plano. A insuficiência de quadros qualificados tanto para a Administração Pública quanto para os demais setores da economia no país fez com que a tentativa de implementação desse sistema se tornasse rudimentar conduzindo a “vários erros na distribuição de recursos e a diversas ineficiências, dando origem a dificuldades no abastecimento da indústria e ao aparecimento de grandes mercados paralelos” (HODGES, 2002, p.143).

Um dos exemplos que demonstra a falta de conhecimento técnico do pessoal responsável pela Administração do país está relacionado ao setor agrícola. Embora o recém governo tenha se preocupado em aumentar a produtividade deste setor e, conseqüentemente, a sua rentabilização por meio da importação de tecnologia a ser usada nas fazendas estatais, tal objetivo não chegou a se concretizar. Tal como afirma Pereira (2014), o peso do fator político nas negociações internacionais fez com que o governo angolano depositasse confiança na aquisição de tecnologia vinda dos países do Leste europeu; e como era de se esperar, os resultados advindos desta decisão foram desastrosos,

[...] uma vez que a tecnologia adquirida nesses países não satisfazia as expectativas agrícolas, nem era adaptável à realidade angolana. Essa tecnologia passou a ser obsoleta em sua maioria, outras, ainda na fase de amortização, acabaram sendo totalmente reconstruídas com peças adaptadas e assistência nacional, e outras ainda sem ser experimentadas ou utilizadas foram esquecidas (PEREIRA, 2014, p. 113).

Outros dois fatores igualmente importantes que levaram o sistema de planejamento centralizado ao fracasso, mas que também, associados ao déficit de quadros qualificados, cooperaram para a regressão das chances de uma transição industrializante, foram a guerra civil e o legado autoritário de seus colonizadores.

A guerra civil tomou contornos mais acentuados logo após a proclamação da independência, o que dizimou milhares de vidas e arruinou quase por completo todas as forças produtivas instaladas na então colônia, a exceção dos setores petrolífero e diamantífero sobre os quais repousavam interesses de grandes potências internacionais e grupos locais. Enquanto todos os setores produtivos da economia angolana apresentavam declínio ao longo do período de guerra civil, isto é, de 1975 a 2002 (com algumas subidas verificadas ao longo desse período), o setor de mineração (petróleo e diamante) apresentou um crescimento bastante considerável. De acordo com Pereira (2014), a participação percentual do setor de mineração no PIB de Angola foi de 6,33% em 1966, 10,7% em 1970, 55,4% em 1990 e 67% em 2000.

O fato de as maiores reservas de petróleo em Angola se encontrarem ao longo de sua costa fez com que se desenvolvesse uma economia enclave no litoral, enquanto que na maior parte das zonas rurais, no interior do país, onde os efeitos da guerra foram mais nefastos, se desenvolvia apenas uma forma muito elementar de economia de subsistência (HODGES, 2002).

Deste modo,

A natureza dualista da economia colonial foi exacerbada pelo processo de descolonização e transformada numa caricatura de si mesma pela guerra: o enclave

de Luanda, sustentado pelas importações financiadas pelo petróleo *versus* um interior impedido de se desenvolver pela guerra e pelo isolamento econômico... Separado dos principais centros urbanos e dos mercados de exportação do litoral pela partida dos comerciantes portugueses, pela destruição das infraestruturas de transporte e por uma insegurança crescente, o setor agrícola do interior transformou-se numa terra ao abandono. Ao invés disso, as principais cidades estão superlotadas e são sustentadas sobretudo por importações (LE BILLON, 1999 apud HODGES, 2002, p.143-144).

O estado de insegurança, instabilidade e incerteza econômica dificultaram o desenvolvimento das demais atividades não relacionadas ao setor petrolífero (com exceção ao setor diamantífero) impedindo o acesso ao investimento externo. A produção de minério de ferro, por exemplo, foi suspensa logo após a eclosão a guerra civil e o setor agrícola, um dos mais proeminentes de Angola, foi fortemente afetado. Para além do colapso do sistema de comercialização rural que ocorreu com a partida dos colonizadores, o êxodo rural que se deu devido ao maior clima de tensão no interior do país fez com que grandes extensões de cultivo fossem abandonadas. Os camponeses deslocados para as cidades, mesmo nos anos de “nem paz, nem guerra” receavam voltar às suas zonas de origem, devido ao clima de insegurança. Esta situação fez Angola passar da condição de um país autossuficiente e exportador de produtos alimentares, para a condição de dependente do exterior em termos de ajuda alimentar. As unidades fabris instaladas com o objetivo de transformar produtos agrícolas tiveram seus equipamentos obsoletos em parte pela falta de produtos agrícolas para processar (HODGES, 2002).

Não obstante, o setor agrícola também foi afetado, como vimos, pela ineficiência do Estado na criação de empresas agrícola estatais, mas também pela “existência de um sistema de fixação de preços (para os produtores agrícolas até meados dos anos 80 e para os câmbios até finais da década de 1990) favorecedor das importações e dos consumidores citadinos em detrimento dos produtores agrícolas” (HODGES, 2002, p. 146). Veremos mais adiante de quem se tratavam esses moradores citadinos.

Os restantes setores não petrolíferos também foram afetados pela elevada dívida externa de Angola, o que restringia a sua capacidade de recorrer a importações, limitando a aquisição de vários produtos, desde bens alimentares até bens de capital. Hodges afirma que

Angola começou a acumular atrasos de dívida externa a partir de 1986, destruindo a boa reputação de que dispunha anteriormente nos mercados financeiros internacionais e criando a situação que conduziria à hipoteca dos recursos petrolíferos para poder ter acesso a empréstimos e linhas de crédito, nos anos 90 (HODGES, 2002, p. 206).

Além disso, o rudimentar sistema bancário angolano dificultava a obtenção de créditos a longo prazo, o que impedia a aquisição de novos equipamentos e tecnologias via financiamento bancário e a sobrevalorização da moeda dificultava as exportações (HODGES, 2002). O desempenho produtivo durante o período de conflito foi tão baixo que “o peso da indústria transformadora no PIB baixou de 16% em 1973 para 4% em 2001” (HODGES, 2002, p. 148).

O legado colonial de dependência das importações, característica da formação do capitalismo angolano e de outros países de via colonial, mais uma vez se faz presente, porém, desta vez, representando o estado de calamidade da então economia colonial, consequência de um débil, atrofico, retardatário e ultratardio desenvolvimento capitalista em Angola. Não apenas o caráter de dependência das importações se fez manifestar como também o caráter de subordinação aos interesses externos, uma vez que se os setores da economia foram altamente prejudicados com a interrupção dos fluxos financeiros estrangeiros, dado o estado de insegurança e instabilidade no país, é sinal de que havia uma forte dependência em relação ao capital externo, que se aprofundou, como vimos, com o impulso industrializante iniciado em 1961 e que se prolongou até o início dos conflitos em Angola.

A guerra civil dificultou sobremaneira a acumulação de capital a ser feita localmente. O declínio da produção e as distorções na distribuição do rendimento certamente contribuíram para este fenômeno e tiveram como pano de fundo o conflito civil. Entretanto, o petróleo e o diamante contribuíram significativamente para a queda do impulso produtivo e para a diminuta distribuição da renda. Estes dois recursos estiveram intrinsecamente ligados ao conflito civil que emergiu em Angola, de tal maneira que dois dos principais movimentos independentistas que tomaram parte do conflito civil controlavam as principais regiões onde se encontram tais recursos: o MPLA controlava as regiões onde é abundante o petróleo, enquanto a UNITA controlava as regiões de maior abundância de diamantes.

Nas palavras de Hodges (2002, p. 210), “A ambição pelo poder ou o medo das consequências da derrota podem fazer parte dos motivos pelos quais se luta para ganhar ou para manter o controle do Estado”. Em Angola, o domínio pelos recursos naturais também se configurou como um dos motivos (e se calhar o principal) que acirrava a luta pelo poder, sendo o controle dos recursos petrolíferos do país a recompensa máxima a ser alcançada (HODGES, 2002). No entanto, o resultado do alto desempenho que se verificou nos setores petrolífero e diamantífero certamente não foi aplicado na reconstrução e reaproveitamento das forças produtivas e das demais infraestruturas deixadas pelos colonizadores. Ao contrário, seu

produto foi aplicado na obtenção de equipamentos bélicos para dar curso à guerra pela supremacia do país e pelo controle dos recursos minerais e naturais.

Com a perda do apoio internacional no conflito civil, os principais financiadores da guerra em Angola passaram a ser os recursos naturais: do lado do governo dominado pelo partido MPLA, era o petróleo que financiava a guerra; do lado da UNITA, eram os diamantes o principal financiador. Tal como afirma Hodges,

Com este significativo envolvimento externo, não surpreende que o grande impulso para sanar o conflito tenha sido originado por alterações nesse ambiente externo, que começaram, a nível internacional e regional, em finais da década de 1980. Com o presidente Gorbachev, a URSS começou a pôr fim ao dispendioso envolvimento em guerras civis no Terceiro Mundo. Também África do Sul, em finais dessa década, estava interessada em afastar-se do conflito angolano e encontrar uma solução para o problema da Namíbia. [...] Entretanto, as mudanças radicais ocorridas na URSS e na Europa de Leste, que levaram ao colapso do bloco soviético e ao desmoronamento da própria URSS, comprometeram as relações estratégicas do MPLA com seus aliados históricos e encorajaram o MPLA-PT a rever suas posições ideológicas (HODGES, 2002, p. 28-29).

As palavras de Hodges revelam um ponto importantíssimo para o presente trabalho, isto é, a viragem ideológica do MPLA-PT, fato que será abordado mais adiante.

O controle dos recursos petrolíferos era de tal relevância para o MPLA que um ano após a independência o governo constituiu uma empresa petrolífera nacional, a Sociedade Nacional de Combustíveis (Sonangol) e

O Estado passou, assim, a ser o único proprietário dos recursos petrolíferos do país e tornou a Sonangol a concessionária exclusiva para a pesquisa e a exploração petrolíferas, permitindo que a empresa estatal se associasse a parceiros estrangeiros no sentido de conseguir os recursos necessários à pesquisa, ao desenvolvimento e à produção. Subsequentemente, a Sonangol criou associações em participação (*joint ventures*) com empresas petrolíferas que já produziam petróleo em Angola antes da independência, nomeadamente da Cabinda Gulf Oil Company, que se tornou subsidiária da Chevron em 1984, e a Petrofina e a Texaco, que já produziam em concessões terrestres, nas bacias do Cuanza e do Congo (HODGES, 2002, p. 190).

Com a descoberta de petróleo em águas profundas, se começa em 1996 as atividades de perfuração e exploração de petróleo que envolviam mais empresas internacionais tais como a ExxonMobile, a TotalFinaElf, e a BP. Na verdade, a indústria petrolífera angolana era praticamente movida por empresas estrangeiras. Não obstante, as ligações desta indústria com os restantes setores da economia angolana até 2002 eram mínimas, “quer jusante (refinarias), quer no que diz respeito ao abastecimento de bens e serviços para a prospecção e a produção”, sendo que a ligação com os demais setores fazia-se “quase exclusivamente através das receitas e despesas do Governo” (HODGES, 2002, p. 199). Junte-se a isso o fato desta

indústria ser dependente da importação de bens e serviços, empregar pouca mão de obra devido à característica do uso de capital intensivo, bem como o fato de a maior parte da produção ser enviada para o exterior e tem-se mais uma prova do caráter débil, atrofico retardatário a formação do capitalismo angolano.

A fraca ligação do setor produtivo mais importante da economia do país com os restantes setores produtivos evidencia o legado da falta de caráter nacional da indústria angolana – que pouco contribui para o desenvolvimento das demais áreas produtivas –, bem como a sua subordinação aos interesses externos. O excedente econômico gerado por este setor (mas também pelo setor diamantífero) era na sua maioria repassado para as grandes potências mundiais, atendendo assim às “demandas dos polos hegemônicos externos” que se beneficiavam sobremaneira com o decurso da guerra civil em Angola, e em pequena escala aos interesses do capital local.

Fica clara, portanto, a debilidade no acúmulo de capital a ser feito pelos nacionais, mas também o fato de que não era do interesse dos poucos detentores de capital o desenvolvimento combinado, autossustentado e pleno de uma indústria nacional capaz de alcançar o patamar das grandes potências capitalistas mundiais. Pelo contrário, a posição de fornecedora de produtos primários, legado da estrutura produtiva, colonial lhe parece bastante confortável.

Quanto à indústria diamantífera, esta teve o seu início em 1912 após a descoberta de sete diamantes num riacho no nordeste do país, e cinco anos mais tarde é fundada a Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG). Por quase três décadas os diamantes se tornaram o principal produto de exportação em Angola, até o momento em que o *boom* do café mudou o foco de exportação da colônia. Após 1973, o petróleo ganha destaque, tornando-se o principal produto de exportação angolana, entretanto, “a produção diamantífera”, embora tenha caído para o terceiro lugar em termos de exportação, “continuou a crescer, tendo alcançado 2,4 milhões de quilates em 1974 e transformando Angola, em termos de valor, num dos maiores produtores diamantíferos do mundo” (HODGES, 2002, p. 222).

Em 1981, o governo angolano funda a empresa estatal Empresa de Diamantes de Angola (ENDIAMA), após ter adquirido a maior parte das ações da DIAMANG. As receitas geradas pela produção diamantífera ocupavam o segundo lugar, contudo, numa posição bastante distante se comparada às receitas petrolíferas. Por este motivo, os diamantes tiveram menos relevo em termos de meio de financiamento para o governo do MPLA (HODGES, 2002). O contrário, porém, acontece com a UNITA:

Enquanto que o Governo financiou a sua máquina de guerra com os proventos do petróleo, a UNITA conseguiu assegurar o controle de lucrativas zonas diamantíferas a partir do início de 1990, gerando receitas que lhe permitiram compensar a perda de apoio militar externo que sofreu na mesma altura. [...] A ONU acabou por impor uma interdição internacional à compra de diamantes da UNITA em Julho de 1998, numa tentativa tardia de privar os movimentos dos fundos necessários para sustentar as suas forças armadas, mas essa medida chegou demasiado tarde para salvar o já cambaleante Protocolo de Lusaca e evitar o regresso à guerra em finais de 1998, tendo-se revelado também pouco eficaz na prática, devido à facilidade que havia em contrabandear os diamantes (HODGES, 2002, p. 221).

Deste modo, grande parte da riqueza nacional a ser gerada pelos diamantes foi usurpada tanto pela UNITA quanto pelos garimpeiros ilegais, que contrabandeavam os diamantes em grande escala, mesmo em zonas sob o controle do governo (HODGES, 2002).

Apesar da ligação do setor petrolífero com a guerra civil, sua participação no declínio dos demais setores produtivos teve início antes da eclosão da guerra, isto é, no momento em que se começa a verificar os sintomas da chamada “doença holandesa” em Angola. Segundo Hodges,

Um segundo grande problema resultante do peso do petróleo na economia tem sido o seu impacto negativo no desenvolvimento de outros setores. Esta é a versão angolana da “doença holandesa”. Na sua forma original, a doença holandesa diz respeito aos efeitos nefastos, para os setores não petrolíferos da economia, de um aumento da taxa de câmbio em função das receitas petrolíferas de um determinado país. Esta não é uma consequência automática: por meio de ajustes nas políticas fiscais ou monetárias, os Governos podem contrariar a tendência de valorização da taxa de câmbio. Em Angola, onde, até Maio de 1999, não existia um regime de câmbio orientado pelo mercado, excetuando o caso do mercado paralelo, a doença holandesa assumiu uma forma ligeiramente diferente. Mantendo-se uma taxa de câmbio oficial administrativamente fixada, a moeda tendia a aumentar de valor em termos efetivos reais, devido à elevada inflação interna, embora tenha havido desvalorizações sucessivas durante os anos 90 com o intuito de colmatar a brecha entre as taxas de câmbio oficial e paralela. Isto fez com que as indústrias ficassem em desvantagem face aos importadores com acesso a divisas à taxa oficial, e também com que a maioria das exportações não petrolíferas (à exceção dos diamantes) não fosse competitiva nos mercados internacionais. (HODGES, 2002, p. 206-207).

A despeito do que foi dito, vale deixar claro alguns aspectos: na realidade, a causa do declínio das forças produtivas em Angola não se atribui a existência de petróleo e diamantes e sim ao tipo de formação capitalista que se deu neste país, uma formação capitalista extremamente débil e atrofada, dependente do capital estrangeiro para se desenvolver, que não visa à diversificação da atividade econômica e que condiciona a forma de utilização dos meios de produção. Tal como afirma Hodges,

Se a riqueza gerada pelo petróleo fosse devidamente gerida e utilizada para o desenvolvimento econômico e social do país a longo prazo, daria a Angola uma considerável vantagem sobre a maioria dos países em desenvolvimento. Na verdade, a escala das suas receitas petrolíferas é impressionante. Em 2000, as exportações anuais do setor petrolífero já tinham ascendido a 7120 milhões de dólares, e o total das exportações a 7885 milhões (FMI, 2002), o que é muito superior às receitas de exportação de qualquer outro país da África Subsaariana, à exceção da África do Sul e da Nigéria.

Deve-se ter em conta que estes números correspondem a exportações brutas e que, no caso de Angola, as receitas líquidas geradas pelo petróleo são consideravelmente inferiores, devido à própria dependência que a indústria petrolífera tem de bens e serviços importados e ao repatriamento dos lucros das empresas petrolíferas (HODGES, 2002, p. 202).

Mais uma vez fica evidente o caráter de subordinação do capitalismo angolano, cujo desenvolvimento visa apenas cumprir o papel de complementariedade diante do desenvolvimento capitalista dos demais países, principalmente daqueles hegemônicos. Se não fosse o tipo de formação capitalista que se deu em Angola, os seus inúmeros recursos naturais serviriam de alavanca ao progresso econômico e social do país. No entanto, o que tem acontecido é a antítese desta realidade, onde os recursos naturais, mas também a força de trabalho são superexplorados, onde o desenvolvimento das forças produtivas de determinado setor pouco ou nada contribui para o desenvolvimento dos demais, e muitas vezes se torna mesmo um entrave para tal desenvolvimento, revelando o caráter retardatário a formação do capitalismo neste país. E não é demais insistir que o impulso industrializante se deu em meio ao consolidado intercuro geopolítico entre grandes potências mundiais, numa fase bastante agressiva da mundialização dos capitais e que culmina no dissenso bélico interno, marcando o processo transitivo angolano sem, contudo, uma transformação real de seus condicionantes anteriores.

A guerra civil que sobreveio a Angola deixando o país numa situação de profunda calamidade econômica, política e social tem como pano de fundo elementos que se sobrepõem à questão política. Neste sentido diz Hodges:

Nos últimos anos, a guerra não teve nenhuma base social real, nem mesmo em termos de etnicidade [...], nem motivações ideológicas consistentes, pelo menos desde o abandono do marxismo-leninismo pelo MPLA. Além disso, desde o fim da Guerra Fria e a transição de um regime multirracial na África do Sul que a guerra deixou de ser alimentada por interesses estratégicos externos. Em vez disso, ela tornou-se num conflito motivado principalmente pela ambição pessoal, pela suspeição mútua e pelo objetivo de tomar ou manter o controle do Estado e dos recursos a que ele dá acesso (HODGES, 2002, p. 38).

Ainda que Hodges aponte para a manifestação do problema econômico apenas nos últimos anos do conflito (e embora desconsidere a questão das classes, atribuindo à ambição

peçoal um peso tamanho, capaz de suster a situação armífera), temos motivos para crer que a base material sempre esteve por trás da guerra civil em Angola; afinal, a disputa pela supremacia sempre envolveu interesses econômicos. Logo, embora o elemento político seja bastante ressaltado no trabalho, este não se constitui como a causa mãe dos conflitos que sucederam e que causaram a regressão do impulso industrializante, mas também a destruição de grande parte da força produtiva. Também não se está desconsiderando o peso das rivalidades étnicas. O que se pretende mostrar é que boa parte da explicação para tal conflito se deve à formação particular do capitalismo naquele país, um capitalismo que carrega em seu gene o legado autoritário e de estrutura produtiva de seu progenitor, o colonialismo português, impossibilitando às classes dominantes de transitarem para um novo ambiente político, econômico e social de maneira democrática.

Como foi apontado, três das colônias portuguesas passaram por um conflito civil após a independência, isto devido às políticas autoritaristas praticadas pelo governo português. O caráter autoritário do colonialismo português gerou inúmeras revoltas por parte das camadas burguesas e elites angolanas e estas na sua maioria, enquanto produtos de seu meio (lembremo-nos que as condições objetivas condicionam – mas não causam mecanicamente – as formas de pensamento e vice-versa), não foram capazes de se mobilizar e formar uma frente predisposta a realizar uma verdadeira ruptura com o então regime colonial e sua estrutura de produção e organização social, fato que resultou numa corrida inesperada pela supremacia do país.

Assim sendo, para além dos fatores acima apresentados, o legado autoritário do regime colonial também concorre para um dos principais motivos da regressão das forças produtivas angolanas, sendo ele mesmo um impulsionador dos conflitos que sucederam, mas também, um dos aspectos mais marcantes na formação do capitalismo naquele país. É índice de que o portador histórico de uma autêntica transformação econômica e social frente ao passado colonial exportador de commodities não se formou a contento. A atuação política, que responde aos imperativos da ordem econômica, encontra nas formas autoritárias sua maior confissão de impotência.

A passagem a seguir retrata com bastante clareza este fato, fazendo reservas aos exageros politicistas:

O falhanço das políticas econômicas contribuíram para a crise econômica de Angola.

A primeira falha foi a insuficiente transição das estruturas econômicas e sócio-políticas coloniais, em particular o estado colonial autoritário. Angola foi programada para consumir o que não produzia e para produzir o que não iria

consumir. A agricultura (culturas obrigatórias de exportação), as minas e a desindustrialização sistemática de Angola ilustram eloquentemente esta situação. O estado colonial era autoritário e fascista e negava repressivamente a democracia. O estado colonial opressor era incapaz de mobilizar a participação dos angolanos para o desenvolvimento. As sociedades africanas pré-coloniais não foram completamente destruídas e nem sequer foi completamente erigida uma sociedade moderna de economia de mercado em Angola. O incesto e a promiscuidade das formações sociais angolanas com o estado colonial eram dramaticamente complexos.

O estado angolano independente falhou na transformação desta herança de estrutura de produção, consumo, instituições, valores, poder e tecnologia. Assumiu-se que era possível usar estas estruturas para a reconstrução nacional e o desenvolvimento da economia angolana e que bastava, como numa estafeta, recuar até 1973 e começar de novo... Ainda hoje se fala em “reconstrução nacional” sem se perceber a inviabilidade e até o irrealismo de uma tal proposta, porquanto o que é necessário é mesmo construir, inovar, adaptar (SÃO VICENTE, 1995, p.13).

E continua mais adiante:

A falta de participação popular na escolha das prioridades nacionais abriu as portas para os abusos do poder, a escolha de prioridades distorcidas, a politização excessiva de questões econômicas e técnicas e a acumulação privada corrupta.

A má gestão econômica e as políticas econômicas inadequadas foram facilitadas pelo caráter antidemocrático do estado pós-colonial. Com poderes autoritários e sem prestação de contas, as elites governantes esbanjaram recursos públicos e endividaram excessivamente o país.

O estado pós-colonial autoritário foi incapaz de mobilizar recursos sustentáveis e afetá-los para o desenvolvimento, o que resultou em mais conflitos internos e instabilidade (SÃO VICENTE, 1995, p.14).

Fica claro que o autoritarismo foi muito bem absorvido pelas classes dominantes angolanas, visto que esta herança se encontra entranhada tanto na ideologia burguesa, quanto na forma política do Estado que, dentre outros e vários elementos, determina quais os poucos bens deverão ser produzidos, canalizando a “maior parte” dos recursos de financiamento para estes, o que certamente limita e muito a diversificação da economia e o desenvolvimento das forças produtivas. A falta de apreço pela democracia por parte das classes dominantes e do próprio Estado limita a participação popular nas decisões que afetavam o país como um todo e, conseqüentemente, contribui para o entrave do desenvolvimento econômico e, principalmente, social. Mas que fique sempre registrado: o entrave é também e antes consequência de processos de transição não superadoras, que recolocam os antigos padrões produtivos agroexportadores em novas condições de atualização.

4.3.1 Êxodo rural e o setor informal

Segundo Hodges (2002, p. 43), “em meados de 2001, quase um terço da população do país, então estimada pelo Instituto Nacional de Estatística em 13,8 milhões de habitantes,

tinha sido deslocada”. Esta situação de “êxodo rural” muito nos remete a situação que ocorreu na Inglaterra, aquando da expropriação do povo do campo de suas bases latifundiárias. A semelhança do que se deu neste país (embora por motivos diferentes), também em Angola se registrou um elevado número de deslocados nas zonas urbanas, formando um grande “exército de reserva” a disposição do capital. De acordo com Pereira,

Esse deslocamento da população rural aos centros urbanos, que podemos chamar de êxodo rural, determinou a criação de um enorme exército de camponeses desalojados, sustentando-se em grande parte do auxílio do governo, de organizações internacionais ou da solidariedade das populações das regiões de recepção, que forneciam ferramentas ou terras nos arredores das cidades para a prática de cultivos de subsistência (PEREIRA, 2014, p. 108).

Como as condições econômicas a essa altura eram catastróficas tanto para alguns possuidores dos meios de produção quanto (e em condições incomparavelmente piores) para os possuidores apenas de sua força de trabalho, restou a estes últimos, quando muito, a opção de se integrarem ao mercado informal para garantir a sua sobrevivência.

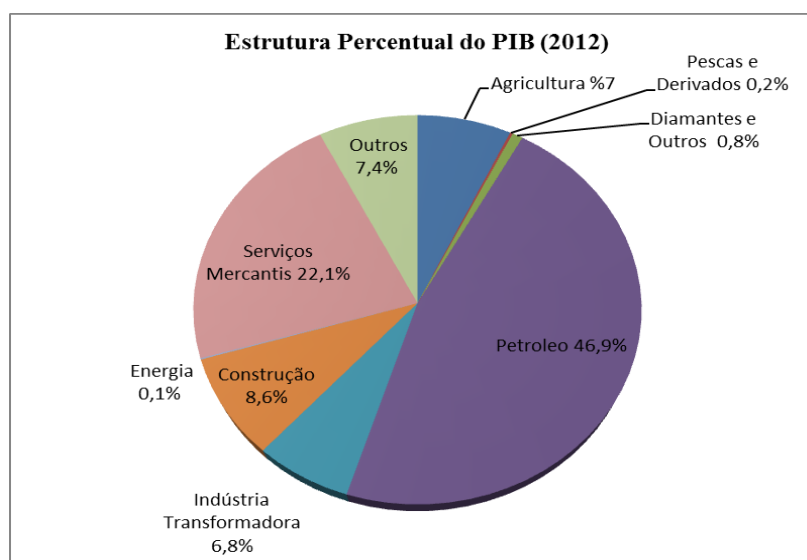
O setor informal começou a desenvolver-se clandestinamente em meados da década de 1980, época em que estava em vigor o sistema de planejamento centralizado, e proliferou de tal maneira nas zonas urbanas durante os anos 90 tornando-se a principal fonte de emprego para a força de trabalho. Trata-se de um setor constituído fundamentalmente de atividades do tipo comercial e de pequena dimensão, onde a maior parte das pessoas trabalha por conta própria e onde as exigências de capital, habilidades literárias e profissionais são menores, integrando um grande número de crianças e mulheres que trabalham frequentemente nas ruas, sob condições altamente desfavoráveis, de grande risco e sem nenhum amparo jurídico. Neste setor, o acúmulo de capital a ser feito é ínfimo, devido à saturação do mercado (HODGES, 2002).

Desde a década de 1990 o setor informal tem assumido um forte peso na economia de Angola, desempenhando um papel fundamental em termos de fonte de renda e de subsistência de muitas famílias, para além de complementar os baixos salários do setor público. Esta situação muito pouco se inverteu até os dias atuais. Embora nos últimos anos se tenha verificado um aumento dos níveis de qualificação profissional, bem como uma progressiva construção e requalificação das infraestruturas de natureza comercial e de prestação de serviços mercantis (com maior ênfase no setor do comércio e retalho onde se registou um rápido crescimento nos últimos tempos), o nível de representatividade do setor informal na economia angolana ainda é bastante significativo (BIC, 2014). De acordo com o jornal

OPAÍS³⁶, o setor informal representava, em 2015, 60% do total da economia angolana, sendo Angola considerada como um dos países na África Subsaariana com maior nível de informalidade na economia.

Tal como o setor informal, a agricultura de subsistência teve e continua tendo um papel relevante para a subsistência de muitas famílias angolanas. De acordo com o Banco BIC (2014), em 2012 a agricultura de subsistência representava menos de 10% do PIB, contudo incorporava cerca de 85% da força de trabalho angolana. Em contrapartida, os setores de serviços mercantis, indústria transformadora e petrolífero representaram no mesmo ano, respectivamente, 22,1%, 6,8% e 46,9% do PIB.

Gráfico 1– Estrutura percentual de PIB por setor



Fonte: Banco Nacional de Angola (BNA)³⁷.

Mais uma vez, podemos observar o caráter débil, atrofico e retardatário a formação do capitalismo angolano que traz consigo os males do próprio modo de produção, porém de forma bastante exacerbada, visto que, enquanto elemento explicativo da regressão do desenvolvimento das forças produtivas naquele país, cria um “enorme exército de reserva” com o êxodo do povo rural, obrigado a abandonar as suas bases produtivas devido ao estado de instabilidade e insegurança. Não obstante, a falta de diversificação das atividades

³⁶ OPAÍS. **Mercado informal representa 60% da economia angolana**. Disponível em: <<http://opais.co.ao/mercado-informal-representa-60-da-economia/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

³⁷ Dados retirados do site do Banco Nacional de Angola (BNA). Disponível em: <http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=950&idsc=13862&idl=1>. Acesso em: 14 nov. 2016.

econômicas contribui para a pouca geração de emprego nos setores formais, aumentando ainda mais este “exército de reserva” a mercê dos desejos e decisões dos detentores de capital.

A realidade de uma economia cuja maior parte da população economicamente ativa (e não só, sendo ela mesma pouco instruída) se encontra inserida no mercado informal e/ou em atividades de subsistência leva-nos a inferir que as possibilidades de haver organismos dentro da sociedade capazes de tecer discussões que dizem respeito ao proletariado e sua condição, bem como de tecer reivindicações tornam-se bastante escassas³⁸.

Por intermédio do que foi dito acima é possível depreender a forma de objetivação do desenvolvimento capitalista em Angola. Trata-se de uma formação capitalista sem nenhuma perspectiva nacional, pois é altamente subordinada aos interesses externos e dependente das importações e das oscilações do mercado externo para o seu atrofado desenvolvimento, o que diminui o acúmulo de capital ser feito pelos pequenos capitais nacionais, embora a grande riqueza se concentre nas mãos de poucos angolanos. Um capitalismo que não aspira alcançar estágios mais avançados, se contentando em exercer o seu bom e velho papel de complementariedade dando suporte a grande engrenagem capitalista dos países hegemônicos. Um capitalismo que superexplora a população e seus recursos naturais, colocando o país numa situação de total calamidade, não gerando, portanto, nenhum progresso econômico e social.

4.3.2 Burguesia no pós-independência

Como vimos, a situação de guerra civil que se deu em Angola para além de ter devastado o país, deixando-o numa situação de profunda crise econômica e social, ocasionou também o deslocamento de grande parte da população rural para as zonas urbanas, em busca de um mínimo de segurança. Esta situação fez acentuar ainda mais o nível de pobreza, pois muitos dos deslocados tiveram de ser acolhidos por parentes que já se encontravam em condições de extrema carência, agravando ainda mais a situação de pobreza das famílias acolhedoras (HODGES, 2002). Deste modo se tem o empobrecimento da maior parcela da

³⁸ Não se quer aqui afirmar a inexistência de movimentos ou organizações do gênero, tais como sindicatos, por exemplo. Entretanto, a escassez de recursos bibliográficos abordando a respeito da classe proletária em Angola e suas reivindicações talvez seja um indicativo da falta de visibilidade das suas reivindicações e ações (sejam quais forem os motivos que impediram as suas manifestações ou contribuíram para a pouca visibilidade). Contudo, um estudo aprofundado sobre o caráter e/ou manifestações desta classe em Angola seria de grande contributo para o enriquecimento deste trabalho, bem como para a nação angolana. É importante também frisar que a escassez de recursos financeiros também se mostrou um empecilho para a realização deste trabalho, limitando o alcance de mais e melhores informações.

população angolana. Entretanto, paralelamente a este empobrecimento se tem a ascensão de uma elite “manifestamente abastada, constituída por um pequeno número de famílias relacionadas entre si, cujo poder econômico deriva, em grande medida, das ligações políticas que têm com o poder” (HODGES, 2002, p. 51), sobretudo nos pontos de ligação entre a economia e a política, sendo que o resultado desta realidade foi o aumento exacerbado da desigualdade e estratificação social. Hodges afirma que

De acordo como o inquérito sobre a pobreza urbana feito em 1995 (INE, 1996), a despesa mensal do decil mais rico dos agregados familiares urbanos era 12 vezes superior à do decil mais pobre. Este dado é indicativo de um aumento da desigualdade, uma vez que um inquérito mais antigo dos rendimentos e despesas dos agregados, circunscrito a Luanda (1990), revelou que os agregados do decil mais rico gastavam nove vezes mais do que os do decil mais pobre (Bender e Hunt, 1991). No entanto, na segunda metade da década de 1990, parece ter-se verificado um acentuado aumento dessa desigualdade. Segundo dados preliminares do inquérito de 2000/2001 sobre as despesas e receitas dos agregados familiares, feito quase inteiramente (90%) nas zonas urbanas, o decil mais rico dos agregados gastava, em média, 27 vezes mais do que os agregados do decil mais pobre. A esse decil mais rico cabiam 42% do total dispendido por todos os agregados familiares (AU, 2001), em comparação com 31,5% em 1995 (INE, 1996) (HODGES, 2002, p.65).

Os números revelam, por si só o grau de disparidade social que se observou em Angola no pós-independência, e que de forma alguma foi revertida até os dias atuais. Pelo contrário, a situação tende a piorar. Segundo uma reportagem da SIC, Angola é considerada pelas Nações Unidas como um dos países mais desiguais em termos de distribuição de rendimentos. “Alimentada pelo petróleo, na última década Angola registrou um dos maiores crescimentos econômicos do mundo, mas manteve-se líder nos índices de mortalidade infantil”³⁹. Segundo esta mesma reportagem, dos “25 milhões de habitantes, 20 milhões vivem em situação de pobreza” e “quase 80% da população urbana de Angola vive em bairros de lata”, “Mas o país tem um dos maiores consumos de champanhe *per capita*. Vendem-se 240 mil garrafas de champanhe por ano, quase todas em Luanda”⁴⁰.

Observa-se, então, que o grau de desigualdade entre as camadas sociais mais ricas e mais pobres era bastante elevado (e continua sendo). Contudo, importa-nos saber de quem se trata estas camadas e quais as suas origens. Hodges (2002) delinea a origem dessas elites apontando para o que o historiador David Birmingham chama de “velhos crioulos” e “novos crioulos”. Assim diz Hodges, referindo-se ao historiador David Birmingham:

³⁹ YOUTUBE. **Grande reportagem SIC - Angola, um país rico com 20 milhões de pobres - 17 Novembro 2016**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=erNdemyZVGI&feature=youtu.be>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

⁴⁰ Ibidem.

Começa por notar, na sua análise, que uma classe indígena de famílias negras burguesas – a dos “velhos crioulos” – muitas usando apelidos portugueses (e holandeses, como “Van-Dúnem”), chegou à notoriedade e à riqueza no século XIX. Segundo Birmingham, essa classe ostentava com orgulho a herança cultural europeia, à qual os seus membros deviam os nomes e a língua materna, e olhava com desdém para os outros africanos, embora ela própria fosse africana e os seus membros se considerassem verdadeiros filhos e filhas de África, os “herdeiros do futuro” (Birmingham, 1995: 91).

O destino que os “velhos crioulos” esperavam para si próprios no final do século XIX acabaria por ser frustrado pelas políticas coloniais, que deram preferência aos colonos portugueses em detrimento dos africanos culturalmente assimilados. O ressentimento destas velhas famílias de “assimilados” viria, mais tarde, a assumir uma forma política, com a criação do MPLA no final da década de 1950. Neste processo, fundiram-se com ativistas políticos de um grupo urbano lusófono ou bilíngue mais recente – a que Birmingham chama de “novos crioulos” – mestiços e negros assimilados que tinham sido educados em escolas de missões e que também competiam no mercado de trabalho com os colonos, sendo estes muitas vezes menos instruídos do que aqueles (Birmingham, 1995). [...] Outras elites modernas foram constituídas a partir de ovimbundos e bacongos, devido ao papel das igrejas protestante nas regiões que habitavam, sobretudo as congregacionais e batistas. (HODGES, 2002, p. 65-66).

Logo de seguida, Hodges também afirma:

Apesar da orientação marxista-leninista de muitos dos dirigentes “novos crioulos” do MPLA, na transição para a independência as velhas famílias crioulas identificavam-se mais com o MPLA e com as suas bases urbanas de Luanda do que com os movimentos de base mais rural – a UNITA e a FNLA –, sendo esta última considerada mesmo “estrangeira” e ameaçadora. Em suma, a elite crioula de Luanda viu no MPLA a sua melhor proteção contra as incertezas do futuro (Messiant, 1993, Zenos, 1996) (HODGES, 2002, p. 67).

Embora a literatura utilizada no presente trabalho não demonstre isso claramente, podemos, com algumas limitações, nos basear nela para inferir que os “velhos crioulos” a que Hodges se refere tratam-se da burguesia mercantil angolana que desempenhou um papel ativo no comércio de escravos bem como em outras atividades comerciais até meados do século XIX e que no decorrer das primeiras décadas do século XX se desdobrou em duas linhas de protesto político (e econômico), dando origem as camadas burguesas liberais e conservadoras; sendo muitos dos elementos destas mesmas camadas burguesas parte integrante dos movimentos de libertação nacional angolanos. Assim, como foi apresentado, muitos foram os burgueses liberais que se filiaram ao movimento MPLA logo após terem sofrido rejeição quanto à participação política dos brancos no processo de independência de Angola. A fusão com ativistas políticos de que Birmingham (apud HODGES, 2002) se refere remete-nos ao ingresso da maior parte dos nacionalistas progressistas ao movimento MPLA, tal como mostrou Pimenta (2004).

Não é, portanto, de se admirar o fato de o MPLA-PT ter mudado, entre 1985 e 1991, as suas bases ideológicas de “marxista-leninista” para uma orientação “capitalista”. Segundo Zenos (apud HODGES, 2002), o ingresso de muitas famílias elitizadas ao MPLA tratou-se muito mais de uma tática de sobrevivência do que uma conversão à “ideologia marxista” do movimento.

Para Birmingham,

[...] os crioulos lusófonos conseguiram praticamente o monopólio dos empregos estatais e defenderam a sua posição não só dirigindo o Exército e a Polícia, mas também conservando no aparelho burocrático posições e salários, por vezes redundantes, para si próprios e para as suas clientelas (BIRMINGHAM, 1995 apud HODGES, 2002, p. 67).

Parece-nos começar a surgir um novo processo de acumulação de capital a ser feito pela “camada burguesa”⁴¹ integrante do partido no poder. De acordo com Hodges (2002), as oportunidades de acúmulo de capital entre os bem-colocados no sistema político tornaram-se maiores a partir do início da década de 1990 devido à abundância dos recursos provenientes das receitas petrolíferas de Estado disponíveis para a redistribuição (HODGES, 2002). Entretanto, como afirma Munslow (1999 apud HODGES, 2002), a dual taxa de câmbio existente na altura foi um fator fundamental no processo de acumulação, pois

[...] parte das receitas do petróleo ficou à disposição desta elite a uma taxa de câmbio artificialmente baixa ao longo da década de 1990 e até às reformas cambiais de 1999, o que permitiu aos beneficiários privilegiados obterem grandes lucros através da arbitragem entre os mercados. [...] Outras oportunidades surgiram com a celebração de contratos estatais com empresas pertencentes às famílias proeminentes, num sistema onde não há regras claras para concursos, bem como com a negociação de comissões “por debaixo da mesa” com fornecedores estrangeiros de equipamento militar e de outros bens e serviços importados pelo Governo (HODGES, 2002, p. 69).

A situação de câmbio dual existente em Angola associada à situação de hiperinflação em meados da década de 1990 – onde em julho de 1996 a taxa de inflação anual atingiu os 12.035% (HODGES, 2002) – possibilitou um maior acúmulo de capital por parte destas elites políticas. O fato é que, com o excesso de divisas estrangeira a entrar no país e com a taxa de câmbio baixa fixada administrativamente, tornava-se possível à estas elites adquirir junto ao Banco Central dólar a taxas de câmbio oficiais baixas, para depois vendê-las no mercado

⁴¹ Acreditamos que as elites angolanas do pós-independência foram elementos pertencentes às camadas burguesas liberais. Entretanto, a escassez de material bibliográfico abordando sobre a burguesia em Angola (antes e após a independência) impossibilita-nos de apontar com certeza a origem destas elites e se eram todas elas detentoras os meios de produção (capital); fato que nos leva a utilizar com precaução o termo “burguesia”.

paralelo a taxas de câmbio inflacionadas, contudo mais realistas. Esta situação favoreceu sobremaneira o enriquecimento destas elites parasitárias.

A contínua sobrevalorização da moeda nacional contribuiu para a dependência das importações, beneficiando ainda mais quem estava envolvido na importação e dificultando a redução do déficit orçamental, que ainda era acrescido pela subvalorização das receitas do petróleo em termos de moeda nacional. Tendo em conta os inegáveis custos macroeconômicos desta situação, é plausível que grupos de interesse bem colocados, com acesso a divisas à taxa oficial, bloqueassem periodicamente a implementação de medidas conducentes a uma convergência da taxa de câmbio. Num relatório sobre o fracasso do programa monitorizado pelo Fundo em 1995, numa altura em que a diferença entre as taxas de câmbio ultrapassava os 100%, em vez dos 15% previstos no programa, uma missão do Fundo mostrou-se “especialmente preocupada pela evidência de que a política cambial que tem de fato vindo a ser implantada beneficia na prática pessoas e/ou empresários bem relacionados, à custa de prejuízos financeiros avultados para o banco central” (FMI, 1995) (HODGES, 2002, p. 177-178).

A passagem acima torna bastante claro o fato de que as políticas macroeconômicas em Angola eram tomadas de forma a favorecer os interesses particulares das elites parasitárias das riquezas do país, não importando as consequências catastróficas advindas de tais decisões. Mais uma vez torna-se evidente o caráter retardatário da formação capitalista em Angola e como o legado colonial é tão presente nas formas de pensamento de muitos dos detentores de capital angolanos.

Como resultado deste mesmo legado, as elites político-econômicas angolanas, a que consideramos com muita precaução pertencentes à “burguesia pós-colonial”, continuaram a favorecer os interesses dos empresários ligados à importação que certamente sobrefaturavam ante a uma economia devastada, com dificuldades de produzir até mesmo os bens mais primários como a alimentação. Em contraponto, os interesses destas mesmas elites se tornavam contraditórios aos interesses das camadas burguesas empenhadas na produção nacional, visto que “a importação de ‘produtos básicos’ à taxa de câmbio oficial resulta numa competição injusta com produtos de produção nacional que muitas vezes incorporam uma componente de bens intermediários importados à taxa de cambio, não subsidiada, do mercado paralelo” (BANCO MUNDIAL, 1996 apud HODGES, 2002, p. 178).

Não obstante, a fraude e o desvio de recursos públicos também contribuíram (e continuam contribuindo) para o enriquecimento das elites político-econômicas, assim como as concessões de exploração de diamantes e o comércio legal ou clandestino dos mesmos (HODGES, 2002). Ngonda (1999 apud HODGES, 2002, p. 116) afirma que “A construção desta elite ocorre na base do disfuncionamento da sociedade, onde a corrupção é considerada como a única forma de transpor as barreiras à rápida promoção econômica”. Certamente as

palavras deste analista fazem todo sentido se considerarmos uma sociedade cujas forças produtivas (a exceção dos setores petrolífero e diamantífero) se encontram arruinadas e onde a classe burguesa, débil em sua constituição e ideologia, não se predispõe a reanimar tais forças como mecanismo para o acúmulo de capital. A espoliação do estado torna-se, dessa forma, a principal atividade dessas camadas econômicas e dirigentes.

Quanto às demais formas de acúmulo de capital, Hodges também afirma que

Houve outros mecanismos, não diretamente relacionados com os recursos naturais, incluindo a aquisição de bens estatais privatizados, como empresa, fazendas e bens imobiliários, a troca de pagamentos nominais, sem avaliações prévias nem concursos públicos, e favoritismo administrativo nas oportunidades de negócio, no que diz respeito à concessão de alvarás, à aprovação de parcerias com investidores estrangeiros e à concessão de contratos estatais (HODGES, 2002, p. 69-70).

Com o programa de privatização que teve início em finais dos anos 80, esta “camada burguesa” conseguiu a posse de pequenas empresas estatais e propriedades agrícolas, muitas delas concedidas ou vendidas a preços simbólicos. Segundo Hodges (2002), até finais de 1996, o número de empresas estatais passou de 545 para 254, e muita propriedades latifundiárias do Estado foram divididas em diversas fazendas e vendidas à investidores angolanos, beneficiando assim a elite político-militar “em detrimento dos pequenos camponeses que tinham ocupado e trabalhado muitas das terras e propriedades estatais num regime *ad-hoc*, sem títulos de propriedade, desde o colapso da maior parte das empresas agrícolas durante a década de 1980” (HODGES, 2002, p. 182).

Entretanto, tal forma de distribuição das propriedades agrícolas foi alvo de críticas por parte do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e da FAO, que após terem realizado uma análise do setor agrícola angolano, em 1996, apontaram para a ineficiência da estratégia de apoio a agricultura realizada pelo governo, visto que ela seria mais profícua caso o governo concedesse as propriedades aos pequenos camponeses, o que contribuiria na diminuição da insegurança alimentar, no aumento da produção e na diminuição da pobreza. Eles também apontaram para as desvantagens que as fazendas teriam, uma vez que necessitariam de investimentos para a aquisição de maquinário, adubos importados e pessoal tecnicamente preparado para atuar nessas fazendas, fatores estes escassos em Angola (HODGES, 2002).

A “burguesia” também conseguiu a posse das melhores propriedades imobiliárias, que tinham sido nacionalizadas após a partida de seus moradores portugueses, a preços igualmente irrisórios e iniciavam o processo de acúmulo de capital por meio do aluguel destas à empresas

estrangeiras e entidades de organismos internacionais a preços exorbitantes (HODGES, 2002).

Outro mecanismo conhecido de enriquecimento foi a nomeação de membros da elite para postos bem remunerados nos conselhos de administração das empresas, sobretudo empresas mistas, estabelecidas numa base de *joint venture*: por um lado, estes “parceiros” angolanos são muitas vezes designados pelo Estado; por outro lado, pode-se dizer que são “comprados” pelos investidores estrangeiros, que se aproveitam deles para promover seus interesses no país (HODGES, 2002, p. 70).

De fato, “As empresas estrangeiras, bem conscientes da importância das ligações políticas para a obtenção de contratos e proteção dos seus investimentos, tendiam a reforçar ainda mais a posição desses indivíduos bem colocados, escolhendo-os como sócios ou ‘conselheiros’” (HODGES, 2002, p. 70).

Vê-se então que o próprio acúmulo de capital a ser feito por essas elites, não se baseava (ou se baseava minoritariamente) na produção de bens e serviços locais, principalmente de bens industrializados, o que demonstra a debilidade na transição de uma economia verdadeiramente capitalista, isto é, aquela cuja maior parte da atividade econômica é representada pelo setor industrial; mas também a debilidade da “burguesia pós-colonial”, cujos interesses divergentes impossibilitam a criação de uma classe verdadeiramente revolucionária e dificultam o desenvolvimento de uma economia industrializada.

Na maioria dos casos, o acúmulo do capital feito por esta “burguesia” mostrou-se (e continua se mostrando) verdadeiramente atrofico, visto que boa parte do capital acumulado por ela, ao invés de ser transformado em investimentos, era exportado por meio de gastos com bens e serviços luxuosos como automóveis de luxo, viagens, conforto domésticos, entre outros (PEREIRA, 2014).

Contudo, a forma como o capital se acumulou anos após a independência de Angola não sofreu mudanças drásticas e tal realidade é comprovada pelos níveis de participação dos setores produtivos no PIB do país. Como foi apresentado no gráfico 1, a agricultura e a indústria transformadora representavam, em 2012, respectivamente, 7% e 6,8% do PIB, enquanto que os setores de serviços mercantis e de petróleo representavam 22,1% e 46,9%, respectivamente. Logo, é possível observar que o maior acúmulo de capital não se deu no setor industrial nem no setor agrícola; fato que revela que, diferentemente do que ocorreu nas vias prussiana e colonial brasileira, a formação do capitalismo angolano nos últimos anos não se encontrou apoiada na questão latifundiária.

4.3.3 Capitalismo por decreto

As transformações que se deram no ambiente internacional nos últimos anos da década de 1980 tiveram forte repercussão no ambiente político angolano. O colapso do bloco soviético e o fim da Guerra Fria representaram término do apoio bélico que a URSS fornecia ao MPLA, o que afetou sobremaneira relações estratégicas entre estes. Por conseguinte, tal acontecimento se revelou numa oportunidade ímpar para que as vozes liberais inseridas no então MPLA-PT fossem ouvidas, no sentido de abandonar a filosofia “marxista-leninista” em prol de outra baseada no mercado (HODGES, 2002).

Esta situação levou o MPLA-PT a rever as suas posições ideológicas. De acordo com Hodges (2002), em dezembro de 1985 o desejo de abandono da economia de planejamento centralizado começou muito timidamente a ser expresso durante o segundo congresso daquele partido. Para o autor, tal manifestação parecia refletir

[...] não apenas mal-estar relativamente aos maus resultados do sistema de planejamento, mas também interesses de classe emergentes. Em Luanda, as famílias dominantes sentiam-se constrangidas pelo peso do Estado na economia e pela ideologia oficial e começaram a procurar mais espaço para os negócios privados (HODGES, 2002, p. 29).

Assim, foi lançado em 1987 o primeiro programa de reformas econômicas, dando início a um período de reformas com vista à transição para uma economia de mercado – de 1987 a 2001 foram implementados nove programas econômicos diferentes: sete de natureza reformista e dois de natureza antirreformista. Em dezembro de 1990, durante o terceiro congresso do MPLA, o “marxismo-leninismo”, ideologia inicial do partido, foi formalmente abandonado e com ele, a referência ao “Partido do Trabalho” na denominação do MPLA (HODGES, 2002). Logo, se procurava ter uma maior liberalização do mercado, com a redução da intervenção do Estado sobre a economia; contudo, foram verificadas algumas distorções quanto a estas expectativas.

Os preços dos bens e serviços em Angola para além de sofrerem aumentos devido aos feitos da guerra, à extrema dependência das importações e à falta de concorrência internacional, também sofriam aumentos devido às distorções das estruturas de mercado que privilegiavam os interesses de uma determinada classe e limitavam a concorrência (HODGES, 2002).

De fato, “O desenvolvimento econômico fora do setor petrolífero foi travado por estruturas de mercado oligopolistas ou monopolísticas resultantes da supressão deliberada da

concorrência de modo a promover e proteger os interesses econômicos de pessoas bem colocadas em relação ao aparelho do Poder” (HODGES, 2002, p. 185), e tal situação se tornava possível devido à “falta e transparência dos sistemas de atribuição de recursos e das oportunidades de negócio” (HODGES, 2002, p. 186).

Neste sentido, Hodges critica a maneira como foram implementadas as reformas econômicas. Diz ele que,

[...] essas reformas não foram empreendidas de forma consistente, tendo deixado Angola com muitos vestígios do antigo sistema. A isto juntou-se um fraco desempenho da política macroeconômica que resultou em grandes déficit orçamentais e da balança de pagamentos (apesar das substanciais receitas petrolíferas), numa elevada taxa de inflação, numa pesada dívida externa e na perda de credibilidade nos mercados financeiros internacionais (HODGES, 2002, p. 140).

Além disso, houve um “enfraquecimento da capacidade estatal para desempenhar as suas funções fundamentais para além da defesa, que continuou a ser prioritária na atribuição de recursos” (HODGES, 2002, p. 30).

Neste aspecto, o abandono do marxismo-leninismo deu lugar a um vazio filosófico e mesmo moral em que deixou de haver qualquer sentido de obrigação ou de solidariedade. O etos do capitalismo selvagem criou formas extremas de venalidade no seio da elite, contribuindo para um forte sentimento de decadência moral ou de crise de valores na sociedade (HODGES, 2002, p. 71).

De fato, muito embora Angola tenha “transitado”, por meio de decreto, para um sistema de economia de mercado, o Estado continuou (e continua) tendo forte influência no desempenho da economia do país. Um exemplo claro desta realidade foi apresentado no subtópico anterior, no que tange às políticas usadas quanto ao regime de taxa de câmbio, favorecendo os interesses de uma determinada e minoritária camada social. A presença marcante do Estado, contra toda e qualquer ilusão liberal, é um traço não só das economias desenvolvidas, mas sobretudo das de transição tardia, hipertardia e ultratardia.

Contudo, não é de se admirar que tal “transição” tenha carregado muitos dos vestígios da antiga estrutura de produção e organização social, uma vez que ela se deu por meio de um decreto. Não se deve aceitar o embuste das trocas de nomes, nem das alterações meramente políticas que deixam intocadas as bases que sustentam as contradições sociais. Como se sabe – e a própria história mostrou e tem mostrado isso com bastante rigor –, a transição de um determinado sistema de produção e organização social para outro exige tempo e pode até mesmo durar séculos. É necessário todo um processo de transformações e acontecimentos a nível econômico, social e, até mesmo, político que o faça culminar num novo arranjo social. É

necessário que o próprio “andar da carruagem” o deposite até determinado destino, seja ele desejado ou não. No caso de Angola, o próprio sistema de inspiração soviética já atuava numa base capitalista, uma vez que as condições fundamentais para a existência deste último, quais sejam, a separação do trabalhador dos meios de produção e a transformação destes em propriedade separada, a produção de mercadorias e o trabalho assalariado se encontravam operando na economia e não foram suprimidos. Os apetrechos comunistas na ideologia de Estado não devem iludir a análise rigorosa dos fatos. O MPLA-PT, nesse sentido, não foi a mediação superadora da economia capitalista, mas agente de uma transição sem transformações estruturais.

Por outro lado, não foram verificadas em Angola transformações a nível das forças produtivas ou das relações sociais de produção que dessem respaldo ao decreto instituído. O desenvolvimento das forças produtivas ia perdendo fôlego na medida em que o conflito voltava a estoirar e a burguesia, débil, não se mostrou capaz de, com sua ideologia, impulsionar tal desenvolvimento. Ao contrário, ela mesma atrofiava tal processo retardando o curso das transformações objetivas. Não admira que Angola, até os dias atuais é considerada um país em vias de industrialização, não tendo alcançado o verdadeiro capitalismo, isto é, aquele posto pela forma do capital industrial, o que confirma o caráter ultratardio de sua formação.

Todo o processo, até o período sob análise, mostra uma alteração no plano político na medida em que culminou na independência angolana. O processo de libertação e o conflito bélico interno não provocaram uma ruptura integral com o passado colonial. Com um fraco processo industrializante, a economia progressivamente se torna dependente da exportação petrolífera e uma burguesia parasitária se enriquece encastelada no Estado angolano como principal operador dos negócios extrativos em acordos com multinacionais. O processo de formação do capitalismo angolano em curso revela uma modificação: trocou-se o domínio metropolitano por um parasitismo de outra espécie.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em consideração que o capitalismo enquanto modo de produção em seus traços gerais e forma de organização social se manifesta por meio de uma pluralidade de formas particulares, o presente trabalho se propôs a determinar os traços particulares da formação do capitalismo em Angola. Para tal, procurou-se perfazer uma discussão sobre “*modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo*”, apresentando as vias clássica (Inglaterra), prussiana (Alemanha) e colonial (Brasil), sendo esta última de grande relevo no auxílio da compreensão da manifestação deste modo de produção em Angola, embora com ela não se confunda.

Mais uma vez, importa-nos ressaltar que o contexto histórico de cada país fornece os contornos específicos da edificação e manifestação deste modo de produção em cada lugar. Logo, a discussão sobre via colonial brasileira se faz relevante na compreensão do caso angolano na medida em que ambos apresentam um tipo de colonialismo que em muitos aspectos se assemelham, porém é ela mesma insuficiente para fornecer explicações sobre a particularidade angolana à medida que se tem a necessidade de se partir da realidade concreta para se apurar as especificidades de cada lugar e em enredos específicos dadas as tramas históricas diferenciadas.

Assim sendo, verificou-se que a via colonial brasileira apresenta como particularidades o caráter débil, atrofico, retardatário e hipertardio de sua formação. Ela se fundamenta em um quadro de conciliação entre o velho e o novo (onde o novo paga alto tributo ao velho) e se desenvolve mediante a subordinação aos interesses do capital externo que o financiou; não sendo verificada qualquer ruptura de caráter revolucionário levada a cabo pela classe burguesa, tampouco qualquer participação popular. Ao contrário, a solução para a transição para o verdadeiro capitalismo em bases industrializantes e urbanas se deu por meio de conciliação num plano imediatamente político e sem participação popular, onde a burguesia industrial se ligou às antigas classes dominantes (burguesia agrária) através de conciliações e concessões mútuas.

A burguesia, por sua vez, “historicamente débil”, não foi capaz de engendrar uma revolução democrática e superadora. Seu caráter autocrático não lhe permitiu trazer os aspectos civilizatórios, progressistas e humanistas, próprios de sua tarefa histórica, e sua subordinação aos interesses externos resultou numa superexploração do proletariado brasileiro, fazendo com que o processo de produção do capital fosse comprimido em bases precárias e resultando na falta e progresso econômico e social. Consequentemente, o desenvolvimento das forças produtivas tornou-se tão vagaroso culminando no capitalismo hipertardio.

De igual modo, o desenvolvimento capitalista angolano mostrou o seu caráter débil, atrofico, retardatário, porém ultratardio. Grife-se, no entanto, que não é uma mera questão temporal; o ultratardio reflete um processo onde a geopolítica está num patamar diferenciado das disputas bélicas das duas Grandes Guerras e o ciclo global do capital se encontra em vias de certa intensificação financeira do capital monopolista por volta de um período de crise mundial dos anos de 1970. Adicionalmente, se assumirmos que a condição fundamental para o surgimento do modo de produção capitalista é a separação do trabalhador dos meios necessários à sua subsistência, então a própria constituição de Angola (e do Brasil, enquanto colônias) é em si capitalista, isto é, o modo de produção capitalista em Angola surge com a implementação do sistema colonial, ainda que seja um capitalismo anômalo. Logo, o desenvolver do regime político e da estrutura de produção e organização social colonial têm muito a dizer sobre a constituição do capitalismo naquele país; neste ponto encontramos aproximações entre as particularidades brasileira e angolana. A constituição do capitalismo em Angola se revelou débil desde o início por se encontrar subordinada aos interesses metropolitanos, bem como aos interesses dos polos hegemônicos centrais séculos mais tarde. A semelhança do Brasil se tem também em Angola uma superexploração tanto da força de trabalho quanto de seus recursos, que visa atender aos interesses dos capitais estrangeiros e locais.

As formas de produção pautadas pelas relações escravistas de produção, o latifúndio, a monocultura, o baixo nível técnico dos colonos no que tange as atividades agrícolas e a falta de capital para investir na colônia também se configuram como pontos de conexão entre ambas as vias coloniais. Entretanto, o caráter “histórico-particular” de Angola se dá pelo fato de a propriedade rural ter deixado de se configurar como a principal base para o desenvolvimento capitalista, dando lugar à exploração de produtos minerais, em especial o petróleo. A alta dependência das importações e a ausência de avanço nas forças produtivas também se configuram como um legado colonial bastante marcante naquele país; legado este que Angola não conseguiu superar até os dias atuais.

Não obstante, sua debilidade se mostrou tanto na constituição da burguesia nacional quanto na total falta de caráter nacional da economia. A burguesia anômala em sua constituição não se mostrou homogênea, apresentando ideais políticos (e econômicos) discrepantes, fato que culminou no enfraquecimento desta classe, sendo que a falta de homogeneidade ou ao menos a carência de protagonismo de suas frações tem perdurado até os presentes dias. A ascensão desta classe somente é verificada anos após a independência do país. Ela, porém, não visa levantar as bandeiras civilizatórias, progressistas e humanistas de

liberdade, igualdade e fraternidade – coisas comuns das revoluções clássicas na Europa; logo não contempla em sua ideologia o desejo revolucionário, democrático e universalista, próprio do discurso liberal, ao menos em sua origem frente ao feudalismo; antes de sua conversão conservadora. Trata-se de uma classe dominante sem nenhum apreço à democracia, que induz o governo a agir de acordo seus interesses econômicos e que, a semelhança do Brasil, sempre pode recorrer a métodos autocráticos para fazer valê-los.

A falta de caráter nacional se revela no fato de a produção não se organizar com vista a atender as necessidades próprias da população de que participa, o que demonstra a presença de traços coloniais na estrutura de produção. Preparada para ocupar posições periféricas servindo de complemento ao desenvolvimento capitalista dos demais países (principalmente ao da antiga metrópole e dos grandes polos hegemônicos do capitalismo mundial), seu passaporte para a industrialização se baseia na produção e extração de poucos produtos primários voltados a atender os mercados externos, não revelando com isso qualquer projeto autenticamente nacional frente aos estágios capitalistas dos grandes centros mundiais.

Associada à falta de perspectiva de autonomia econômica se tem o atrofado acúmulo de capitais feito pelos nacionais, o que dificulta uma espiral relativamente positiva de auto-reprodução interna do sistema capitalista e retarda o seu desenvolvimento. Vale ressaltar o papel que a guerra civil desempenhou no atrofado acúmulo de capitais, sendo ela mesma fruto de um débil e autoritário desenvolvimento capitalista naquele país. Assim, se tem uma formação capitalista que não promove progresso social e econômico e que nenhuma participação popular traz consigo, carregando muitos dos aspectos das relações sociais e de trabalho próprias do cenário colonial. A riqueza proveniente da exploração petrolífera se concentra em pouquíssimas mãos e serve à articulação entre uma burguesia interna parasitária e o grande capital internacional acoplado a essa exploração e aos ganhos financeiros com as dívidas do Estado angolano. Se o resultado é parecido em grande medida com os países de via colonial hipertardia, os caminhos são outros e proporcionam determinantes particularizados e comparativamente diferenciados como, por exemplo, frente ao caso brasileiro.

Cabe aqui falar da classe trabalhadora no processo: esta, majoritariamente constituída pela população autóctone e alvo da dual exploração do mais valor, sem dúvidas muito contribuiu no processo de emancipação política que ocorreu no país. Entretanto, sua posição sempre relegada ao fundo da estrutura social associada à falta de investimento do regime colonial na educação do povo africano certamente contribuiu para a diminuta consciência de classe, sendo que suas reivindicações dificilmente superavam as questões tangentes à superfície das condições econômicas. Logo, acreditamos que estes (dentre outros) tenham se

configurado como motivos que impediram a esta classe efetuar uma revolução de caráter superador.

Nesse sentido, é possível apontar que a classe cuja missão histórica era superar os condicionantes coloniais foi incapaz de dirigir politicamente essa transformação real, preferindo disputar a posição parasitária com outras facções internas e se articular ao capital internacional no apagar das luzes das disputas de geopolítica internacional. E a classe que poderia colocar essa contradição interna em questão e apontar alternativas, não tinha um estágio de desenvolvimento subjetivo e objetivo para tal. A formação do capitalismo angolano em curso é a confirmação das insuficiências de suas forças internas e de sua subsunção ao estágio monopolista dos anos de 1970.

Importa-nos destacar também dois pontos que se constituem a particularidade histórica do desenvolvimento capitalista angolano, ambos determinados por decreto, quais sejam: o condicionamento da atividade industrial (preconizado no Ato Colonial) e a declaração de uma sociedade capitalista por decreto. O primeiro ponto sem dúvidas contribuiu para o ultratardio desenvolvimento das forças produtivas, enquanto que o segundo permitiu que distorções nas políticas implementadas pelo governo fossem verificadas, agravando ainda mais os males próprios do sistema capitalista. Não é de se admirar, contudo, o fato de até os tempos hodiernos Angola não ter transitado para uma economia verdadeiramente capitalista e autônoma, o que acaba comprovando o fato de que os meios jurídicos não têm capacidade de, por si só, alterar um padrão econômico estruturalmente com peso superior à vontade política. O resultado é um capitalismo aparentemente sempre em formação, centrado na exportação de petróleo cuja riqueza é apropriada no conluio entre corporações internacionais e uma camada burguesa parasitária do Estado angolano.

Estes e outros motivos levam a considerar a formação do capitalismo angolano como sendo ultratardia: uma formação cujo desenvolvimento se dá num período em que o capitalismo dos grandes centros mundiais já se encontra em estágios bastante avançados.

Deste modo, embora tenha alcançado a ruptura com o estatuto colonial português por meio de conflito bélico, a revolução que se teve em Angola não foi de caráter superador, visto que não conseguiu romper com muitos dos legados coloniais, não tendo alcançado, até os presentes dias, o autêntico capitalismo nem por meio de um mero reformismo “pelo alto”, tampouco por meio de ruptura de caráter revolucionário, sendo por enquanto incógnitas o momento e a forma com que irá alcançar tal estágio; caso o alcance. O que se mostra como resultado presente do conflito bélico é a substituição dos laços diretamente coloniais por uma

dominância do amálgama entre uma burguesia interna parasitária e capital monopolista, sobretudo na exploração petrolífera.

Procurou-se, à medida do possível, alcançar do objetivo proposto, entretanto, a carência de materiais bibliográficos confiáveis abordando sobre os assuntos relevantes à pesquisa, quais sejam, a burguesia angolana, o proletariado, dados macroeconômicos, bem como a carência de recursos financeiros para a obtenção e mais e melhores informações apresentaram-se como os principais empecilhos à realização do trabalho.

Durante a elaboração do trabalho deparou-se com algumas questões tais como: de que maneira estava organizado o proletariado e como se manifestava a sua consciência de classe antes e após a independência de Angola? A guerra civil obstruiu alguma consciência de classe? E quanto à burguesia local, se ela não pode fazer transição para o autêntico capitalismo, quem pode? Questões estas que a presente pesquisa não conseguiu sanar, pelo que novas e mais aprofundadas pesquisas se fazem necessárias de modo a melhor descrever e compreender a particularidade angolana.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AO24. Angola com novo défice de 6.1 bilhões de euros nas contas públicas em 2017. Disponível em: <<http://angola24horas.com/index.php/economia/item/7923-angola-com-novo-defice-de-6-1-bilhoes-de-euros-nas-contas-publicas-em-2017>>. Acesso em: 01 dez. 2016.

BANCO BIC. Angola: Internacionalização da economia angolana. Disponível em: <<http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/02-Estudo-Angola-Elaborado-pelo-Banco-BIC.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BNA. Produto Interno Bruto 2007 – 2012. Disponível em: <http://www.bna.ao/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=950&idsc=13862&idl=1>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BOAHEN, Albert Adu et al. História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190255POR.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2016.

CHASIN, José. Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. 1. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

DEO, Anderson. A consolidação da social democracia no Brasil: forma tardia de dominação burguesa nos marcos do capitalismo de extração prussiano-colonial. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Marília, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101001/deo_a_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 mar. 2016.

DN. Angola tem de acelerar cinco vezes redução da mortalidade infantil. Disponível em: <<http://www.dn.pt/mundo/interior/angola-tem-de-acelerar-cinco-vezes-reducao-da-mortalidade-infantil-5253627.html>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

DRE. Decreto-Lei n.º 44016. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/182232/details/normal?q=Decreto-Lei+n%C2%BA%2044016>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

DRE. Decreto-Lei n.º 478/71. Disponível em: <<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/240266/details/normal?q=Decreto-Lei+n%C2%BA%20478%2F71>>. Acesso em: 21 jan. 2017.

FERRÃO, Nuno Sotto Mayor. Norton de Matos I – o seu pensamento colonial e as polémicas em volta da administração de Angola na I República – Breves considerações históricas. Disponível em: <<http://cronicasdoprofessorferrao.blogs.sapo.pt/18868.html>>. Acessado em: 10 set. 2016.

FERREIRA, João José Brandão. **A importância do ultramar para a economia nacional**. Disponível em: <<https://www.revistamilitar.pt/artigo/373>>. Acesso em: 10 out. 2016.

FIORI, José Luis. **Sonhos Prussianos, crises brasileiras-leitura política de uma industrialização tardia**. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 41-61, 1990. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/743/997>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

FUNDAÇÃO ANTÔNIO AGOSTINHO NETO. **O 4 de fevereiro e o início da luta armada em Angola**. Disponível em: <http://www.agostinhoneto.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1110%3Ao-4-de-fevereiro-e-o-inicio-da-luta-armada-em-angola&catid=37%3Anoticias&Itemid=206&showall=1>. Acesso em: 31 out. 2016.

HODGES, Tony. **Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. 1. ed. Cascais: Principia, 2002.

KONGO DIA NTOTELA. **Reino do Congo**. Disponível em: <<http://www.kongodiantotela.com/products/reino-do-congo/>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

LINDO, Admário Costa. **Histórias da história**. Disponível em: <<http://geohistharia.blogspot.com.br/2010/11/1482-chegada-de-diogo-cao.html>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

MACHADO, Leticia Wittlin. **As grandes potências em direção aos recursos naturais subsaarianos: participação nos conflitos locais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) — Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/PEPI DISSERTAO__LETICIA_WITTLIN_MACHADO.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2016.

MANOEL, Valêncio. **História de Angola**. Disponível em: <<http://www.tpissarro.com/angola-h.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 09 jun. 2016.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARX, Karl Heinrich. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, Vol.2, 1996.

MARX, Karl Heinrich. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. Boitempo Editorial, 2015. Disponível em: <[https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_\(boitempo\)_completo.pdf](https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_(boitempo)_completo.pdf)>. Acesso em: 27 Set. 2016.

MAZRUI, Ali; WONDJI, Christophe. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. 2016. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190256POR.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

MAZÚNGUE. **Histórias de guerra, tem uma para contar?** Disponível em: <<http://www.mazungue.com/angola/index.php?page=Thread&postID=162884>>. Acesso em: 30 mai. 2016.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: Origens da autocracia burguesa**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e capitalismo no Brasil**. Vol.142. Ed. Atica, 1988.

NEGOCIOS. **Angola com buraco de 360 milhões nas contas públicas**. Disponível em: <http://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/detalhe/angola_com_buraco_de_360_milhoes_nas_contas_publicas>. Acesso em: 01 dez. 2016.

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OPAÍS. **Mercado informal representa 60% da economia angolana**. Disponível em: <<http://opais.co.ao/mercado-informal-representa-60-da-economia/>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

OSÓRIO, Luiz Felipe Brandão. **A Economia Política do Império Alemão: condição histórica, bancos e cartéis**. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada, v. 6, n. 10, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/ATT00108os%C3%B3rio-para-pdf.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

PAÇO CUNHA, Elcemir. **Relação-capital em Marx: Teoria Geral da Administração**. Nota de Aula, 2012.

PAÇO CUNHA, Elcemir; REZENDE, Thiago Dutra Hollanda de. **Via colonial e cogestão pública na democracia dos proprietários**. In: V Encontro Mineiro de Administração Pública, Economia Solidária e Gestão Social, Lavras, 2015.

PAÇO CUNHA, Elcemir; REZENDE, Thiago Dutra Hollanda de. **Participacionismo e Miséria Brasileira: A Participação nas Condições de Possibilidade do Capitalismo no Brasil**. In: VII Encontro de Administração Política, Juiz de Fora, 2016.

PEREIRA, Pedro Carmo Manuel. **Agricultura e desenvolvimento de Angola: Análise e soluções da questão da terra**. 1. ed. Bélgica: Tekute, 2014.

PIMENTA, Fernando. Ideologia Nacional dos brancos angolanos (1900-1975). In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel35/FernandoPimenta.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2016.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1974.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Portal Oficial da República de Angola**: a história. Disponível em: <<http://www.governo.gov.ao/Historia.aspx>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

ROCHA, Alves da; LOURENÇO, Nelson; GUERRA, Armando Morais. Angola nas vésperas da independência (III). **Revista mensal de economia política**, ano IV, n. 38, Maio, p. 40-49, 1979. Disponível em: <http://repositorio-cientifico.uatlantica.pt/bitstream/10884/428/1/1979_Angola_III.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

ROIZ, Diogo da Silva. **Uma nova interpretação das origens do capitalismo?** *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, p. 297-303, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/viewFile/692/9153>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

SANTOS, Edmilson Pereira dos. **O MPLA no Brasil: A campanha pela independência de Angola no contexto político brasileiro (1960-1964)**. Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/O_MPLA_no_Brasil_protegido.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

SÃO VICENTE. **A gestão da economia de Angola**. 11 ed. Luanda: INALD. 1995.

SANTOS, Daniel dos. Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n1/a05v23n1.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

SILVA, Márcia Maro da. **A independência de Angola**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

TORRES, Adelino. **Três estudos: da estratégia colonial a integração europeia**. Disponível em: <<http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1184/1/at-dt2-cesa-1985.pdf>> . Acesso em: 14 out. 2016.

TRADING ECONOMICS. **Angola - PIB Taxa de Crescimento Anual**. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

TRADING ECONOMICS. **Japão - PIB Taxa de Crescimento Anual**. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/japan/gdp-growth-annual>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

TRADING ECONOMICS. **Estados Unidos - PIB Taxa de Crescimento Anual**. Disponível em: <<http://pt.tradingeconomics.com/united-states/gdp-growth-annual>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

VALÉRIO, Nuno; FONTOURA, Maria Paula. A evolução econômica de Angola durante o segundo período colonial—uma tentativa de síntese. **Análise Social**, vol. 29, n. 129, p. 1193-1208, 1994.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

YOUTUBE. **Grande reportagem SIC - Angola, um país rico com 20 milhões de pobres - 17 Novembro 2016**. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=erNdemyZVGI&feature=youtu.be>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.